



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ALIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

**“DEI SÓ UMA MUDADINHA, NÃO MEXI MUITO NÃO”:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES
EM UM CONJUNTO HABITACIONAL EM RECIFE-PE**

Recife

2017

ALIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

**“DEI SÓ UMA MUDADINHA, NÃO MEXI MUITO NÃO”:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES
EM UM CONJUNTO HABITACIONAL EM RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte parcial dos requisitos para obtenção o título de Mestre em Antropologia.

Linha de pesquisa: Família, Gênero e Saúde

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marion Teodósio de Quadros

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- O48d Oliveira, Aliane Pereira de.
 “Dei só uma mudadinha, não mexi muito não” : um estudo etnográfico sobre movimentos e transformações em um conjunto habitacional em Recife-PE / Aliane Pereira de Oliveira. – 2017.
 110 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Marion Teodósio de Quadros.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.
 Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Antropologia. 2. Habitação – Aspectos antropológicos. 3. Conjuntos habitacionais. 4. Habitação popular. 5. Habitações – Remodelação. 6. Política habitacional. 7. Subjetividades. I. Quadros, Marion Teodósio de (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-172)

ALIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

**“DEI SÓ UMA MUDADINHA, NÃO MEXI MUITO NÃO”:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES
EM UM CONJUNTO HABITACIONAL EM RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte parcial dos requisitos para obtenção o título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 31 / 08 /2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra^a Ana Cláudia Rodrigues (Examinadora Titular Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Vivian Karla de Sena (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Dedico esse trabalho a memória de meu pai, seu Zé do Peixe, cuja ausência ainda me dói todos os dias. Obrigada por me deixar de legado sua teimosia, foi ela que me trouxe até aqui.

AGRADECIMENTOS

“E aprendi que se depende sempre, de tanta, muita diferente gente. Toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas” (Gonzaguinha).

Foi um longo caminho trilhado até chegar aqui. Mesmos nos momentos mais críticos, nas minhas profundas angústias, eu nunca estive sozinha. Foi isso que possibilitou que eu conseguisse dar conta de transpor os obstáculos dessa jornada. Aqui tento expressar da forma mais breve que me foi possível minha mais profunda gratidão a todos aqueles sem os quais teria sido eu não conseguiria ter finalizado a presente dissertação.

Primeiramente, agradeço a todos os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro com que tive a oportunidade de conviver. Por disponibilizarem um lugarzinho para *“a menina que tá fazendo um trabalho da faculdade”* no meio de suas rotinas. Em especial, agradeço aos meus contatos primários que viabilizaram tantos outros encontros durante o campo que deu origem a essa pesquisa.

Agradeço a minha orientadora e professora Marion por ter se disposto a me orientar na construção dessa pesquisa..

Aos membros da minha banca de qualificação e defesa, a prof^a Dra. Ana Cláudia Rodrigues, prof^o Dr. Russell Parry Scott e prof^a Vivian Sena, agradeço pela indicação de bibliografias e principalmente pelas valiosíssimas contribuições que me orientaram na reorganização desse trabalho. Muito, muito obrigada.

Agradeço aos funcionários do PPGA, principalmente a Carla, por toda a disposição e paciência para nos ajudar a resolver nossos perrengues. A Ademilda, pela graça e gentileza. Agradeço a Selton pelo auxílio na resolução das burocracias inerentes ao fechamento desse ciclo.

Aos meus colegas de turma, Thiago pelas indicações de leitura, e em especial a “pró-Rita” que tentou me tranquilizar tantas vezes me fazendo acreditar que essa jornada era possível, especialmente durante o período em que estávamos cursando as disciplinas, e meio a milhares de malabarismos. À Raoni, por compartilhar suas experiências; Agradeço especialmente à Berlano, pelas dúvidas tiradas, pela disponibilidade em ler e dar dicas para melhorar o texto e por todo apoio emocional nessa montanha russa.

Aos bolsistas e ex-bolsistas dos laboratórios do Departamento de Arqueologia, pelo suporte nas demandas nos últimos dois anos e por tornar meus dias mais leves.

Aos meus amigos Ledja, Ilca, Carolina Sá, Dão, Bia Dornelas, Rafaela, Débora, Diego, Felipe e Emília por todo suporte logístico-emocional desde sempre e que se intensificaram ainda mais no período de escrita dessa dissertação. Aqui incluo também Tia Lala, que cuidou de minha filha às vezes melhor até que eu mesma, Tatiane e Laudénir que a pegaram na escola repetidas vezes para que eu pudesse “fechar mais uns parágrafos”.

Aos amigos que a UFPE me deu: Angélica, Gerardo, os irmãos Tavares (Bruno e Amanda), Rosângela, Camila, Viviane, Gilcã, Mariana, Rodrigo, Marcela, Renata, João, Ingrid, Eliane Veras, João, Mariana Zanchetta, Mônica, Marcellus, Lívia, João e Jobinho (ufa!) que se preocuparam comigo e com o andamento desse trabalho e ainda me auxiliaram em assuntos de natureza aleatória.

À chefe de departamento, de laboratório e amiga, professora Neuvânia Ghetti, por compreender a importância de capacitar o corpo técnico dos laboratórios e me dar todos os subsídios necessários para que eu pudesse concluir essa pesquisa, reconhecendo os meus direitos enquanto servidora estudante. Agradeço também pelos conselhos, e pela sensibilidade.

Agradeço a Nathalie, secretária do Departamento de Arqueologia pelo suporte com as burocracias e à Universidade Federal de Pernambuco, pela licença capacitação concedida, que foi indispensável à conclusão desse trabalho.

Agradeço às docentes do PPGA prof^o Lady Selma e prof^a Caroline Leal pelas contribuições à minha formação, com disciplinas que sensibilizaram meu olhar para o campo.

Posso tentar explicar em palavras qual a importância que minhas “malocas”: Graziela, Gláucia, Flora, Daniela, Amanda, Jeannie e Gracielle tiveram nesse processo. Ainda que eu diga infinitas vezes, não dou conta de expressar como vocês transformaram esse caminho uma coisa incrível na minha vida. Ganhei mais uma penca de mulheres que eu amo e admiro. Obrigada por todo apoio, força e coragem que vocês sempre depositaram em mim. RESISTIREI!

Agradeço às minhas amadas irmãs Aline, Alane e Sandrinha, meus cunhados e sobrinhos, simplesmente por existirem na minha vida. À minha mãe, Fátima, que se dispôs a passar uma temporada em Recife pra me dar um apoio em casa. Nunca esquecerei sua frase “posso não saber fazer pesquisa, mas sei fazer o arroz doce que você adora e ler uns livrinhos pra Frida enquanto você estuda”. Mãe, você foi minha inspiração. A cada dia em que cheguei em casa super cansada de tudo, cansada dos longos trajetos nos ônibus lotados com uma criança igualmente cansada à tiracolo, morrendo de vontade de tomar banho e dormir, era em você que eu pensava e tomava como exemplo. Sua rotina de trabalhar, dar conta da criação de

quatro filhas pequenas praticamente sozinha e ainda ter um bom rendimento na faculdade, era o que me encorajava a seguir. Te amo e muito obrigada. Desculpe-me pela ausência ao longo desse processo, amo vocês. Ao meu pai, que partiu antes de me ver encerrar esse ciclo.

À minha família recifense, meus sogros Maria Helena e Remo, sem o apoio dos quais teria sido IMPOSSÍVEL (assim, em letras garrafais mesmo) a conclusão desse trabalho. Amo vocês. Obrigada por tudo que fazem por nós desde sempre.

Por fim, agradeço a minha gata Kali, parceria constante no processo de escrita nas madrugadas a dentro, à Dimas, com o qual pude dividir os ônus e os bônus dessa jornada. Sobretudo, agradeço pelo seu empenho em me ajudar com tudo que estava ao seu alcance, por transformar rascunhos e ideias em arte final; pelos conselhos diários. Por tudo que “não cabe no poema”.

Finalmente, agradeço à minha filha Frida: espero que você um dia você possa entender minhas ausências e renúncias: é difícil andar na corda bamba de mãe-proletária-estudante. Em certos momentos caí, levantei, e me pus a andar de novo. Obrigada por todas as xícaras de brinquedo cheias de “café bem forte com leite pra mamãe conseguir ficar acordada”. Por ser a pessoa mais compreensiva do mundo. Mamãe enfim está concluindo a “dessertação”! Te amo!

“E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar” (Gonzaguinha)

É como se você fosse andando, muito decidido, por um caminho reto e, aos poucos, fosse percebendo que ele ia se estreitando, mudando de características e virando um beco. Aí você acaba dando de cara com uma parede. As suas opções seriam: 1) ficar parado, olhando para o obstáculo sem entender nada, desesperado e desanimado; 2) Esmurrá-lo na esperança de derrubá-lo a socos; 3) declarar que só continuaria a andar quando chegasse o dia certo em que todas as barreiras caíam e todos os caminhos passariam a ser livres e sem empecilhos e consolar-se com a ideia; finalmente, você poderia 4) dar meia-volta, olhar na direção oposta e pensar: aqui tudo começa de novo. A última alternativa parece a mais simples. De fato não o é. Todos os fins trazem implícito e embutido, um começo. Só que, para reconhecê-lo, é preciso dar que uma virada completa com a cabeça (SANTOS, 1980, P. 37).

[...] O meu ambiente é o mundo tal como ele existe e assume um significado em relação a mim, e, nesse sentido, sua existência e desenvolvimento se altera comigo e ao meu redor. O ambiente não é completo. Se os ambientes são forjados através das atividades de seres vivos, então, desde que a vida continua, eles estão continuamente em construção. Assim também, é claro, são os próprios organismos (INGOLD, 2000, p. 20).

RESUMO

A presente dissertação consiste em uma etnografia sobre as experiências dos habitantes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro no que se refere à apropriação dos espaços públicos e privados desse local. Assim como outros conjuntos habitacionais construídos ao longo de todo o país, esse conjunto é composto por unidades habitacionais mínimas verticalizadas e padronizadas, que desconsideram as realidades e peculiaridades dos moradores. O objetivo desse trabalho é refletir acerca dos significados atribuídos as transformações realizadas pelos habitantes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro a esses espaços e como esses espaços, por sua vez, influenciam no modo como constroem suas próprias subjetividades, seguindo os *fluxos de vida* vividos nessas interações. Mais especificamente, pretendo investigar como esses antigos habitantes de palafitas e *barracos* se adaptaram à nova paisagem de moradia no conjunto habitacional; descrever as transformações por esses habitantes nesse novo espaço físico e o que lhes orientou a fazê-las, possibilitando compreender como esses sujeitos ressignificam seus espaços de moradia de acordo com suas construções de sentidos. A vida nesse lugar está em um contínuo movimento de crescimento e transformação que se manifesta nesse cenário, repleto de soluções provisórias e efêmeras, que são demonstradas visualmente através dos vários *puxadinhos*, que manifestam as pequenas *mudadinhas* realizadas por meio de *gambiarras* dos seus habitantes, que são vistas entre eles mesmos, de um lado, de forma negativa, como emendas que fazem do espaço uma *favelinha* que reproduz as práticas sociais vivenciadas nas suas comunidades de origem, e por outro lado, como uma maneira de conformar o espaço segundo as suas próprias concepções e especificidades culturais, que distam dos modelos uniformizantes a que foram submetidos.

Palavras-Chave: Conjuntos Habitacionais. Habitação. Movimentos. Transformações. Subjetividades.

ABSTRACT

This dissertation consists of an ethnography about the experiences of the inhabitants of the Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro in relation to the appropriation of the public and private spaces of this place. Like other housing complexes built throughout the country, this set is composed of minimal and standardized housing units, which disregard the realities and peculiarities of the residents. The purpose of this work is to reflect on the meanings attributed to the transformations made by the inhabitants of the Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro to these spaces and how these spaces, in turn, influence the way they construct their own subjectivities, following the *life flows* lived in these interactions. More specifically, I intend to investigate how these former inhabitants of stilts and shacks adapted to the new landscape of dwelling in the housing complex; to describe the transformations by these inhabitants in this new physical space and what guided them to do that, making it possible to understand how these subjects re-signify their living spaces according to their constructions of meanings. Life in this place is in a continuous movement of growth and transformation that is manifested in this scenario, full of temporary and ephemeral solutions, which are demonstrated visually through the various *puxadinhos*, who manifest the small changes made by means of *gambiarrras* of its inhabitants, who are seen among themselves, on the one hand, in a negative way, as amendments that make space a *favelinha* that reproduces the social practices lived in their communities of origin, and on the other, as a way of conforming the space according to their own conceptions and cultural specificities that are far from the standardized models to which they were submitted.

Key words: Housing. Housing Complex. Movements. Transformations. Subjectivities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro em relação às comunidades de origem dos moradores.....	20
Figura 2 -	Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro: unidades habitacionais verticalizadas e padronizadas.....	21
Figura 3 -	Mulheres e crianças ao lado de um mocambo no bairro Jiquiá, Recife, em 1930. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin.....	40
Figura 4 -	A casinha toda arrumadinha de dona Tereza. O rosto da moradora foi coberto como estratégia para preservar sua identidade	58
Figura 5 -	Lixeira nos espaços públicos do prédio Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, abrigando "moradores de condomínio".....	65
Figura 6 -	Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro abrigando moradores e condomínio.....	66
Figura 7 -	"Virou favela de Novo".....	67
Figura 8 -	Fanpage que demarca o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro sob a nomeação de Bangu, Cordeiro.....	70
Figura 9 -	A vida no Bangu.....	71
Figura 10 -	Muros e Mosaicos: o patchwork do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro.....	76
Figura 11 -	Instalação de grades nas janelas dos apartamentos.....	82
Figura 12 -	Muro limitando acesso no bloco 10 do conjunto.....	82
Figura 13 -	Pracinha construída por dona Marta na frente do Conjunto.....	85
Figura 14 -	“Prefeitura da Cidade do Recife retira novas ocupações irregulares em conjunto habitacional” 17/04/2014.....	90

Figura 15 -	Os ciclos de conversão entre os espaços liso e os espaços estriados no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro.....	91
Figura 16 -	O estado do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro em 2010.....	92
Figura 17 -	Entrada do Conjunto em novembro de 2015, após o último período de demolições da prefeitura.....	107

LISTA DE SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODECIR	Coordenadoria de Defesa Civil do Recife
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PI	Piauí
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
URB	Autarquia de Urbanização do Recife.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAMINHOS E PAISAGENS: OS PERCURSOS E PERCALÇOS DA PESQUISA.....	24
2.1	“DESCULPE PERGUNTAR, ISSO AÍ É DA PREFEITURA?": AGENCIAMENTOS PARA A ENTRADA EM CAMPO.....	24
2.2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	26
2.3	REVISÃO TEMÁTICA.....	30
2.4	PERCURSOS TEÓRICOS.....	33
3	SEGUINDO MOVIMENTOS, DELINEANDO CONTORNOS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS “HABITAÇÕES PRECÁRIAS” AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	38
3.1	FAVELAS, MOCAMBOS E PALAFITAS, QUE LUGARES SÃO ESSES? A ORIGEM DAS HABITAÇÕES PRECÁRIAS.....	38
3.2	MORADAS HOMOGÊNEAS E O MODELO FORMAL DE CIDADE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE ÀS HABITAÇÕES PRECÁRIAS E SUA SUBSTITUIÇÃO POR CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE.....	42
3.2.1	A questão habitacional na cidade do Recife.....	48
4	OS FLUXOS DA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO: MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES	56
4.1	“O APARTAMENTO ERA UMA VIDA NOVA PRA GENTE”: A IDA PARA O CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO COMO MECANISMO DE ASCENSÃO MORAL.....	57
4.2	“SER MORADOR DE CONDOMÍNIO” VS. “SER FAVELADO DE NOVO”: PAISAGENS E TRANSGRESSÕES	59

4.3	“AQUI É O BANGU, FAVELA DE NOVO”: COMO ESSAS CONCEPÇÕES SE REVERBERAM NOS ESPAÇOS FÍSICOS DO CONJUNTO?.....	70
4.4	MOVIMENTOS: TRANSFORMAÇÕES COM “GAMBIARRAS”	72
4.5	MOVIMENTOS: DEMOLIÇÕES.....	87
4.6	ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES NO CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	99
	ANEXO A – TERMO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO.....	107

1 INTRODUÇÃO

(...) os antropólogos são guiados (...) pelos seus diferentes interesses, que refletem diferenças de personalidade, de educação, de estatuto social, de opiniões políticas, de convicções religiosas, e assim por diante, Só se pode interpretar o que se vê unicamente em termos de experiência pessoal e em função do que se é. (...) Fundamentalmente, ao ocupar-se de um povo (...) o antropólogo não está apenas a descrever a vida social dessa comunidade o mais corretamente possível, mas antes expressar-se a si mesmo. (...) os resultados de um estudo dependerão, pelo menos nesta exata medida, do que o indivíduo traz consigo e envolve na investigação (EVANS-PRITCHARD, 1985, p. 84)

Desde o início da minha trajetória acadêmica, interessei-me em questões relativas à relação dos humanos com seus espaços de moradia. Esse interesse se materializou na minha monografia de conclusão do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, defendida no ano de 2009, na qual me propus a estudar as estruturas arqueológicas do sítio Casa do Avô do Sr. Nivaldo, uma casa rural situada no sudeste do Piauí, relacionada ao período de produção de borracha de maniçoba no Estado. Esse é um dos mais importantes sítios arqueológicos históricos situados nas imediações do Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato-PI. A análise realizada se amparou nos preceitos teórico-metodológicos da arqueologia espacial, partindo do pressuposto de que o modo como é vivenciado o ambiente físico no cotidiano, é uma dimensão intrínseca de como se vivencia a própria sociedade (SOUZA, 2007).

Após o término desse trabalho restaram ainda muitas lacunas no que se refere à questão da relação entre os homens e seus espaços, que não puderam ser preenchidas ao tratar dessa temática apenas pelo viés da Arqueologia. Para discutir outras questões surgidas nessa trajetória de pesquisa seria preciso me voltar para a visão dos atores sociais circunscritos nesses espaços, ou seja, estudar não somente a dimensão física desses locais de moradia, mas considerar também as pessoas de carne e osso que lhes davam uso e vida.

Para isso, precisava então compreender, primeiramente, os preceitos teórico-metodológicos que dariam subsídios para compreender as camadas de significado nas ações dos nativos entre os quais estive pesquisando, ou seja, fazer uma “descrição densa” como propõe Geertz (2008, p. 04). Foi nesse momento em que entendi que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia seria um espaço fértil para abordar tais questões.

Na proposta de projeto com o qual ingressei no programa, me propus a observar se as relações sociais vivenciadas pelas famílias, especialmente no tocante às questões de gênero, se manifestavam na configuração espacial de casas com arquitetura vernacular, tentando perceber se os sujeitos sociais da pesquisa planejavam suas casas considerando essas noções. Pretendia analisar essas questões sob a luz das teorias sobre agência dos objetos e de gênero, acreditando que seus fundamentos contribuiriam para meu interesse de captar percepções e práticas dos moradores de espaços domésticos em contexto rural. Contudo, no decorrer das disciplinas, das leituras e do contato com professores e colegas em sala de aula, a proposta inicial desse projeto passou por uma metamorfose, a começar pelo lugar de pesquisa, que foi do meio rural para o meio urbano. Outra mudança se deu no próprio enfoque do trabalho, a partir do momento em que pude perceber que nas interações dos moradores com suas casas, tanto a construção, como as transformações havia a influência de diversos fatores culturais e não somente por questões de gênero.

Essas ideias contribuíram para que eu assumisse a responsabilidade da mudança na proposta inicial, depois de quase um ano de mestrado, para algo que eu julgava mais relevante. Apesar de pretender trabalhar com uma temática semelhante, a saber, a relação das pessoas e seus espaços físicos de vivência, meu local de pesquisa se voltou a um novo espaço, na zona urbana, com foco nos *movimentos*¹ vividos por habitantes e *coisas* de um conjunto habitacional de interesse social, construído de forma padronizada através do que se chama de arquitetura erudita ou arquitetura formal, termo que se refere às edificações construídas seguindo preceitos acadêmicos, com a atuação de arquitetos profissionais (SILVA, 1994, p.136),

Antes da pesquisa que deu origem ao presente trabalho de dissertação, eu já havia tido a oportunidade de atuar como arqueóloga nas atividades de monitoramento das obras de um projeto de requalificação urbana de uma comunidade situada no Bairro do Recife, no ano de 2010. Tratava-se do Programa de Requalificação Urbana da Comunidade do Pilar, executado pela Prefeitura da Cidade do Recife e junto ao Governo do Estado de Pernambuco, sob a justificativa de minimizar as dificuldades da população local. Esse projeto previa a construção de conjuntos habitacionais, boxes comerciais, escolas e creches.

Estavam previstas ações de Educação Patrimonial, cuja responsabilidade cabia a nós da equipe de Arqueologia, mas até aquele momento, as ações tinham sido direcionadas somente aos funcionários da obra. A população daquele local estava alheia às ações de

¹ Os conceitos-chave da fundamentação teórica foram realçados no texto usando o recurso da fonte em itálico.

execução do projeto, a única coisa que eles sabiam é que ia chegar o momento em que deveriam deixar suas habitações consideradas precárias pelo poder público, e passariam a ocupar os apartamentos obtidos no Conjunto Habitacional do Pilar.

Sobre as beiradas dos tapumes, moradores locais se debruçavam para indagar se já tínhamos "*achado algum ouro*". Os muros entre eles e nós não eram somente metafóricos, eram reais. Estavam ali, visíveis e materializados, nos dividindo. Nós, envolvidos na execução do projeto, eles, que se esgueiravam para acompanhar o que lhes aguardava. Nesses momentos de aproximação, aproveitávamos para falar do nosso trabalho, que tipo de materiais arqueológicos estávamos encontrando, sobre o processo de formação daquele local sobre o qual aquela comunidade estava implantada, e assim íamos tentando estabelecer relações. Mesmo que informalmente, essas conversas serviram como uma ação pontual de educação patrimonial.

No barracão da obra, nossa sala, a única sem ar condicionado, vivia de portas abertas e isso nos tornava mais acessível para os moradores dessa comunidade. Nós, da equipe de arqueologia, éramos como psicólogas, assistentes sociais, ou, pelo menos uma ouvidoria para suas demandas. Em uma dessas ocasiões, uma moradora nos questionava como iria acomodar sua família, que era extensa, naquele apartamento pequeno. Alguns passavam por ali apenas para ver o andamento da obra e tentar saber quando iam receber sua *casinha*². Durante o período em que pude estar naquele local, foram várias experiências que me deixaram marcas e trouxeram muitas inquietações, mesmo depois de voltar para os limites dos muros da universidade, a UFPE, onde atuo como arqueóloga. Com isso, pensando a partir da ideia de Peirano (2006, p. 8), que coloca a Antropologia como uma possibilidade valiosa de se refletir sobre os fenômenos sociais, percebi que em algum momento da minha vida acadêmica, gostaria de realizar uma pesquisa voltada para esse contexto da vida urbana.

Embora tenha sido aprovada na seleção de mestrado em Antropologia com um projeto que seria desenvolvido em ambiente rural, por vários motivos fui impelida a voltar meu olhar para os ambientes urbanos e assim surgiu a ideia de realizar uma etnografia entre os moradores de conjuntos habitacionais de interesse social. Mesmo ciente que minha experiência anterior no monitoramento das obras do Conjunto Habitacional da Comunidade do Pilar tivesse permitido fazer alguns contatos que facilitariam minha entrada em campo para desenvolver a presente pesquisa, acabei optando por realizá-la não nesta localidade, mas em

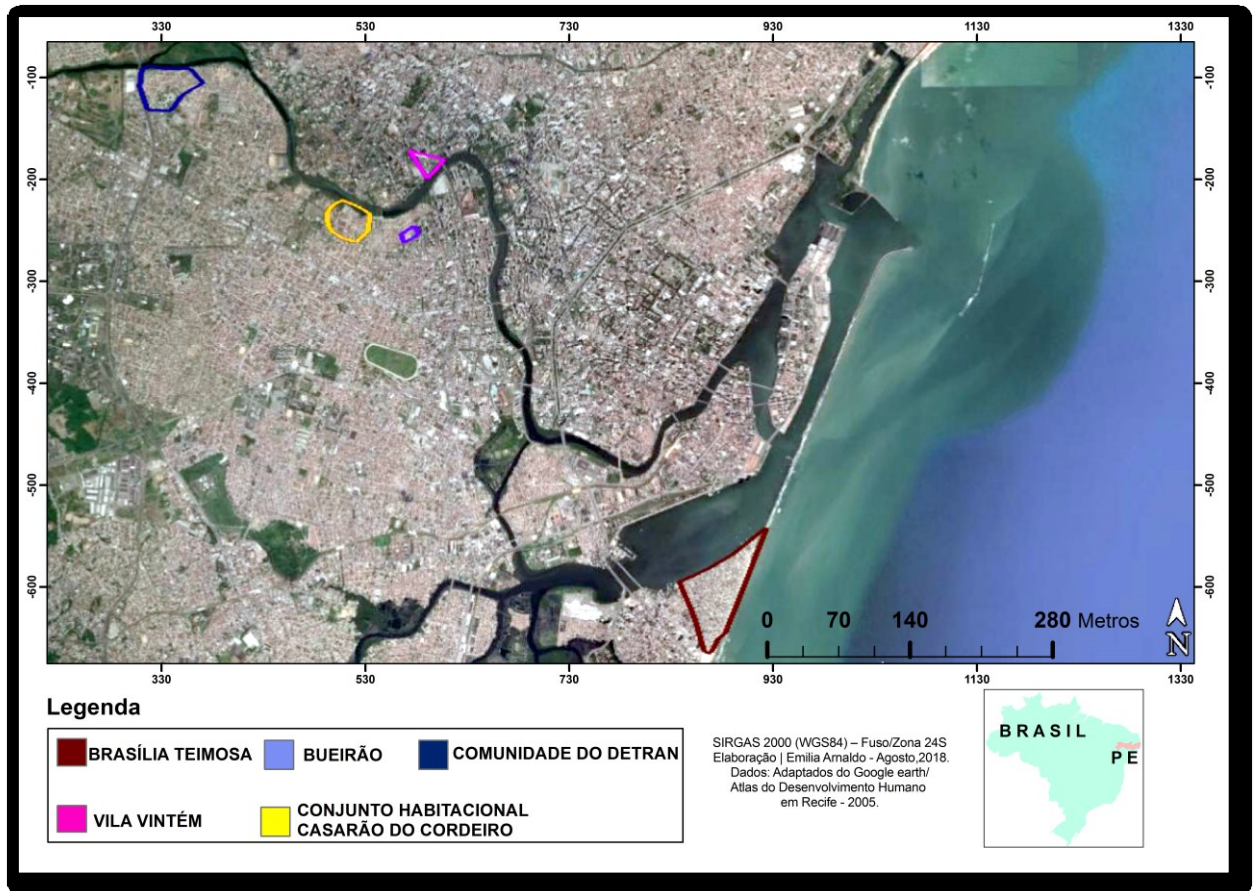
² O sentido do termo *casinha* utilizado entre os moradores da comunidade do Pilar é diferente do sentido em que é utilizado entre os habitantes do Conjunto Habitacional do Cordeiro. Enquanto para os primeiros o termo é empregado no sentido de lar, para os últimos as *casinhas* são as unidades habitacionais horizontais construídas pela Prefeitura do Recife no terreno desse conjunto, conforme será descrito posteriormente.

outro conjunto habitacional que foi entregue a mais de uma década, o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. O motivo para essa escolha tem a ver com o fato de esse conjunto ser habitado há muito mais tempo que o do Pilar, e, nesse caso, já ter passado por uma gama de intervenções e acréscimos à planta inicial, que são visíveis, e, levando isso em consideração, esse conjunto se mostrou como um campo fértil para desenvolver essa pesquisa, pois já testemunhava a intensidade de *movimentos e transformações* nesses espaços.

Esse conjunto habitacional localizado no bairro do Cordeiro, na zona oeste da cidade do Recife, entre os bairros do Zumbi e Iputinga, na Região Político-Administrativa 4³ foi construído pela Prefeitura da Cidade do Recife através do programa Recife sem Palafitas. O objetivo desse programa, a princípio, era atuar na requalificação urbana das áreas alagadas onde havia ocorrência de palafitas, através de ações urbanísticas, ambientais, socioeconômicas e culturais, em benefício das famílias que residiam nesse tipo de habitação, e, sobretudo, dar moradia adequada para seus residentes (PREFEITURA DO RECIFE, s/d). Para esse local foram transferidas gradativamente, a partir do ano de 2005 mais de 700 famílias provenientes de palafitas ou de habitações consideradas precárias com menos de 18m². No projeto oficial estavam incluídos moradores vindos de Brasília Teimosa, Vila Vintém e Bueirão, e, conforme descobri a partir do trabalho de campo, da Comunidade do Detran, cujas localizações em relação ao local onde foi construído o conjunto pode ser vista na figura 01.

³ O Município do Recife é dividido em 6 (seis) Regiões Político-Administrativas (RPAs) para efeito de formulação, execução, e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais. Ver Lei nº 16.293/97.

Figura 1-Localização do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro em relação às comunidades de origem dos moradores.



Fonte: Elaborado por Emilia Almeida, adaptado do World Imagery Base Map.

O Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro (Figura 2) é composto por 22 blocos, de três andares, com 32 unidades residenciais de 40,71m² cada, perfazendo um total de 704 apartamentos, além de 56 casas térreas, as ***casinhas***⁴, que também foram construídas pela prefeitura. Na presente pesquisa, o foco foi direcionado aos moradores dos apartamentos, que são unidades habitacionais mínimas verticalizadas e padronizadas construídas a partir dos preceitos da arquitetura erudita ou formal.

⁴ Ao longo da presente dissertação optei por utilizar a fonte realçada em negrito e itálico quando me referi às expressões nativas.

Figura 2 – Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro: unidades habitacionais verticalizadas e padronizadas



Fonte: Google Street View

Essas unidades obedecem a programas arquitetônicos que, na teoria, delimitariam maneiras de morar específicas. Dessa maneira, é como se essas edificações fossem vistas como construções finalizadas, restando apenas serem ocupadas pelos moradores. Contudo, ao observar esse espaço e a maneira como ele tem se transformado a partir do momento em que foi ocupado pelos moradores advindos de diferentes comunidades é possível perceber que suas ações, sua criatividade e seus improvisos vão conferindo novas aparências às paisagens desse local que por sua vez também é capaz de proporcionar novos sentidos de vida a esses habitantes, em uma relação mútua de *crescimento e transformação*, conforme foi percebido ao longo desse trabalho.

Diante desse panorama, a problemática que norteou o desenvolvimento da presente pesquisa busca discutir acerca das interações entre os atores sociais e os espaços físicos do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Como as casas e os espaços públicos do conjunto vão sendo transformados e vão ganhando novas configurações e como, por outro lado, o seu estado influencia e é influenciado pelas construções que os habitantes fazem/têm sobre si mesmos?

O objetivo da presente etnografia foi refletir acerca dos significados atribuídos as transformações realizadas pelos habitantes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro a esses espaços/paisagens/cenários e como esses espaços, por sua vez influenciam no modo como os habitantes constroem suas próprias subjetividades. Mais especificamente, pretendo investigar como eles se adaptaram à nova paisagem de moradia onde foram inseridos a partir da mudança para o conjunto habitacional; descrever as transformações realizadas por esses habitantes nesse novo espaço físico e o que lhes orientou a fazê-las, possibilitando compreender como esses sujeitos ressignificam seus espaços de moradia de acordo com suas construções de sentidos.

Esse fenômeno foi analisado nesse trabalho através do que Ingold (2015) define como Perspectiva do Habitar. Segundo ele,

concerne à maneira como os habitantes, isolados e em conjunto, produzem suas próprias vidas, e como a vida prossegue (...) então, a habitação não é meramente a ocupação de estruturas já construídas (...) significa antes, essa imersão de seres na corrente do mundo da vida, sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer (INGOLD, 2015, p.34).

Observar como a vida transcorre nesse local através dessa perspectiva, permite compreender como habitantes e o cenário seguem se transformando enquanto se *movimentam*, circulam entre si, em uma relação mútua de transformação, considerando também as ideias de Descola e Palsson (2001) que acreditam que a relação entre pessoas e meio ambiente é simbiótica, ou seja, as fronteiras são fluidas: as pessoas são parte do meio ambiente e os ambientes são parte das pessoas, daí a importância de englobar nos estudos antropológicos não só os homens, mas os ambientes nos quais esses humanos interagem entre si e com o próprio ambiente.

A etnografia produzida a partir desses preceitos está aqui apresentada, mas para apresentá-la é preciso antes percorrer por assuntos necessários para sua compreensão. Para isso, apresento no segundo capítulo, denominado **Caminhos e Paisagens: Os Percursos e Percalços da Pesquisa**, os agenciamentos para entrada em campo no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, uma revisão temática acerca dos temas abordados, bem como os percursos analíticos, teóricos e metodológicos seguidos.

Na sequência, no capítulo intitulado **Seguindo Movimentos, Delineando Contornos: Uma Trajetória Histórica das Habitações Precárias aos Conjuntos Habitacionais** faço

uma breve síntese sobre o processo de formação dos espaços de habitação precária⁵, no qual apresento algumas políticas públicas voltadas para a erradicação desse tipo de habitação, como os conjuntos habitacionais que as substituíram foram idealizados e construídos, bem como os interesses em jogo por trás das remoções e reinserções nesses conjuntos. Entender esses aspectos é fundamental para captar as nuances acerca do modo como viviam os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro em suas comunidades de origem, como eram suas casas, como se apropriavam e construíam esses espaços, para enfim, poder compreender como se inseriram nas suas novas paisagens de vivência, os espaços físicos do conjunto. Faço esse trajeto para situar o leitor acerca dos *movimentos e transformações* que serão discutidos de forma mais aprofundada no quarto e último capítulo.

No último capítulo, denominado **Os Fluxos da Vida no Casarão do Cordeiro: Movimentos e Transformações** faço uma discussão sobre a forma como ocorre a interação entre os habitantes desse conjunto e esses espaços a partir das concepções dos habitantes que pude observar em campo. Abordo, inicialmente, o modo como os habitantes que foram removidos para o conjunto percebiam essa mudança como um meio de ascensão moral, como acionavam as categorias de *morador de condomínio e favelado*, e também o meio através dos quais esses entendimentos se inter-relacionam com o substrato material do conjunto. Um tema também abordado neste capítulo refere-se ao modo pelo qual os movimentos realizados pelos habitantes do conjunto provocam uma *transformação* dos nesses espaços que, embora tenham sido construídos através da arquitetura formal, com programas arquitetônicos que delimitavam maneiras de habitar específicas, ao serem inseridos nos seus *fluxos da vida*, passam a se transformar continuamente.

⁵ Adoto aqui o conceito de “habitação precária” a partir da ideia de “aglomerado subnormal” concebida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), que os descreve como “Conjuntos constituídos por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

2 CAMINHOS E PAISAGENS: OS PERCURSOS E PERCALÇOS DA PESQUISA

A vida não segue fielmente um script pré-determinado. Os cenários estão expostos às atividades, aos imprevistos, à criatividade, ou seja, aos *fluxos vitais* decorrentes de sua interação com seus habitantes-organismos. Assim, deixam de ser tratados como algo finalizado, cenários e projetos prontos para serem habitados, ou como afirma Ingold (2012, p.26), como algo morto, e passam a ser inseridos nos *fluxos da vida*, nos quais estão sujeitos a se transformar continuamente.

Da mesma forma com que isso é percebido na vida dos moradores (e) do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, também posso dizer que esse trabalho esteve exposto às correntes de atividade e demais fatores dos tais *fluxos vitais*. Nessa caminhada rumo ao desenvolvimento dessa pesquisa, foram vários percursos escolhidos e outros tantos percalços transpostos.

No presente capítulo pretendo, inicialmente, discorrer sobre os agenciamentos para entrada em campo, que foi realizado entre os meses de Agosto/2016 e Fevereiro/2017, as dificuldades encontradas e os vários movimentos e transformações que precisei fazer para legitimar minha presença no campo. Na sequência, apresento os percursos analíticos, teóricos e metodológicos adotados.

2.1 “DESCULPE PERGUNTAR, ISSO AÍ É DA PREFEITURA?”⁶: AGENCIAMENTOS PARA A ENTRADA EM CAMPO

De todas as dificuldades que enfrentei para desenvolver a presente pesquisa, uma das maiores foi o fato de eu não ter a mínima ideia de como faria para adentrar num campo de pesquisa onde minha familiaridade se resumia à temática. Como eu, que até então nunca antes havia tido contato com os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, poderia estabelecer proximidade e ganhar a confiança desses moradores a ponto de que eles confiassem abrir as portas de suas casas para mim? Uma imersão efetiva não seria uma tarefa fácil.

Isso tudo foi agravado pelo sentimento de insegurança que era realizar uma pesquisa em um mundo novo pra mim, que era a Antropologia, de forma que minhas expectativas em relação ao estabelecimento desses primeiros contatos com os moradores do conjunto também

⁶ Ao apresentar os discursos diretos advindos de entrevistas autorizadas ou de conversas informais registradas no diário de campo, utilizei além da fonte em itálico, aspas duplas.

se tornaram um obstáculo a ser transposto. Procurava ajuda em manuais, em conversas com colegas de turma, ensinamentos aprendidos nas aulas, até que entendi que, para além de todos os meus medos e inseguranças em relação ao trabalho de campo, eu tinha interesse em investigar esse tema nesse local, com essas pessoas.

Inicialmente, busquei na internet informações sobre a existência de uma associação de moradores do conjunto, e a princípio encontrei notícias sobre sua existência inclusive seu número de CNPJ⁷, bem como o nome de uma moradora que seria sua presidente. Tentei contato através do número de telefone incluído no site, porém não obtive sucesso. Busquei o nome dessa moradora em diversas redes sociais, contudo também não consegui contato. Então foi necessário adotar outra estratégia de inserção em campo: decidi fazer isso através de uma aproximação espontânea, com o intuito de estabelecer os primeiros contatos com aqueles que se tornariam meus interlocutores. Assim, adentrei no território desse conjunto habitacional a partir de agosto de 2016.

Acompanhada por uma colega de turma do mestrado, dirigi-me a um dos estabelecimentos de comércio informal construídos ali: um bar dentro do conjunto, cuja proprietária, dona Marta também é moradora. A partir dessa aproximação, pude confirmar que, chegando ao campo, o primeiro confronto que enfrentamos é com nossa própria apresentação diante do grupo que pretendemos conhecer (BERREMAN, 1990, p. 125). Naquele momento, fui tomada por uma intensa ansiedade. Meu objeto de estudo e meus interlocutores estavam logo ali, e eu, que não tinha uma rede de relações que me facilitassem a entrada em campo, estava praticamente paralisada.

Sentamos, pedimos uma água, e logo começamos a conversar. Havia muita curiosidade sobre o que teria nos trazido até ali. Seríamos jornalistas? Fiscais da prefeitura? Pesquisadoras do IBGE⁸? Policiais? Por mais que, por diversas vezes, elas tenham me questionado, eu, por pura inexperiência, cometi um equívoco: empolgada com a conversa, saí, prometi voltar no outro dia e acabei me dando conta de que não tinha sido clara sobre os meus interesses ali.

No outro dia, ao chegar ao campo, senti as consequências do erro cometido no dia anterior: as pessoas com quem eu tinha tido uma conversa bastante fluida, não mais estavam abertas para conversa. O erro de não ter sido transparente à primeira vista, de ter perguntado sobre várias questões e particularidades do cotidiano, me tornou alvo de desconfiança. A mim, coube recuar, tentar compreender a delicadeza desse momento de entrada no campo,

⁷ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

aprender mais sobre como transitar, para só depois me empenhar na tarefa de incomodar "pessoas sutis com perguntas obtusas" (GEERTZ, 2008) e sedimentar minhas relações de modo a subsidiar o desenvolvimento da presente pesquisa, então antes que eu pudesse cometer quaisquer erro novamente, preferi ir embora.

Daí em diante, comecei uma maratona de leituras de etnografias. Percebi que eu não era a única a ter cometido erros ao tentar entrar em campo. O que me restava naquele momento, emergencialmente, era procurar outro caminho que me ajudasse a chegar lá, estabelecer novamente os contatos e, finalmente, apresentar de forma clara meus propósitos de pesquisa.

Foi assim que eu recorri um membro de uma entidade que desde a década de 1990 realiza trabalhos sociais destinados às crianças de uma das comunidades cujos antigos moradores foram transferidos para o local, quando, inclusive, elas ainda nem haviam sido transferidas ainda para o Conjunto Habitacional, ainda moravam na comunidade. Através desse contato, fui apresentada a uma das lideranças locais e, através dela, pude adentrar e formar uma rede de interlocutores, construída gradualmente, explicando a cada um deles de o que me levava até ali. Com isso, percebi que realmente as coisas parecem se dar assim como percebeu Foote-Whyte (1980):

logo descobri que as pessoas estavam desenvolvendo a sua própria explicação sobre mim: eu estava escrevendo um livro sobre Cornerville. Como esclarecimento isso podia parecer inteiramente vago e, no entanto, era suficiente. Descobri que a minha aceitação no bairro dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar (FOOTE-WHITE, 1980, p. 79).

Dessa maneira, foi a partir da segunda tentativa de entrada em campo que pude ter uma imersão efetiva de fato. Conforme afirmam Serva e Jaime Jr. (1995, p. 69), é por meio da interação direta entre observadores/observados que se torna possível construir uma condição para a pesquisa, de modo que o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que por sua vez, passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos. Qualquer que seja o tipo de pesquisa, ela se desenvolve a partir de escolhas metodológicas compatíveis com seu objeto de estudo, e é sobre isso que tratarei a seguir.

2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir do pressuposto de Geertz (2008, p.04), que compreende que fazer etnografia é de “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário” desenvolvo essa pesquisa com o intuito de apreender as “camadas de significado” nas ações dos nativos entre os quais estou pesquisando, de modo a resultar em uma “descrição densa”. Entendida dessa forma, a etnografia não deve ser confundida como uma técnica. Magnani (2002, p. 17) entende que esse empreendimento é um modo de apreensão do universo nativo e que para isso podem ser utilizadas várias técnicas de abordagem, conforme as circunstâncias de cada pesquisa. Para esse mesmo autor, a etnografia pode ser entendida como,

uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Durante minhas idas a campo, procurei observar as práticas dos moradores desse conjunto com o intuito de compartilhar suas vivências, captando suas próprias percepções e práticas sobre o local em que moram. Por outro lado, tentei seguir o *fluxo das coisas* que fazem parte dessa rede de atores que compõem o espaço desse conjunto habitacional de interesse social. Concordo com Favret-Saada (2005, p. 156) quando afirma que, embora essa abordagem seja comumente chamada de observação participante, a postura normalmente adotada é mais de observar do que participar, ou seja, é mais passiva. Foi assim, basicamente, que me mantive durante minhas idas a campo. Ser lida como nativa ali era ilusório, as pessoas sabiam que eu estava fazendo pesquisa acadêmica e, embora eu me colocasse da forma mais discreta possível, eu era uma *outsider* (ELIAS & SCOTTSON, 2000). Minhas duas principais interlocutoras sempre tentavam endossar minha presença no local, dizendo as pessoas que não se preocupassem, pois eu estava *"somente fazendo uma pesquisa da faculdade"*. Já para mim, a condição de ser *"de fora"* estava traduzida nos diversos *"se ligue"*, *"cuidado com seu celular"*, *"não fica aí vacilando, viu?"* que ouvi durante o período de trabalho de campo.

As minhas observações e conversas informais foram registradas no diário de campo. Essas notas tomadas trazem informações sobre o modo como essas pessoas seguiam seus

caminhos de vida dentro desses espaços e, conforme as ideias de Malighetti (2004, p.111), serviram como textos preliminares para a análise, resultando nessa etnografia.

Para entender de forma mais aprofundada as questões trabalhadas, adotei a técnica das entrevistas semi-estruturadas com moradores do Conjunto Habitacional. Foram 10 entrevistas realizadas através de um roteiro previamente definido, redirecionando a discussão para o tema abordado sempre que julguei necessário, de modo a delimitar o volume de informações obtidas e facilitar a análise feita posteriormente. Essas entrevistas foram realizadas com moradores que vieram das diferentes comunidades removidas para esse conjunto: Brasília Teimosa, Vila Vintém, Bueirão e Detran conforme tabela (Ver apêndice 1). A escolha desses moradores levou em consideração o tempo de moradia, o fato de serem proprietários dos apartamentos e com isso, terem maior autonomia para efetuar as transformações nos espaços físicos do conjunto.

No roteiro de entrevistas foram contemplados temas centrais sobre o habitar. Concorde com Boni e Quaresma (2005, p.75), quando afirmam que esse tipo de entrevista proporciona uma maior aproximação entre o pesquisador e seus interlocutores e que a espontaneidade daí decorrente pode possibilitar uma maior aproximação dos significados, bem como das suas atitudes e comportamentos. Com alguns dos interlocutores foram realizadas entrevistas narrativas, onde eles poderiam puderam discorrer livremente sobre a mudança das suas moradias de origem para o conjunto habitacional. Essas narrações tornam possível reconstruir ações e o contexto local, mostrando o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico desses atores sociais (SCHÜTZE & BRUNER *apud* JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002: 92).

Algumas vezes optei, em um primeiro momento, por manter o gravador desligado, porque ele parecia paralisar as pessoas. Isso é uma coisa que também acontece comigo, que sempre fugi de qualquer possibilidade de ser entrevistada ou algo do gênero. Então depois de ganhar certa confiança, eu pedia permissão e começava a gravar. Com alguns interlocutores mais desinibidos, essa conduta não foi necessária. Grande parte das entrevistas foi realizada nas áreas comuns do prédio, principalmente na banca de jogo do bicho, cuja movimentação era grande o dia inteiro. O vínculo construído com a responsável pela banca me ajudou a conhecer grande parte dos meus interlocutores. Em alguns momentos, no vai e vem dos moradores dentro dos espaços do conjunto, algumas entrevistas individuais se tornavam coletivas, pois sempre tinha alguém querendo falar sobre os problemas enfrentados em seu cotidiano vivendo no conjunto.

Ao iniciar a pesquisa não sabia ao certo um número exato de entrevistados, já que, conforme afirma Duarte (2002), a necessidade de mais ou menos entrevistas só pode ser percebida após a análise preliminar do seu conteúdo, uma vez que, só assim é possível identificar se os dados obtidos já compõem corpus suficiente. Assim que percebi que os dados obtidos já eram suficientes para complementar os demais dados, construídos através de outras abordagens metodológicas, era hora de partir para transcrição e análise sob a luz das teorias adotadas para subsidiar a presente etnografia. A análise realizada consistiu em classificar os dados obtidos em categorias analíticas bem como identificar as categorias nativas de acordo com as recorrências do discurso dos interlocutores dessa pesquisa.

Não há como falar das *coisas*, sem lançar mão dos registros visuais. Como esse trabalho trata dos sujeitos em seus meios, suas paisagens, as fotografias são fundamentais para compreender como esses movimentos se reverberam nesses espaços. Aqui utilizei o recurso das fotografias como um campo fértil para expressar visualmente as problemáticas de pesquisa através da imagem, conforme indica De France (1982 *apud* GODOLPHIM, 1995, p. 164).

Mas não a tarefa de adentrar nos apartamentos das pessoas e ver como elas se *movimentaram* não foi algo fácil. Diante disso, só consegui entrar na casa de três pessoas e fotografar apenas uma, de modo que a maioria das minhas observações se deu na parte exterior dos blocos de apartamentos, nos *puxadinhos/puxadas*, nos *barracos*. Acredito que esse entrave esteve relacionado ao fato de que esses moradores sabiam da ilegalidade das transformações no interior de suas casas e, diante disso, a fotografia poderia ser, portanto, uma das execuções dessas mudanças, então era preferível que eu não entrasse e não fizesse esses registros fotográficos. Talvez, se eu pudesse ter estado por mais tempo no campo, essas desconfianças em relação a mim e ao uso que eu faria daquelas fotografias pudessem ser minimizadas. O apartamento que consegui fotografar foi o de uma das minhas principais interlocutoras, que aqui chamo de Tereza, com a qual desenvolvi uma relação mais estreita e assim explicar as minhas intenções relacionadas ao ato de fotografá-la no interior do seu apartamento. Outro recurso utilizado nessa pesquisa são imagens do Google Street View publicadas em diferentes anos com o objetivo de perceber a dinâmica da transformação da paisagem do conjunto.

Junto a essas outras metodologias de obtenção de dados, fui fazendo alguns rascunhos que chamo de "croquis etnográficos", nos quais retratei algumas circunstâncias observadas e ouvidas em campo. A escolha de fazer esses desenhos tem a ver com a constatação de que o desenho tem o poder de atingir alguns níveis cujas fotografias não conseguem alcançar, como a

possibilidade de desenhar acontecimentos passados ou a possibilidade de desenhar a própria imaginação (Taussig *apud* AZEVEDO, 2016). Nesses croquis pude descrever os cenários, reunindo as falas dos meus interlocutores, as teorias e minha leitura sobre as situações relatadas e vistas. Ao voltar para o "gabinete", esses croquis foram arte-finalizados, graças a minha insegurança em expô-los em sua forma original, que revelaria minha pouca habilidade para o ofício, desconforto esse que Taussig (*apud* Azevedo, 2016) acredita ser algo recorrente entre os antropólogos.

Essa técnica de registro visual aplicada à pesquisa etnográfica constitui o que Azevedo (2016, p. 194) chama de “Antropologia Desenhada” e que Ingold (2015) chama de “Antropologia Gráfica”. Dentro dessa perspectiva, o desenho é entendido um instrumento poderoso, uma vez que ele combina no mesmo movimento gestual, cuja finalidade não é fazer uma descrição completa do que já existe, mas observar os *movimentos* que continuam acontecendo.

Enfim, foram esses os caminhos adotados para desenvolver essa pesquisa dentro dos emaranhados que constituem esse objeto de análise, acreditando que é apenas no “olhar de perto e de dentro” proposto por Magnani (2002, p. 17) que isso se torna possível.

2.3 REVISÃO TEMÁTICA

Os trabalhos que têm explorado a compreensão sobre os espaços nos quais se dá a vida humana, ou seja, que procuram compreender os sujeitos em suas paisagens de vida, seu espaço doméstico, seus objetos materiais, mostram que esse tema é um vasto campo de estudo para a Antropologia, que vem se sedimentando como uma corrente a ser explorada. Esse é um campo que foi chamado por Marion Segaud (2016) de Antropologia do Espaço. Ao inserir esses espaços nas discussões dessa disciplina, é inevitável não adotar uma perspectiva multidisciplinar, de modo que as leituras aqui apresentadas perpassam a arquitetura e urbanismo, a arqueologia e a geografia.

A antropologia do espaço consiste em compreender as maneiras com os quais o homem se relaciona com o universo, tanto no ambiente rural, como no ambiente urbano. (SEGAUD, 2016, p. 40-41) Para analisar a questão que guia o desenvolvimento dessa pesquisa, tive que observar os espaços do conjunto, como os seus habitantes se movimentam sobre ele e ao mesmo tempo, me atentar aos discursos e construções sobre esses espaços, que vão sendo transformados, se configurando, como afirmam Silva Melo e Vogel (2002, p.91) como mutantes mutáveis.

Os estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu sobre a Casa Kabyle (1999) trazem uma reflexão acerca de como o espaço doméstico pode representar as relações sociais e simbólicas do grupo observado. Bourdieu verificou que o interior da casa Kabyle era organizado a partir noções de público e do privado, como também era influenciado por questões de gênero. Já o antropólogo Lévi-Strauss, em seu trabalho *Sociétés à Maison* (apud GATO, 2013), mostra a Casa como uma instituição ou entidade moral, que não só fixa esquemas de organização familiar, como também de ordem política e econômica.

Gaston Bachelard, a partir de sua perspectiva fenomenológica, na tentativa de ter uma compreensão do espaço doméstico, apresenta a casa como um elemento essencial na construção das subjetividades humanas. Para esse autor “a casa vivida não é uma caixa inerte, o espaço habitado transcende o espaço geométrico” (BACHELARD, 1993, p.62), ou seja, embora a casa seja um objeto geométrico limitado, é a partir do seu uso por parte dos moradores, com suas experiências, e construções sobre si mesmos que as casas ganham sentido, ou seja, passam a carregar todo um significado simbólico.

O antropólogo brasileiro Arno Vogel, por sua vez, acredita que as casas são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de seus ocupantes. Para ele,

É sempre mais do que a materialização de um modo de vida ou de uma estrutura familiar e doméstica. Ao mesmo tempo em que se apresenta como produto destas variáveis ela mesma, enquanto espaço e ambiente, produz os seus moradores (VOGEL *et al.* 1995, p.18)

Trabalhos na área do desenvolvimento urbano foram desenvolvidos tendo foco em condomínios residenciais e conjuntos habitacionais de interesse social na cidade do Recife. Um deles é o desenvolvido por Pordeus (2006), que buscava perceber e mensurar os benefícios referentes à questão da qualidade de vida dos habitantes após a mudança para o Conjunto Habitacional da Torre a partir dos preceitos do desenvolvimento urbano. Foi também através desses preceitos que Lopes (2008) desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de compreender os problemas e questões que surgem juntamente com a cultura do morar em condomínios residenciais, analisando os elementos que estruturam essa vivência no intento de entender como esses espaços coletivos induzem a formas diferentes de sociabilidade.

A pesquisa de mestrado de Silva (2011) desenvolvida sob a luz da sociologia urbana, tenta compreender como os atores sociais que residem nos conjuntos habitacionais Paraíso Azul e Recanto Feliz, na cidade de Salvador, se apropriam e ressignificam seus espaços de moradia, se questionando sobre o que esses atores sociais fazem nesses espaços habitacionais. No caso analisado, a autora percebeu que os moradores, assim como se deu na presente

pesquisa, recriaram seus espaços de moradia de uma forma que difere das apresentadas inicialmente.

O trabalho de Castells (1987) versa sobre o estudo comparativo das características de duas tipologias habitacionais: as casas vernaculares no meio rural e as casas financiadas pelo Sistema de Financiamento Habitacional na periferia de Florianópolis através de uma pesquisa etnográfica. Nele, a autora identificou que as maiorias dos moradores das casas da COHAB vieram do meio rural e na migração trouxeram seus costumes e formas de vida que se traduziram no uso e no arranjo espacial de suas novas casas. Para Castells (op.cit) as casas são apenas embrião de um processo ideado e planejado pelos próprios moradores e que portanto, sempre passa por processos de mudança.

A pesquisa desenvolvida por Hita (2004) realizada em um bairro popular de Salvador, o bairro de Amaralina, consiste numa etnografia de duas redes extensas de parentesco chefiadas por duas avós, contendo as narrativas dos seus membros e observações da relação entre o grupo e a transformação dos seus espaços domésticos, partindo do entendimento de Lévi-Strauss (1992 *apud* Hita, 2004), segundo o qual a casa pode ser entendida, não somente como um espaço físico e geográfico, mas também como uma categoria social, onde se constrói e se posicionam os distintos corpos que ocupam e fundam esses espaços, incorporando essa noção de espaço físico estrutural e a questão do grupo familiar. No caso das famílias em questão, a autora afirma que a casa é um dos maiores bens em circulação. São as matriarcas das respectivas famílias que detém o poder de definir quem têm acesso à esses bens, tanto os terrenos como as casas.

As casas construídas, assim como os membros dessas famílias, estão em fluxo constante. Divisões eram demolidas, portas eram mudadas de lugar, lajes davam lugar à novas construções, em um movimento de expansão para cima que demarcou a verticalização do bairro de Amaralina. Hita compreende as casas como espaços cambiantes que retratam as próprias trajetórias das famílias (op. Cit, p.260). No presente trabalho também considero o conjunto habitacional como um elemento em infinito movimento, e que não somente é influenciado pelos dos moradores, mas que também influencia as trajetórias destes e seus modos de se ver na vida, como será melhor explanado no último capítulo.

A etnografia realizada por Antunes (2007) tratou sobre uma comunidade popular que foi removida para o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, em Florianópolis, SC e tinha o intuito de compreender os conflitos e dilemas entre o discurso dos gestores de política pública e os valores e representações atribuídos pelos moradores às transformações que realizaram em suas casas, analisando isso a partir dos conceitos de homogeneidade (poder público), que

concerne aos projetos formais do poder público e heterogeneidade (privado), que trata das transformações realizadas pelos moradores. Os discursos dos moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira têm bastante semelhança com os ouvidos no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, uma vez que os processos vividos por ambos foram semelhantes: foram removidos das suas comunidades de origem, consideradas habitações precárias pelo poder público, para outro modelo de habitação: as dificuldades de adaptação, a entrega das edificações inacabadas, faltando grande parte da estrutura prometida: essas são mazelas que se repetem em outros empreendimentos semelhantes.

Embora o foco de Aquino (2008) em sua dissertação de mestrado não tenha sido a questão dos puxadinhos, ela trata dessa temática sob o enfoque das vidas familiares no contexto da vida dessas classes populares. No caso dos puxadinhos encontrados por Aquino nesse trabalho, sua construção se deve à necessidade de abrigar núcleos familiares agregados que crescem, ou seja, é influenciado por redes de parentesco.

O Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro já foi alvo de outras pesquisas, como o trabalho de Braga (2014) que aplicou a teoria do Bem Viver a partir do cotidiano dos moradores, tentando compreender as relações dos moradores com o lugar, suas lembranças da antiga morada de palafitas, bem como identificar qual a compreensão dos moradores sobre viver bem nesse novo espaço. Segundo ela, *bem viver* nesse espaço está atrelado à construção de novas identidades, de modo a tornar esse lugar aprazível para ser habitado, o que se relaciona a questão da dignidade que lhes foi conferida a partir do acesso à habitação.

Essa revisão de literatura demonstra como os espaços domésticos têm sido trabalhados a partir de diversas nuances. Nos trabalhos que dizem respeito especificamente ao fenômeno da remoção da população de habitações consideradas precárias para conjuntos habitacionais, é possível perceber que essa transferência têm impactos que vão além de uma mudança para um local que teoricamente é melhor e vai transformar suas vidas. As discussões realizadas até o momento dão lastro para a discussão sobre as interações entre os atores sociais e os espaços físicos do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, quais significados atribuídos às transformações realizadas pelos habitantes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro a esses espaços/paisagens/cenários e como esses espaços, por sua vez influenciam no modo como os habitantes constroem suas próprias subjetividades.

2.4 PERCURSOS TEÓRICOS

Tanto Silva (2006, p. 27), como Magnani (1996, p. 37) entendem que a etnografia não resulta somente da descrição de dados obtidos em campo e sua ordenação a posteriori que se materializa na escrita etnográfica. Essa observação em campo já é sensibilizada pela teoria. Os livros que lemos sobre o tema, os relatos de outras experiências, moldam nosso olhar para o campo e a ordenação dessas primeiras observações. Malighetti (2004, p. 111) também concorda com essas ideias e afirma que todo encontro de campo é precedido de um contexto intelectual já sensibilizado pela tradição antropológica, e, dessa maneira, o “campo”, que ora designa o espaço geográfico, ora o objeto da pesquisa, deve ser entendido não como um continente neutro, mas como um terreno definido por negociações pré-orientadas pelo projeto de escritura, práticas textuais e de leitura. Aqui, trago inicialmente um panorama geral sobre os caminhos até que “mundo material”, a “matéria” começassem a ser consideradas temas de interesse para os estudos antropológicos. Na sequência, trato das ideias que nortearam a visão sobre meu campo de pesquisa e consequentemente, a construção da presente etnografia.

Para os filósofos racionalistas, o conhecimento estava na mente de um sujeito pensante que era provido do poder de alterar o mundo externo, enquanto isso, por sua vez, a matéria era um elemento inerte, cujas “ações” dependiam de um sujeito pensante, ou seja, era preciso a ação de uma mente humana para produzir em cima da matéria (OLSEN, 2007). Nessa mesma linha de pensamento, Durkheim (*apud* LATOUR, 2012, p. 110) afirmou que, embora as coisas constituíssem o meio social junto com as pessoas, poderiam até funcionar como matéria sobre a qual agiriam as forças sociais da sociedade, mas, por si próprias, não liberariam nenhuma energia social. A perspectiva de Appadurai (2008) que afirma que as coisas não têm significados além daqueles atribuídos pelas motivações humanas também vai nessa mesma vertente.

Essas ideias provocaram um crescente desinteresse nos estudos sobre a chamada “cultura material”, que durante muito tempo foi deixada à margem nas ciências sociais. Somado a isso ainda havia uma aversão às “coisas” como uma reação contrária ao avanço do capitalismo e da sociedade industrial, fazendo com que elas fossem tomadas como vilãs, testemunhas de um mundo alienante no século XX estudar as coisas poderia ser até motivo de vergonha, e aqueles que persistiam nesse intento eram acusados de estarem praticando um “antiquarismo absurdo” ou um fetichismo dos artefatos (OLSEN, 2007, p. 288).

Os questionamentos a respeito do universo material da humanidade estavam restritos à Arqueologia, que, conforme conceitua Lima (2011) é a disciplina que investiga a emergência,

manutenção e a transformação dos sistemas culturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida.

Conforme assinala Olsen (2003, p. 89-90), as “coisas” estão ficando para trás nas discussões. Há uma primazia dispensada às relações sociais que faz com que esses elementos materiais sejam vistos como secundários, apenas meios para alcançar as culturas e as sociedades, consideradas mais importantes. Dentro das chamadas “explicações sociais” dadas pelos “sociólogos do social”, conforme assinala Latour (2012), os meios não humanos (os objetos) não eram capazes de “desempenhar papéis”, não somente pelas limitações da definição do “social” usada pelos sociólogos, mas também pela própria definição de atores e ações geralmente escolhida, os objetos ou sua ausência, dentro das ideias desses sociólogos, não mudava nada na realização das ações. Dentro dessa perspectiva da materialidade, as mudanças ocorridas nos materiais são atribuídas à fase de utilização e não de manufatura. Contudo, Ingold (2015), acredita que essas transformações são parte do processo de manufatura desse material, que continua inserido nos fluxos da vida, se *movimentando* nessa malha de relações entre organismos e ambientes onde ambos podem ser considerados personagens da trama desse campo de práticas.

As discussões desse autor fazem parte da virada ontológica da antropologia que vem sido discutida desde os anos 80, que propunha uma antropologia simétrica a partir de discussões que foram trazendo abordagens inovadoras, questionando perspectivas dualistas cartesianas de natureza/cultura; humanos/não humanos; indivíduo/sociedade; humanidade/animalidade; pessoas/objetos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; DESCOLA, 2001, 2012; LATOUR, 1994, 2013; STRATHERN, 2014; INGOLD, 2000, 2006, 2012, 2015)

Olhando para as coisas de forma assimétrica, elas são vistas como elementos passivos do comportamento humano, ao invés de serem tomadas como agentes estruturantes das dinâmicas que sobre elas se imprimem. Não são pensadas como elementos que possuem papéis ativos que detém o poder de transformar comportamentos, na verdade, são limitadas a serem vistas como simples reflexos da sociedade. Essas ideias contrariam as aceções de Latour (2012), em sua obra *Reagregando o Social*, em que disserta sobre a agência dos objetos em uma tentativa, como ele mesmo afirma, de examinar as ações humanas e não humanas e suas interações, já que, segundo sua crítica, as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas até o momento não falavam nem das coisas entre si, nem dos humanos entre eles, então, no final das contas, se restringiam a meros discursos, representações, linguagens e textos.

Embora Latour (2012) acredite que alcançou seu intento, o antropólogo Ingold (2012, p. 25;27) critica duramente as noções de “objeto” e “rede”, acusando-as de acabar por manter e reproduzir uma assimetria entre sujeitos e objetos. Esse autor também afirma que, ao insistir em atribuir essa agência aos objetos, esses teóricos retiram os “processos vitais” deles, e reiteram uma divisão metafísica entre eles e os sujeitos, quando o que deveria ser feito era uma ontologia que priorizasse os processos de formação ao invés do produto final.

Ingold (2012,) ressalta a necessidade de “seguir o fluxo” dos materiais, suplantando o conceito de “objetos” e suas implicações. Esse autor também acredita que , tomar a vida de coisas pela agência de objetos é realizar uma dupla redução: de coisas a objetos, e de vida a agência. O contraponto entre os conceitos de *coisas* e *objetos*, segundo ele, está no fato de o objeto se configurar como um fato consumado, a ser lido “de trás para frente”, como um fim em si mesmo; enquanto a coisa é o acontecer, é o processo, é, para ele “um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD,2012, p.37).

Em “Sobre a Distinção entre Evolução e História”, Ingold aborda essa ideia de outra forma, afirmando que os seres humanos, ao produzir a sociedade para viver não estão experimentando de fato um processo de fabricação, mas um processo de crescimento (INGOLD, 2006, p. 18), ou melhor, os seres humanos não são tanto transformadores do mundo, mas principalmente, atores desempenhando um papel na transformação do mundo por ele mesmo (INGOLD, 2006, p. 20).

Ingold (2006, p. 34) também afirma que a história é o processo no qual os homens e seus meios ambientes estão, ao mesmo tempo, e continuamente em formação, cada um em relação ao outro e que acompanhar as trajetórias (linhas) dos elementos não humanos seria enquadrá-los enquanto *coisas*, trazidas de volta à vida por esse emaranhado de linhas entrelaçadas que permanecem em crescimento e movimento, ao invés de redes de conexões.

É preciso reconhecer que essa nova luz sobre a temática representa novas possibilidades para compreendê-la, e nesse trabalho pretendo fazer uma tentativa no sentido de aplicar essas teorias em termos práticos, cujo intento é suplantar o dualismo entre pessoas e coisas concordando com Descola e Palsson (2001), quando afirmam que suplantar esses dualismos significa repensar a essa relação entre pessoas e meio ambiente, que acontece como uma simbiose, uma vez que as fronteiras são fluidas: as pessoas são parte do meio ambiente e o meio ambiente é parte das pessoas, cabendo aos estudos antropológicos repensar seus domínios e ferramentas para abarcar não só o mundo restrito aos homens, mas aquele que inclui os ambientes nos quais esses humanos interagem (DESCOLA & PALSSON, 2001).

Nesse trabalho, trato de questões que envolvem os humanos e suas paisagens de vivência. Baseando-me nos preceitos de Ingold (2012), procuro ver as relações entre sujeitos e paisagens não somente como algo a ser reconstituído, como se suas formas fossem o estado final, estando congeladas no tempo, mas seguindo seu crescimento através dos fluxos e movimentos no qual elas vieram à existência e subsistiram em uma contínua (trans)formação do mundo que nessa pesquisa se circunscreve ao Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro e seus habitantes, buscando entender o que acontece quando esse ambiente físico é posto em movimento pelos humanos, ou mais especificamente nos termos de Ingold (2015, p. 34) circulam-se, misturam-se uns aos outros (INGOLD, 2015, p. 34).

Isso difere da *Perspectiva da Construção* que presume que o trabalho produtivo serve meramente para transcrever formas ideais pré-existentes sobre o substrato material, resultando em algo terminado (INGOLD, 2005, p.35), ao invés de compreender esses espaços e estruturas como algo vivo, que experimenta diversas outras modificações ao longo de sua existência, que são as ideias que esse autor chama de *Perspectiva do Habitar* (Ingold, 2005, p.35), segundo o qual é preciso focar nas formas através das quais o ser humano constrói, seja na imaginação ou no chão, que surgem dentro das correntes da atividade na qual estão envolvidos, seus contextos relacionais e específicos. No presente trabalho tento não exatamente entender o que existe hoje ou existiu no conjunto, mas observar essas atividades dos habitantes nessas paisagens e compreender como ambos seguem se transformando.

3 SEGUINDO MOVIMENTOS, DELINEANDO CONTORNOS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS “HABITAÇÕES PRECÁRIAS” AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

No presente capítulo faço uma breve síntese sobre o processo de formação dos espaços de habitação precária, no qual apresento algumas políticas públicas voltadas para a erradicação desse tipo de habitação, bem como a maneira através da qual foram substituídos, e quais eram os interesses em jogo nessas operações de remoção e na reinserção desses moradores em conjuntos habitacionais de interesse social, idealizados e construídos, em sua maioria, com o distanciamento dos futuros moradores que viriam a ocupá-los. Segundo Genevois e Costa (2011) as habitações precárias são aquelas,

construídas com material impróprio (barracos), as que estão localizadas em loteamento não-planejado (favelas) e as que obrigam seus ocupantes a dividir equipamentos e instalações sanitárias indispensáveis, como cozinha, banheiro e tanque de lavar roupas (cortiços) (GENEVOIS & COSTA, 2011, P.74)

Entender esses aspectos é fundamental para captar as nuances acerca do modo como viviam os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro em suas comunidades de origem, como eram suas casas, como se apropriavam e construíam esses espaços, e como se inseriram posteriormente nas suas novas paisagens de vivência, os espaços físicos do conjunto, ou, melhor dizendo, como adaptaram os espaços físicos do projeto às suas construções sobre si e suas práticas cotidianas.

Dessa forma, esse capítulo configura uma busca para entender o contexto que implicou na concepção do conjunto habitacional aqui estudado, que seguiu as prerrogativas disseminadas em diversos projetos de construção de habitacionais de interesse social, com moradias mínimas de baixo custo, com a promessa de melhoria da infraestrutura, saneamento básico, planejamento urbano, que supostamente seriam uma solução para facilitar a vida das pessoas com eles contempladas.

3.1 FAVELAS, MOCAMBOS E PALAFITAS, QUE LUGARES SÃO ESSES? A ORIGEM DAS HABITAÇÕES PRECÁRIAS E DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO BRASIL.

A falta de habitação é um dos mais graves problemas sociais urbanos existentes no Brasil desde o final do século XIX, com o crescimento repentino da população urbana brasileira que se deu, principalmente, após a abolição da escravidão, quando milhares de escravos foram saindo da zona rural e se direcionando às cidades, atraídos pela esperança de oportunidades de vida e trabalho. Segundo Freyre (2004),

quando as senzalas diminuía de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas da cidade (...) também no interior, as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mocambos (FREYRE, 2004, p. 270).

Para essa população de escravos recém-libertos, que não possuíam recursos financeiros, restavam os locais precários de habitação como os mocambos, cortiços e favelas que, até a atualidade, marcam o cenário das paisagens urbanas brasileiras. Como os setores da burguesia relacionados à indústria e comércio se recusavam a contratar mão-de-obra de ex-escravos, sob a justificativa que esses indivíduos não gostavam de trabalhar, eram preguiçosos e culturalmente inferiores aos brancos europeus, houve, nesse período, um grande incentivo para imigração europeia branca viabilizada pelas elites políticas, interessadas em promover o branqueamento da população. Assim, os negros recém-libertos ou não foram absorvidos pelo mercado de trabalho ou tiveram que recorrer a empregos subalternos que não lhes davam condições mínimas de sustento, resultando, para a população negra, uma situação de confinamento em espaços de pobreza. Situação que, apesar de hoje estar sendo discutida, e de já haverem algumas políticas públicas específicas a eles destinadas, persiste até os dias atuais.

Esses locais, que se tornaram verdadeiros guetos, foram chamados de “**favelas**”⁹, no Rio de Janeiro, e aqui no Nordeste, foram batizados como “**mocambos**”. O termo “mocambos” se referia às habitações cobertas de palha de coqueiro, de cana, capim, sapé, folha de buriti, lata velha, pedaços de flandres ou madeira, cipó, cujas paredes eram construídas principalmente de madeira ou taipa, conforme descreve Freire (2006, p. 347), uma vez que não proviam de recursos financeiros para construção de casas com materiais semelhantes aos utilizados nas casas dos burgueses, tais como pedra e cal, adobe, telha,

⁹ O termo “favela” se refere originalmente, à uma planta, facilmente encontrada no sertão baiano, Conta-se que havia um monte denominado Alto da Favela que foi cenário de diversos combates durante a Guerra de Canudos. Muitos ex-combatentes dessa guerra teriam se mudado para o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, Ao verificar a semelhança da paisagem desse local, com o Alto da Favela, na Bahia, passaram a chama-lo de Morro da Favela, termo que gradativamente foi se tornando substantivo comum e sendo utilizado para denominar outros locais de habitação com condições semelhantes (QUEIROZ, 2011)

madeira de lei e grades de ferro (FREYRE, 2006, p. 299). A Figura 03, ilustra esse tipo de habitação, os materiais utilizados, a maioria de origem vegetal, e, não coincidentemente, todas as pessoas presentes na foto são negras, o que ilustra a questão discutida anteriormente a respeito de que foram esses espaços precários que absorveram a população recém-liberta pela abolição da escravidão, a partir da promulgação da Lei Áurea.

Figura 3 - Mulheres e crianças ao lado de um mocambo no bairro Jiquiá, Recife, em 1930. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin.



Fonte: Pernambuco Arcaico. Disponível em:
<https://www.facebook.com/PernambucoArcaico/photos/pb.270460486407813._2207520000.1427759269./742790249174832/?type=3&theater>

No caso dos moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, a maioria habitava antes em palafitas construídas na beira do Rio Capibaribe, construídas a partir de materiais reciclados, como plástico, papelão ou varas e tábuas de madeira. As palafitas eram casas construídas acima das águas do rio apoiadas em varas de madeira, de pequenas dimensões. Fraxe (2011) define as palafitas como as edificações em áreas alagadiças que utilizam estacas de madeira com a função de evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza das águas.

Ao longo da história, as habitações precárias, foram alvos de diversos estigmas: eram considerados focos de enfermidades e suas epidemias (varíola, malária, peste bubônica e

diversas outras doenças que acometiam a população), além das doenças sociais: prostituição, marginalidade, criminalidade (AZEVEDO, 1988, p. 107).

Esses estigmas sobre a imagem das favelas eram frutos de um discurso pautado no Higienismo, que transformou esses espaços no principal alvo de um movimento contra as habitações consideradas precárias cuja linha de frente era ocupada por médicos, engenheiros e técnicos que concentravam seus esforços em prol de eliminar as moradias ditas insalubres. Esse movimento foi capitaneado e endossado por uma elite política. Essas ações eram fundamentadas pela ideia da necessidade eminente de se combater esse “mal”, adequando esses espaços a um conceito formal de cidade. Essas ideias devem ser compreendidas a partir das concepções de Foucault (1999, p. 42) quando afirma que as práticas discursivas nunca são neutras, tendo em vista que elas demonstram os poderes de quem as criam e podem vir a funcionar, portanto, como um dispositivo para legitimar a ação do Estado sobre a sociedade, seus indivíduos e sobre o espaço das cidades, ou seja, estão imbuídas de interesses, ou seja, é necessária uma análise buscando compreender que questões ideológicas estão embutidas dentro desses discursos higienistas.

O interesse do Estado, conforme a leitura que Roberto Machado faz a respeito da obra de Foucault não era expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim ter total domínio sobre a vida dos homens e suas ações de modo a explorar suas potencialidades e adestrá-los para aperfeiçoar suas capacidades (2005, p. XVI). Esse controle tinha objetivos que eram ao mesmo tempo econômicos e políticos: por um lado a força de trabalho era aumentada, dando aos homens uma utilidade econômica máxima, e por outro, o Estado atuava de forma a fazer uma domesticação social: tornar esses indivíduos “corpos dóceis” politicamente, já que baseando-se exclusivamente na repressão a dominação capitalista não obteria logro, esse controle dos corpos e das populações garantiu a manutenção das técnicas de poder que ele chama de anátomo-política e biopolítica (FOUCAULT, 1994, p. 143)

A questão do Higienismo foi tratada principalmente através da ótica da Medicina Social. No escopo dessa disciplina, difundia-se a ideia de que a desordem social era um vetor para a disseminação de doenças e outras mazelas, precisando, portanto, de uma intervenção, que a livraria desse caos. O psicanalista Jurandir Freire Costa (1979), aborda essas questões em sua obra “A Ordem Médica e a Norma Familiar”, onde faz uma análise acerca das tentativas de disciplinarização das famílias através do discurso higienista. Segundo Costa (1999, p. 36), a medicina social foi acionada quando a questão da higienização foi incorporada a cidade e a população ao campo do saber médico. A tarefa deles era converter o

sujeito à nova ordem urbana (COSTA, 1999, p.36). Segundo Gilberto Freyre (2006, p.300) o higienista Correia de Azevedo discursa sobre os problemas das habitações anti-higiênicas da cidade com ideias totalmente imersas nas questões higienistas, atribuindo a essas habitações a responsabilidade por toda sorte de mazelas que poderiam acometer a população das cidades,

A cidade, aumentara; e com a cidade, esses velhos "antros". Eram cada vez mais "um flagelo"; "um perigo de cada instante para a saúde pública"; "a transmissão de moléstias, mais ou menos graves" era "a sua natural consequência". Nascendo e criando-se os meninos em casas tão más e numa parte da cidade tão "mal delineada, mal construída, mal ventilada, úmida, quente, fétida, insalubre, mesquinha em proporções arquitetônicas e defeituosíssima no tocante a trabalhos de higiene pública, à polícia médica e à educação higiênica" como se poderia esperar, perguntava o higienista, uma mocidade "forte, enérgica", "uma raça" que soubesse "conduzir a seus destinos grandiosos o porvir deste Império? (FREYRE, 2006, p. 300).

As intervenções direcionadas à erradicar esse tipo de habitação justificadas pelo discurso higienista e seus interesses escusos, consistiam principalmente na remoção da população pobre para os morros e regiões periféricas ao centro da cidade, as áreas de alagadiços, margens de canais, rios, mangues, espaços que a princípio não eram alvo de interesse para o mercado imobiliário privado (MARICATO, 2001, p. 83). Contudo, não havia uma política pública de reassentamento que garantisse uma moradia para essas pessoas. A partir da Revolução de 30, que desencadeou na ditadura de Getúlio Vargas, as favelas se encravaram definitivamente como parte do cenário urbano: à expansão das indústrias contribuiu para que houvesse um êxodo rural significativo, de pessoas que buscavam trabalhos e melhores condições de vida, aumentando ainda mais a demanda por moradias bem como inflando a população de assentamentos precários. (VALLADARES, 2005). Essa atmosfera de profunda crise habitacional correspondeu ao período em que foram pensadas as primeiras políticas públicas sistemáticas para sanar o déficit habitacional para pessoas de baixa renda. A trajetória dessas políticas públicas será descrita a seguir.

3.2 MORADAS HOMOGÊNEAS E O MODELO FORMAL DE CIDADE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E O COMBATE ÀS HABITAÇÕES PRECÁRIAS E SUA SUBSTITUIÇÃO POR CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

O problema é o ecológico, de distribuição humana desigual, o rico a estender-se pelo solo bom e seco, o pobre, ordinariamente mestiço, mulato

ou negro, ensardinhado angustiosamente na lama.. As populações miseráveis em luta com a lama muitas vezes acabam saneando o chão”. Mas o chão enxuto e saneado é espaço aristocratizado: o mucambeiro é enxotado dele; e vêm então ricos que levantam casas de pedra-e-cal, Casas de eira e beira. Os mucambos vão aparecer mais adiante, noutros trechos de lama, dentro de outros mangues (FREYRE, 2006, p. 783)

As pessoas que vivem em palácios não podem raciocinar como as pessoas que vivem em barracos.”¹⁰ Documentos do II Congresso da Fafeg *apud* Lima. Op. cit.

A imagem dos espaços de habitação precária quase sempre está associada ao retrato da carência, da desordem. Construções irregulares, ausência de arruamentos ou qualquer indício de planejamento urbano, dificuldade de acesso a serviços coletivos tais como esgoto, água ou luz, e internet, e de serviços públicos como educação, saúde e lazer, são definições desses espaços utilizadas para justificar os discursos de que elas foram um problema desde o seu surgimento. Contudo, isso não impediu que esse tipo de habitação continuasse crescendo continuamente (ALVITO e ZALUAR, 2006, p. 7; SANTOS *apud* GONÇALVES, 2015 p. 143; LEITÃO E DELECAVE, 2015). O poder público e a burguesia, cada um amparado nos seus próprios interesses perseguiram de forma desenfreada a eliminação desses espaços.

Uma das primeiras ações realizadas pelo poder público destinadas a esses espaços foi o Recenseamento Geral das Favelas, coordenado pelo então diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, Alberto Passos Guimarães, um marco na produção de dados oficiais sobre as favelas que ocorreu em duas fases: a primeira, finalizada no ano de 1948 e a segunda, iniciada em 1950 foi realizado pelo IBGE. Guimarães, dentro do escopo desse recenseamento, realiza uma discussão metodológica sobre a categoria “favela” e suas definições, que teve repercussões em várias partes do Brasil, já que através dele foi possível perceber fenômenos semelhantes, com os mocambos de Recife (VALLADARES, 2005, p. 71). Sua premissa básica sobre as favelas tinha como ponto de partida a ideia de que elas eram “os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados em morros ou em qualquer outra parte” (GUIMARÃES, 1953, p. 258 *apud* VALLADARES, 2005, p. 68) e assim incluiu no conceito de favelas aglomerados urbanos que possuísem as seguintes características:

- 1) Proporções mínimas: Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;

¹⁰ Documentos do II Congresso da Fafeg *apud* Lima (1989)

- 2) Tipo de Habitação - Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
- 3) Condição jurídica da ocupação - construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- 4) Melhoramentos públicos – ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- 5) Urbanização - área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. (GUIMARÃES, 1953, p.259 *apud* VALLADARES, 2005, p. 68)

Nesse período também foi criado o primeiro órgão federal para habitação popular, a Fundação Casa Popular (FCP), através do decreto-lei 9218/1946, que se voltava para a construção de casas populares para pessoas de baixa renda. Para o urbanista Nabil Bonduki (1994, p.717), os objetivos dessa instituição beiravam a megalomania: dentro seu campo de atuação se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até a formação de pessoal técnico dos municípios. Esse autor afirma que esse órgão, no entanto, era frágil, carecia de recursos, não se articulava com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, sobretudo, não agia de forma sistemática para enfrentar de modo global o problema habitacional, questionando, inclusive, sua eficiência enquanto política pública (BONDUKI, 1994, p.718). Em 1964, se encerra o período de atuação da Fundação Popular, extinta para dar lugar ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema de Financiamento Habitacional (SFH). Segundo Silva, os motivos do fracasso da FCP foram:

a falta de recursos necessários para levar o projeto à frente e de critérios claros para se aplicar a viabilização dos empreendimentos, o clientelismo que pautou de uma maneira geral a aplicação da FCP nos lugares que valiam a pena investir politicamente (SILVA, 2010, p. 34).

Bonduki (1994, p. 718) acredita que apesar do nítido fracasso da Fundação Casa Popular, é evidente que ela representou o reconhecimento da obrigação do Estado em enfrentar a falta de moradias decorrente do acelerado processo de urbanização pelo qual passou o Brasil, mesmo que houvesse milhares de interesses obscuros por trás desse reconhecimento. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), através da lei 4380/1964, foi uma nova estratégia para enfrentar os problemas de habitação em constante crescimento no Brasil. Sua proposta era a construção de habitações de interesse social e financiamento de casa própria para famílias de baixa renda. Segundo Silva e Silva (1989 *apud* Yoshimura, 2004, p.38), a criação dessa instituição foi uma estratégia para ampliar a legitimidade do regime da época, e uma tentativa de, por um lado, conquistar o apoio dos movimentos sociais

simulando uma preocupação com os problemas que afligiam as massas populares urbanas, e desmontar suas estratégias de resistência, e, por outro, atenuar a crise econômica através da geração de empregos na indústria da construção civil.

Construído sob os auspícios do BNH, com financiamento americano, e comercializado através da COHAB, o conjunto habitacional Cidade de Deus, situado em uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro, abrigou pessoas advindas de diversas favelas, que passaram a morar em locais distantes do seu local de trabalho, sofrer com a deficiência no serviço de transportes, além de romper seus laços de sociabilidade, de modo que poucos moradores do conjunto ficaram satisfeitos com a mudança. Outro problema comum, segundo Pelman (1977 *apud* Burgos, 2006, p.34) era a péssima qualidade das casas, que resultava em uma grande resistência por parte dos moradores que atuava como agente catalisador de suas reações contrárias.

As Companhias Habitacionais (COHABS), segmento do BNH destinado ao mercado popular, que eram empresas de capital misto sob o controle acionário dos governos estaduais e municipais, atuavam para atender as famílias que cuja renda era de 1 a 5 salários mínimos (Azevedo e Andrade, 1981, p. 65). As estatísticas dos primeiros cinco anos do BNH mostram o investimento de 40,7% dos recursos destinados à construção de casas para famílias de baixa renda, que em números absolutos representou o total de 178.227 unidades habitacionais. A inadimplência dos mutuários da COHAB se agravou bastante entre 1970 e 1974, e isso foi utilizado como justificativa para o redirecionamento dessa política para o público de classe média e alta. Esse redirecionamento do programa representava uma maior rentabilidade para o BNH, já que para esse segmento os juros eram de cerca de 10% ao ano, ao passo que para as camadas populares esse valor ficava entre 1% e 2% ao ano (YOSHIMURA, 2004, p. 38).

Maricato (1979), analisando esse fato afirma que,

após os primeiros anos de experiências mal sucedidas com habitação de baixo custo, o BNH reorienta seus investimentos para os mercados de maior poder aquisitivo, o que provocou uma elitização dos conjuntos populares (MARICATO, 1979, p. 75).

Assim, no período de atuação do BNH, que foi entre 1964 a 1986, foram construídas cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais (CHERKEZIAN, 2002 *apud* YOSHIMURA, 2004, p.41, p.), contudo, nos últimos anos a queda no número de unidades habitacionais destinadas às camadas mais pobres da população foi significativa: no período de 1970-1974, por exemplo, apenas 12% das habitações construídas se destinava a esse segmento populacional, o que demonstra que no final das contas essa instituição privilegiou os

interesses econômicos em detrimento dos sociais (YOSHIMURA, 2004, p. 42). As autoridades tinham consciência desse dilema e por isso, a partir de 1973, o BNH iniciou uma série de projetos alternativos baseados na autoconstrução, destinados a atender as camadas mais carentes da população. Contudo, entre as moradias populares financiadas, somente 17,6% são oriundas desses programas especiais (AZEVEDO, 1988, p. 116).

Criado em 1973, o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) é o primeiro desses programas e se destinava a promover a melhoria da vida das famílias com renda entre um e três salários mínimo, contribuindo para redução do déficit habitacional no Brasil, contudo, os resultados alcançados foram inexpressivos. Através da RC nº 18/75 se criou o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), para substituir a clientela do PLANHAP. O PROFILURB tinha o objetivo de oferecer uma alternativa de habitação para as populações mais carentes, marginalizadas pelos programas habitacionais das COHAB. Nesse programa, pretendia-se fornecer saneamento e infraestrutura básica, cabendo ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas próprias possibilidades financeiras. Acreditava-se assim, evitar o processo de favelamento. Contudo, os resultados foram bem aquém das potencialidades do programa (AZEVEDO e ANDRADE, 1981 p. 104).

Já o Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (FICAM), instituído em 1977, buscava junto ao PROFILURB, consolidar a autoconstrução como uma alternativa os programas convencionais. Através desse programa a clientela de menor renda tinha a possibilidade de receber financiamento de materiais de construção (MELO, 1989). Instituído em 1979 pelo presidente João Figueiredo, O Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), prezava pela permanência da população em seu local de origem, consolidando essas favelas a partir da regularização da posse de terras, melhoramento das habitações e investimentos em infraestrutura básica (SILVA, 1989). Esse programa representou números recordes na produção de habitações populares em seus moldes. Foi na região Nordeste que esse programa concentrou a maior parte dos investimentos do PROMORAR. Contudo, em contrapartida ao discurso humanizado, Silva (1989, p. 77) analisa a atuação do PROMORAR como autoritária, uma vez que ao selecionar as áreas de atuação e ao se impor sobre as populações derrubando barracos, não oferecia indenizações e infligia às famílias a compra das casas muitas vezes em piores condições do que a que foi demolida, com dimensões tão pequenas que a tornavam incapaz de abrigar as famílias.

Para Bonduki (2008), os grandes erros praticados pelo BNH em sua estratégia de intervenção foram:

a opção por grandes conjuntos na periferia das cidades, que gerou verdadeiros bairros dormitórios; a desarticulação entre os projetos habitacionais e a política urbana e o absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. Indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados (BONDUKI, 2008, p.74)

A crise econômica experimentada no Brasil a partir do início da década de 80, marcada por uma forte recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais, teve grande repercussão no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a redução da sua capacidade de investimento. Após o término do Regime Militar, em 1985, no período que ficou conhecido como Nova República, no clima de retomada da democracia, tudo que remetia a ditadura deveria ser combatido: a prioridade era restaurar as instituições democráticas, fortalecer os movimentos e a participação popular e melhorar a qualidade de vida da população através da ampliação dos serviços básicos, fortalecimento da participação popular e impedimento do agravamento das condições urbanas. Foi nessa atmosfera que o BNH, instituição criada durante esse regime autoritário, foi extinto, embora, Bonduki (2008, p.75) acreditasse na possibilidade de que era possível fazer uma profunda reestruturação no programa e mantê-lo, já que ele representava uma estrutura nacional que tinha, bem ou mal, acumulado experiência na área, formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país.

Entre a extinção do BNH e a criação do Ministério das Cidades no Governo Lula, houveram iniciativas pontuais e de pouca expressividade no enfrentamento do déficit habitacional no Brasil. O Ministério das Cidades, concebido no ano de 2003, era responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e pela Política Setorial de Habitação, que contemplavam em sua agenda ações destinadas a urbanização e integração urbana dos assentamentos precários, que durante essa gestão se tornaram prioridades da Política Nacional de Habitação. Foi através dessa política federal que se destinou recursos federais dos estados e municípios para realizar ações de urbanização de assentamentos precários e construção de moradias ao longo de todo país, através da construção de casas em loteamentos, como também de edifícios de conjuntos habitacionais.

Entre os projetos viabilizados no escopo dessa política, esteve o “Recife sem Palafitas”, que foi uma política habitacional com articulação do governo municipal e federal, direcionada às famílias que viviam em situação de risco em palafitas construídas em rios, mangues e praias do Recife, contribuindo assim para a requalificação urbana das áreas alagadas, por intermédio de ações urbanísticas, ambientais e socioeconômicas e culturais, em benefício das famílias que residiam nesse tipo de habitação, e, sobretudo, dar moradia adequada para seus residentes (PREFEITURA DO RECIFE, 2016), e foi através desse projeto que foi construído o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, onde se deu a presente pesquisa.

Uma política pública habitacional surgida dentro do quadro de ações do Ministério das Cidades foi o programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”¹¹, criado em março de 2009, cujo objetivo era “atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade” (BRASIL, 2009; CAIXA ECONOMICA FEDERAL, s.d.), que embora não tenha relação direta com o projeto “Recife sem Palafitas” e a construção do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, uma vez que foi instituída em um período posterior, precisa ser citada dada a sua grande relevância.

Por um lado, representou um grande avanço, talvez o maior já experimentado no Brasil em relação à questão da habitação, pela grande quantidade de moradias construídas, mas que por outro, continuou seguindo os preceitos das unidades habitacionais padronizadas, demonstrando que precisamos continuar pensando em como tratar as questões que decorrem disso, amplamente discutidas no próximo capítulo.

Essa breve exposição sobre a temática das políticas públicas de habitação no Brasil reflete a atmosfera de distanciamento entre o Estado e os moradores desses espaços de habitações precárias, contemplados pelas políticas, refletindo o desprezo pelas demandas particulares de cada comunidade, ou seja, mostram que dentro dessa questão as casas tratadas como mercadorias homogeneizadas e homogeneizantes. A seguir, trato de como surgiram os redutos de habitação precária no Recife e na sequência, como as políticas públicas nacionais foram implantadas em nível local.

3.2.1 A questão habitacional na cidade do Recife

¹¹ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), instituído através da lei federal 11.977 no ano de 2009, prioriza famílias com renda de até três salários mínimos (um dos seus públicos), e que vivem em áreas de risco ambiental e situação de vulnerabilidade social.

O crescimento exponencial da população urbana no Brasil permanece agravando o problema da insuficiência de moradia, já que cada vez mais a densidade populacional tem ocasionado o esgotamento dos terrenos disponíveis. Em Recife, uma cidade cuja paisagem natural é inteiramente permeada por terrenos alagados, banhados pelo mar, pelos rios e manguezais, a ocupação desses espaços se deu, primeiramente nas terras firmes, destinadas às populações abastadas, e, com esses terrenos se tornando cada vez mais parcos, a solução foi fazer sucessivos aterros para ampliar a disponibilidade de terrenos em solo seco. Para os pobres, restava ocupar as áreas alagadas (LEITE, 2006, p. 06). Assim, desde o início, o processo de urbanização da cidade do Recife já nasceu de forma excludente, com os pobres se comprimindo em barracos em áreas desprovidas (na maioria das vezes, totalmente) de infraestrutura.

No decorrer dos anos, o crescente interesse das classes sociais detentoras de maior poder aquisitivo em se apropriar de terrenos em locais estratégicos da cidade do Recife, junto com o aumento expressivo da quantidade de mocambos, que cresciam de forma a se aproximar cada vez mais das áreas em que se instalavam os sobrados dos ricos, reforçou o discurso higienista que retratava os mocambos como testemunhos do atraso, da miséria, da sujeira, da doença. Extingui-los era considerado uma questão de saúde pública, além de um ato em prol da boa estética da cidade. O projeto capitaneado pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, entre 1910 e 1915, propunha a modernização e o saneamento da cidade do Recife onde os mocambos, incompatíveis com essa ideia de modernização, eram empurrados gradativamente para locais mais distantes, assim como afirma Barreto (1994, *apud* LEITE, 2006, p. 56), longe do campo de visão da burguesia recifense.

Conforme dito anteriormente, a partir da Revolução de 1930, sob os auspícios do Presidente Getúlio Vargas, há um significativo aumento nas intervenções em prol da remoção das famílias e extinção de favelas e mocambos, Brasil afora. No final da década de 30, Vargas nomeia Agamenon Magalhães como interventor federal em Pernambuco. Magalhães foi o responsável por implementar dois decretos-lei contra os mocambos: um, que criou uma taxa de insalubridade, ou seja, quem morasse em habitações insalubres deveria pagar por isso e outro, que proibia a construção de novos mocambos no perímetro urbano, criando retaliações para aquela população pobre, já destituída de escolhas, conforme observou Leite (2006, p.7). Para Magalhães,

O primeiro mal do mocambo é que ele não tem piso, nem água, nem despejo. É um foco aberto para a propagação de todas as epidemias. O typho e a

tubérculo se têm a sua morada nos mocambos. A verminose devora as criancinhas do mocambo, quase todas opiladas e tristes. Disse-me o Dr. Mario Ramos, diretor da saúde pública, que há em torno dos mocambos 8 mil cacimbas, sendo o esforço dos sanitaristas infernal na luta contra estes focos de infecção permanente (...) (Agamenon Magalhães, Folha da Manhã, Recife 12 de julho de 1939 *apud* CAVALCANTI, 2015).

Dentro desse ideário criou-se a “Liga Social contra os Mocambos” entidade privada com fins humanitários que se tornaria responsável pela remoção dessas habitações precárias situadas em importantes áreas do Recife, que recebia incentivo do Estado. A finalidade dessa instituição era promover a erradicação dos mocambos e construir casas populares dotadas de condições higiênicas, onde operários sindicalizados, bem como contribuintes, teriam prioridade na compra dos imóveis, organizados em vilas operárias de acordo com o critério profissional: vila das costureiras, cozinheiras, pescadores (PANDOLFI, 1984, p. 62).

Foi nesse período que se realizou um censo dos mocambos da cidade do Recife. Segundo verificado por Pontual (2001), no censo de 1913 existiam 16.347 mocambos, representando 43,3% das unidades habitacionais existentes; no censo realizado em 1939, durante a gestão de Agamenon Magalhães, foram detectados 45.581 mocambos, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade, ou seja, esse tipo de habitação já estava entranhado nas paisagens da cidade. Contudo, durante o período de existência da Liga Nacional contra os Mocambos foram construídas apenas 5.707 casas em Recife, um número muito pequeno comparado à quantidade de mocambos existentes (PANDOLFI, 1984, p. 65).

Some-se a isso o fato de que, como grande parte dos residentes de mocambos eram autônomos ou trabalhadores informais, ou seja, não eram sindicalizados, estavam excluídos dessa política social (CAVALCANTI, 2015, p. 221), demonstrando que durante o período do governo de Agamenon Magalhães o que se combatia era o mocambo enquanto construção, e não a desigualdade que os causava (PANDOLFI, 1984, p. 65). Assim, a quantidade de mocambos permanecia crescendo. O Serviço Social contra os Mocambos, política efetivamente implementada pelo Estado em 1945, como sucessora da Liga Social contra os Mocambos, se destinava também a extinção dos mocambos e construção das vilas operárias e adotou basicamente o mesmo *modus operandi* (LEITE, 2006, p. 09).

Entre 1955 e 1964, nas gestões de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, houve um esforço em resolver efetivamente os problemas que afetavam as classes populares, inclusive a questão da habitação, a partir da articulação com os movimentos sociais, uma vez que as políticas anteriores se mostraram ineficientes para resolvê-la. Desse

modo, foram criadas comissões técnicas específicas para pensar em soluções para a questão dos mocambos, onde se chegou a conclusão de que a solução era melhorar os mocambos e não removê-los, uma vez que primeiro, as casas construídas através do Serviço Social contra os Mocambos, da Fundação Casa Popular e Institutos de previdência eram inacessíveis para as aqueles que não se enquadravam nas exigências e não poderiam assumir pagamentos mensais. Então, essa melhoria dos mocambos estava destinada a essa parcela da população moradora de mocambos (BEZERRA, 1965 *apud* LEITE, 2006, P. 11)

Em 1964, com o golpe militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação para tentar mostrar a suposta preocupação do governo em resolver problemas sociais. Por trás disso, havia o interesse de desestabilizar as mobilizações sociais, responsáveis pela grande visibilidade que a questão urbana ganhou no início dos anos 1960, criando “aliados da ordem” e diminuindo a pressão popular, assim como afirmam Azevedo e Andrade (1981, p.41).

Entretanto embora através do BNH tenha sido possível construir habitações em larga escala, essa política não conseguiu abarcar as pessoas que mais precisavam de casas. A maioria dos conjuntos construídos situava-se em regiões periféricas e o valor das prestações junto com os custos de transporte inviabilizavam o acesso às famílias de baixa renda, que era o mesmo caso das políticas de âmbito local, a COHAB Recife e COHAB PE, criadas em 1975 (LEITE, 2006, p. 12).

O final da década de 70 é um período de efervescência para os movimentos sociais urbanos na cidade do Recife, onde se reivindicavam melhorias para as vidas das pessoas das camadas mais pobres, recebendo o apoio da igreja católica através do Arcebispo Dom Hélder Câmara. Dentre eles, estava o Movimento Terras de Ninguém, cuja luta se destinava a promover o acesso à terra e moradia. Esse movimento, iniciado em 1975 nos morros da zona norte do Recife, se expandindo posteriormente para o resto da cidade, atuava tanto através da ocupação dos vastos terrenos vazios na zona urbana, quanto pela luta para a permanência das famílias pobres em seus locais de moradia.

Foi justo nesse mesmo ano que a Empresa de Urbanização do Recife (URB) lançou uma proposta de intervenção que previa a construção de diversos equipamentos de lazer destinados a atender a classe média e propunha a transferência da população para conjuntos habitacionais na periferia. A população local mobilizou-se contra esse projeto de exclusão social e se articulou com setores da igreja católica para lançar uma contraproposta, e assim foi concebido o projeto “Teimosinho”, que pretendia garantir a permanência dos moradores em Brasília Teimosa através da legalização fundiária, melhorar suas residências e urbanizar a área

através dos investimentos em infraestrutura básica, com financiamento do PROMORAR (ALBUQUERQUE, 2006).

Na prática, o projeto Teimosinho realizou a retirada de palafitas, transferindo seus moradores primeiro para a Vila da Prata, em 1982, e em um segundo momento, para a Vila Moacir Gomes e Vila Teimosinho. Contudo as ações de urbanização da beira mar que estavam na pauta desses projetos não foram executadas e mais uma vez novos ocupantes construíram palafitas na beira-mar de Brasília Teimosa (SANTOS, 2011).

A pressão exercida pelos movimentos sociais em prol da resolução de suas demandas foi respondida pelo poder público em 1983, com a lei 14.511/1983 que definiu as diretrizes de uso e ocupação do solo na cidade do Recife. Através dessa lei, além de outras zonas foram definidas as Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS. Segundo essa lei, essas zonas são conceituadas como:

assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana (RECIFE, 1983)

A partir disso o governo reconheceu formalmente a existência de favelas como parte da cidade. Inicialmente foram delimitadas 27 ZEIS, número pequeno perante a quantidade de favelas existentes naquela época, que era por volta de 200 (ALBUQUERQUE, 2006, p.10). Durante a gestão de Jarbas Vasconcelos como prefeito da cidade do Recife foi instituído o PREZEIS, Plano de Regularização e Sistema de Gestão Compartilhada. O PREZEIS defendia o princípio de que a terra existe para morar e não para ser fonte de lucro e especulação e fixou normas e procedimentos para promover regularização fundiária nas áreas definidas como “assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas e privadas, não dispendo de infraestrutura básica de urbanização e sem ter a sua situação fundiária regularizada” (FASE, 1997, p.06).

Com a extinção do BNH, em 1986, houve um hiato nas políticas públicas de habitação, as ações realizadas no sentido de minimizar o déficit habitacional tiveram pouca expressividade. Com a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, através do qual foi implantada a Política Nacional de Habitação, foram destinados recursos federais para que os Estados e municípios pudessem construir moradias de interesse social ao longo de todo país.

Foi por intermédio dessa política que se viabilizou programa “Recife sem Palafitas”, uma articulação do governo federal e municipal para fazer valer o direito à moradia, previsto

no artigo 6º da Constituição Federal. Segundo discurso oficial da Prefeitura do Recife (2016), esse programa estava direcionado às famílias que viviam em situação de risco, suas ações incluíam a remoção das famílias das áreas de palafitas ou habitações precárias com menos de 18m² próximas a áreas alagadas e o reassentamento delas em conjuntos habitacionais de interesse popular, além da construção de equipamentos de saúde e educação. Outras ações previstas eram a promoção de cursos para qualificação profissional, vida em comunidade e gestão condominial, além da recuperação ambiental dos locais onde se situavam essas palafitas.

Através desse programa as palafitas voltaram a ser foco das políticas públicas de habitação em Recife. Coube a Empresa de Urbanização do Recife (URB) a coordenação e execução das ações previstas por esse projeto, dentre elas a construção de quatro conjuntos habitacionais destinados a reassentar pessoas de seis comunidades diferentes. Dentre esses conjuntos habitacionais estava o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, local e objeto dessa pesquisa. Para ele foram realocados antigos moradores das palafitas da orla de Brasília Teimosa, da Vila Vintém e do Bueirão, previstos no projeto inicial, além de moradores da comunidade do Detran, que não constam no discurso oficial da Prefeitura do Recife, mas que durante a pesquisa de campo interlocutores relataram que algumas pessoas que estavam residindo anteriormente em uma habitação coletiva em um galpão na “Comunidade do DETRAN”, também tinham haviam sido realocadas em apartamentos no conjunto.

Foi no ano de 2005 que moradores advindos dessas comunidades começaram a ser reassentados nesse conjunto, saindo das proximidades de áreas nobres da cidade para uma região mais periférica, ou seja, saíram de seus locais de origem que vivem sob constante ameaça por conta da questão da especulação imobiliária. A comunidade Vila Vintém surgida há mais de 20 anos, está localizada no coração do bairro de Casa Forte, em área adjacente ao bairro de Parnamirim, bairros nobres da cidade do Recife, tomados por prédios de classe média alta. Esse também é o caso da comunidade Bueirão, situada no bairro da Torre, próximo a um local onde ainda hoje subsiste uma chaminé que compunha a estrutura de uma antiga olaria que marcou a história desse bairro, onde estavam instaladas diversas fábricas. Essa comunidade foi uma das que se formaram no entorno dessas fábricas, que, como muitas outras (como a Vila de Santa Luzia, por exemplo), era habitada principalmente por operários que nelas trabalhavam e optavam por minimizar o desperdício de tempo no deslocamento entre o local de residência e de trabalho, ocupando irregularmente os poucos terrenos disponíveis nessa área, que ainda não tinham sido ocupados por residências pertencentes a indivíduos da classe média alta (BRAGA & FAGUNDES, 2015).

Atualmente, parte da área de onde foram removidos foi transformada em um campo de futebol, que conta também com uma unidade da Academia da Cidade, além do Conjunto Habitacional da Torre, que também foi construído através da iniciativa do programa “Recife sem Palafitas”, com o intuito de abrigar os moradores removidos das palafitas das comunidades Arlindo Gouveia, no bairro Madalena e José de Holanda, no bairro da Torre. Dessa forma, no caso do Bueirão, esses espaços subsistem como um enclave nos interstícios dos bairros mais ricos, nos termos de Durham (2004, p. 382)

Brasília Teimosa, por sua vez, está localizada na zona sul da cidade do Recife, e é marcada por uma história de forte mobilização popular. O território que compreende essa área, antes denominada Areal Novo, foi um dos locais contemplados pelos sucessivos aterros que fazem parte da história da urbanização do Recife, cidade permeada de mangues e rios e banhada pelo oceano Atlântico. Nesse local planejava-se instalar o Parque de Inflamáveis do Porto do Recife, contudo, como esse projeto não saiu do papel, em 1942 essa área de propriedade do Estado, foi ocupada por cerca de 12 mil pessoas que não tinham acesso a moradia por meios formais. A população de Brasília Teimosa foi formada por pescadores, negociantes, estudantes e donas de casa, pessoas que tinham uma ligação muito forte com o mar (PREFEITURA DO RECIFE, 2017; PERNAMBUCO DE A a Z, 2017).

O nome “Brasília Teimosa”, faz alusão tanto à nova capital federal, que estava sendo construída nessa época, quanto à obstinação dos moradores desse local, cujos barracos eram combatidos veementemente pelo governo através da força policial, destruindo os espaços de moradia dessas pessoas durante o dia, e com sua teimosia e espírito de luta essas pessoas reconstruíram seus barracos durante a noite diversas vezes para permanecer no local que acreditavam ser seu por direito. Graças a esse histórico de mobilização e resistência popular esse local ganhou essa alcunha. Conta-se, inclusive, que durante a cerimônia de posse de Juscelino Kubitschek cinco pescadores que habitavam Brasília Teimosa viajaram de jangada durante 35 dias rumo ao Rio de Janeiro para chamar atenção contra as ameaças de expulsão a que estavam sendo sujeitados constantemente (PERNAMBUCO DE A a Z, 2017).

Foi na década de 60 que esse local começou a ser ocupado, de forma mais intensa, por pessoas que careciam de um lugar pra morar e viam em Brasília Teimosa uma oportunidade. A luta pela permanência no local era constante, e as ações do poder público sinalizavam a todo momento quais eram as intenções para aquela área, tão cobiçada pelo mercado imobiliário, já que esse lugar, ocupa uma posição geográfica estratégica, próximo à beira-mar do Pina e Boa Viagem. Ainda hoje esse local é ameaçado pela especulação imobiliária, que já

atingiu todos os seus arredores, o que se pode perceber pela quantidade de empreendimentos de alto padrão, inclusive do maior shopping da cidade do Recife, o Shopping Rio Mar.

Ao observar o processo de formação dos espaços de habitação precária e o percurso das políticas públicas de habitação no Brasil e quais foram as condutas adotadas para lidar com essas questões, é possível perceber que ainda hoje há um distanciamento entre o Estado e os moradores desses espaços de habitações precárias, resultando em modelos de atuação que terminam por desprezar as demandas particulares de cada comunidade, de forma que a habitação passa a ser tratada como mercadoria, homogeneizada e homogeneizante, através da implantação dos conjuntos habitacionais.

Ainda que os condomínios verticais habitados por pessoas de classe média, também sejam exemplares de construções padronizadas, seus proprietários podem escolher o local em que vão morar, o tamanho e a distribuição dos cômodos e além disso, investir em decoração para conferir a seus espaços um toque pessoal, ao menos na esfera doméstica. Como estão sujeitos a estatutos que preveem sanções (inclusive financeiras) para aqueles que os transgridam, não é comum a realização de intervenções estruturas físicas dos prédios, de forma que há um controle mais intenso, mantendo o prédio em uma situação de relativa inércia se comparado as inúmeras alterações dos conjuntos habitacionais de interesse social, havendo o impedimento de qualquer ação que atue no sentido de sua transformação.

No caso daqueles que realizam o “sonho da casa própria” através das políticas públicas de habitação de interesse popular, cabe se contentar com esses espaços ou, inserir esses cenários num fluxo de transformação contínua. No Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro é possível ver a reação por parte dos moradores a essa condição de padronização dos espaços da forma que conseguem.

Esses *movimentos e transformações* serão discutidos de forma mais aprofundada no próximo capítulo, onde serão apresentadas as situações vividas e percebidas em campo a partir das narrativas e visões de mundo dos interlocutores da pesquisa, bem como o que pude observar sobre seus *movimentos* nos espaços físicos desse conjunto, sua adaptação à vida na nova morada, me atentando aos sentidos atribuídos a esses locais.

4 OS FLUXOS DA VIDA NO CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO: MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES

in dwelling in the world, we do not act upon it, or do things to it; rather, we move along with it. Our actions do not transform the world, they are part and parcel of the world's transforming itself. And that is just another way of saying that they belong to time¹². (INGOLD, 2000:200)

No capítulo anterior, apresentei um percurso histórico sobre o processo de surgimento dos enclaves de moradias destinadas a pessoas que não conseguem ter acesso a esse bem a partir dos meios formais, graças às profundas desigualdades sociais a que estão subjugadas. Faço esse trajeto para situar o leitor acerca dos *movimentos* que culminaram na concepção do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, de modo que agora me proponho a discutir sobre a forma como ocorre a interação entre eles e esses espaços, a partir das visões dos próprios habitantes e das minhas observações dos espaços físicos desse conjunto, tentando compreender as subjetividades dos habitantes desse local, como também observar o substrato material no qual elas ganham substância.

Busco perceber como os habitantes desse conjunto entendem a mudança para esse local, bem como o que orienta o acionamento das categorias nativas relacionadas não somente às questões morais/comportamentais, como principalmente à configuração do ambiente em que vivem. Um tema que também será abordado no presente capítulo diz respeito a como os movimentos realizados pelos habitantes do conjunto resultam em uma transformação desses espaços que foram concebidos inicialmente pela prefeitura, através de projetos formais de arquitetura e que ao serem inseridos nos *fluxos da vida* junto aos seus habitantes, vão se transformando continuamente.

¹² Ao habitar o mundo, não agimos sobre ele, ou fazemos coisas a ele; ao invés disso, nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte da transformação do mundo em si mesmo. E isso é apenas outra maneira de dizer que elas pertencem ao tempo (tradução minha).

4.1 “O APARTAMENTO ERA UMA VIDA NOVA PRA GENTE”¹³: A IDA PARA O CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO COMO MECANISMO DE ASCENSÃO MORAL

Peguei minha chave e já fui entrando, quis nem saber, quis nem esperar prefeitura, já fui entrando. Quando cheguei na minha casa me senti bem demais. Cada parede da minha casa quem beijou foi eu! O quê? Quando entrei na minha casa, mulé, eu beijei minha casa todinha! Oxe, essa aqui é minha, pá, pá, pá, pá. Comecei a beijar da sala até o banheiro. Oxe. É o quê? Agarrei meu apartamento de um jeito que não quis nem saber!(Madalena, Janeiro, 2017)

Para os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, que saíam de um local onde conviviam diariamente com a falta de água encanada, rede de esgoto, infestação de baratas, ratos entre outras pragas urbanas, ocasionadas pela ausência do serviço de coleta de lixo, fez com que a mudança para o conjunto, a priori, representasse uma possibilidade de vida nova, ou seja, a oportunidade de ter seu *cantinho*, sua *casa própria*, finalmente livrando-se desses transtornos.

Sairiam de habitações construídas a partir de materiais reciclados, como plástico, papelão ou varas e tábuas de madeira para apartamentos de alvenaria, com infraestrutura básica. Isso, para eles, significava a chance de obtenção de uma ascensão social e moral. Foi o caminho pelo qual, grande parte dos habitantes do conjunto com quem tive contato, pôde ter acesso à moradia formal, a um endereço, pela primeira vez. Ter uma cozinha, quartos, banheiro, enfim, ter uma *casa toda arrumadinha* era a expectativa deles em relação à mudança para o conjunto.

Um ato que demarcava a transição dos moradores dos espaços de habitação precária até o seu “*cantinho*”¹⁴, o apartamento no conjunto habitacional, estava o ato de se desfazer dos móveis que utilizavam nas suas antigas casas, ou pelo menos de uma parte deles. Exemplo disso é o que dona Tereza relata sobre o que ocorreu na sua mudança para o conjunto; a prefeitura enviou caminhões, entretanto, praticamente não tinha o que transportar, pois se desfez da maioria dos seus móveis “*a única coisa que eu trouxe mais para cá foi televisão, uma estante e o fogão, eu não trouxe cama, abri mão de tudo; eu disse “eu não vou levar nada, quando chegar lá eu vou comprar tudo novo, “umeno” aos poucos para ajeitar*

¹³ Por questões éticas e compromisso assumido com a preservação da identidade dos meus interlocutores, adotei nomes fictícios. Essa fala foi a de uma interlocutora a quem nomeei como Tereza, que morava nas palafitas na beira-rio da Vila Vintém e que pouco tempo antes da mudança para o conjunto tinha perdido uma de suas filhas em decorrência de leucemia. Ela afirmava que a doença de sua filha tinha se desenvolvido graças às condições insalubres que viviam na beira do rio, e para ela, apesar de ter ido para o conjunto sem garantia de emprego, já que antes vendia almoços para o “*peessoal da firma do Hiper*”[supermercado] no “*terreiro*” de seu “*barraco*” em Vila Vintém, ficou feliz com a expectativa de ter melhores condições de vida no conjunto.

¹⁴ *Cantinho* se referia à casa própria, nesse caso, o apartamento no conjunto.

tudo direitinho” (Tereza, Janeiro, 2017)

Ela decidiu que não levaria os móveis velhos para sua “*casa nova*”. Essa mudança de ir para o “*conjunto*”, significava, para ela, uma renovação na vida. Os móveis velhos que lhe prendiam as lembranças da vida de outrora, as dificuldades vividas, principalmente nos últimos anos em que morou na Vila Vintém, deveriam dar lugar a objetos que deixassem sua ***casa toda arrumadinha***. Hoje, dona Tereza já conseguiu comprar seus móveis e organizar sua casa do jeito que gostaria. Ao observar a fotografia é possível perceber a inserção de objetos decorativos como lustres, vasos decorativos, sofá, mesa e rack, que configuram sua ***casa toda arrumadinha*** (Figura 4).

Figura 4-A casinha toda arrumadinha de dona Tereza. O rosto da moradora foi coberto como estratégia para preservar sua identidade.



Foto: Autoria própria.

A princípio, o apartamento *da prefeitura*, realizados nos moldes triviais dos projetos de habitação de interesse social Brasil afora, isto é, limpo, padronizado, sem intervenções feitas através de arquitetura vernacular¹⁵, refletia o ambiente estéril que eles compreendiam como *todo arrumadinho*, capaz de transformar não somente a forma e a qualidade das suas moradias, bem como também o próprio modo como eles se percebiam na vida. Contudo, é somente após a mudança para o conjunto, no ato de habitar, que as relações com o espaço acontecem, através de uma mútua transformação, na contramão da impessoalidade dos projetos padronizados de habitação.

O incômodo começa no próprio nome, usualmente adotado para se referir às habitações de interesse social: *conjunto habitacional*. Nas entrevistas, alguns interlocutores, ao falarem sobre o que é ser morador do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, reclamaram sobre a escolha da prefeitura ao nomear o prédio sobre a insígnia de *conjunto habitacional*. Para eles, isso era uma caracterização de que ali era um local de moradia de “*pobres e favelados*”, sugerindo que a prefeitura poderia ter optado por colocar o nome de “*condomínio*”, pois já “*deixava mais chique, veja só: Condomínio Casarão do Cordeiro*”¹⁶. Nesse sentido, o fato de ir morar nos **apartamentos** representava para essas pessoas uma ascensão social e moral. Entendiam, portanto, que denominar como *conjunto habitacional* implicava em estigmatizá-los novamente. É sobre o conceito do que é ser **morador de condomínio** e o que é ser **favelado de novo** que discorro no próximo tópico.

4.2 “SER MORADOR DE CONDOMÍNIO” vs. “SER FAVELADO DE NOVO”: PAISAGENS E TRANSGRESSÕES

A mudança para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro representava para os habitantes, conforme dito anteriormente, uma transformação da própria dimensão de vida. Enfim, deixariam de ser **favelados** para se tornarem **moradores de condomínio**. No processo de se tornar **morador de condomínio** era necessário que cada morador abandonasse seus modos de vida anteriores, como a obtenção de serviços básicos, tais como água e energia, através de ligações irregulares, os chamados “*gatos*”, contribuir com a taxa de condomínio

¹⁵ Segundo Choay (1988) o termo se refere a um tipo de arquitetura próprio de uma região. Aqui, de forma mais detalhada, entendemos como arquitetura vernácula aquela que é fruto da relação entre o homem e a sua necessidade de abrigar-se, utilizando para edificar seu abrigo os materiais de construção disponíveis no seu meio, sem a interferência de profissionais da área da construção com suas cargas acadêmicas de conhecimentos.

¹⁶ Fala de Márcia, que é cabeleireira, casada, ex-moradora de Vila Vintém, e na época em que foi realizado o campo dessa pesquisa estava grávida do seu primeiro filho.

estipulada para manter organizados os espaços públicos do conjunto e prezar pela boa aparência desse local.

Os moradores esquivaram-se do pagamento dessas taxas logo nos primeiros meses após a mudança. Como o conjunto foi construído em um local distante da comunidade de origem da maioria dos moradores, muitos deles acabaram perdendo seus empregos por conta das dificuldades de locomoção ocasionadas pelo transporte, sendo, portanto, impelidos a buscar alternativas, não conseguindo arcar com essas despesas que não estavam incluídas anteriormente nos seus orçamentos. Segundo Rosival, *Muita gente quando chegou aqui se relaxou sobre esse negócio da conta de luz, da conta de água. Minha água e minha luz é quitada derne que eu cheguei* (Rosival, Janeiro, 2017). Ter a conta de água e luz quitada, portanto, é um dos elementos que fazem parte do que eles consideram um comportamento de **morador de condomínio**.

A Prefeitura, partindo de uma ideia de que realmente era necessário impor ordem na vida dessas pessoas não restringiu as mudanças aos espaços físicos, através de uma tipologia de habitação permeada por fatores como a disciplinarização e higienização dos espaços urbanos, bem como fizeram tentativas de conter vários aspectos da vida social dos moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Conforme relata Madalena (janeiro, 2017) antes da mudança para o condomínio, a prefeitura deu um curso no qual foram falados sobre as regras necessárias para se viver no conjunto. Segundo relatório da Prefeitura do Recife, esse curso de capacitação foi chamado de “Relacionamento Interpessoal”, ministrado por uma equipe de técnicos da própria prefeitura, através do qual foram dadas regras e instruções sobre como viver em conjuntos habitacionais, direitos e deveres de cada morador. Também foram estabelecidas institucionalmente regras de convivência, de acordo com os preceitos do poder público, que não consideravam as particularidades daquele grupo de pessoas, desconsiderando a heterogeneidade da sua composição, tendo em vista que congregava pessoas de comunidades diferentes, que tinham suas próprias regras de convívio e modos de apropriar-se do espaço.

Segundo os discursos ouvidos acerca desse curso, todas as condutas antigas eram tomadas como referencial negativo e portanto, havia a necessidade de que os futuros moradores se comprometessem em modificar seus comportamentos anteriores. As questões tidas como um modo de vida que deveria ser abandonado, constam, inclusive nos termos de uso precário e gratuito dos apartamentos nos quais assinam antes de se mudar para o conjunto (ANEXO 1). Essa tentativa de impor uma ordem na vida cotidiana dos moradores era entendida por alguns deles como uma tentativa de controle exacerbado da vida privada de

cada um. Segundo a fala de Madalena que residiu seis meses em um galpão no bairro Detran, dividindo-o com várias famílias antes de ir morar no conjunto,

“antes da gente chegar aqui a coordenadora que coordenava a gente disse pra gente mesmo assim “vocês não pode beber, vocês vocês não pode sair tarde da noite”, isso tudo quando eu vi pra cá ganhar a casa, aí dissero isso pra gente (...) aí eu disse, “oxente, por quê? é uma prisão? Na minha casa não posso ter liberdade?” (...) aí eu perguntei pra outro coordenador da gente: “oh, a gente a partir que a gente vir pra cá, a gente não pode nem beber, nem sair pra canto nenhum não, é?” aí ele disse “não, a partir quando você tá em sua casa você faz o que você quiser, bota quem você quiser”. (Madalena, Janeiro, 2017)

A partir desses relatos é possível perceber como os moradores se sentiam tolhidos nesse processo de mudança. Ao mesmo tempo em que viam na mudança para o conjunto a possibilidade de, enfim, poder ter sua própria casa, estavam submetidos às determinações da prefeitura. Contudo, essas pessoas como sujeitos sociais ativos que são, não ficaram engessadas obedecendo as normas impostas pelo poder público, pelo contrário, foram criando suas próprias estratégias e caminhos de vida.

Moradores advindos de Brasília Teimosa, por exemplo - a comunidade de origem mais distante entre a dos moradores contemplados com apartamentos nesse conjunto - esperaram por um longo tempo o cumprimento das promessas da prefeitura de disponibilizar um ônibus para transportá-los diariamente, rumo aos seus trabalhos. Segundo o Sr. Rosival, proveniente das palafitas de Brasília Teimosa e ex-pescador, que se aposentou por invalidez por conta de vários problemas de saúde, a prefeitura forneceu um ônibus gratuito que faria o transporte diário de ida e volta dos moradores para que eles pudessem ir para os seus trabalhos de pescadores, marisqueiros e toda outra sorte de atividades que desempenhavam antes da mudança para o condomínio. Contudo isso funcionou por poucos dias, e logo os próprios moradores tiveram que criar suas próprias alternativas,

“Minha esposa ainda hoje veve do pescado, que ela é marisqueira. Aí é assim, entendeu? Aí ela vai pro Pina pra pescar o sururu, pescar o marisco (...) Tem que ir de ônibus pra ir pra lá. Prometeram colocar ônibus aqui pra gente daqui até o Pina, não colocaram, só colocaram um dia só. Não colocaram mais os ônibus, nem nada, aí a gente ficou nessa, né? Porque tinha gente que saía daqui a pé pro Pina, rapaz, porque não tinha capital pra pagar passagem, que a prefeitura não cumpriu... É, não é assim que eles fazem? Então na época eu ainda tinha uma bicicletinha véa, aí eu ia daqui pro Pina de bicicleta pra ir pescar, eu ainda chegava atrasado lá, o homem

ainda ficava brabo que só, comandante do barco dizia: “rapaz, uma hora dessa? Que é isso, não sei o que, mas vamos simhora assim mesmo!”” (Rosival, janeiro de 2017).

Diante das dificuldades com o percurso diário para cumprir suas jornadas de trabalho, acabaram desistindo. Uns, da ideia de percorrer a distância entre o Cordeiro e Brasília Teimosa diariamente: esses optaram por procurar outras alternativas para compor a renda doméstica que garantisse a sobrevivência de suas famílias e tornassem desnecessário atravessar a cidade para continuar trabalhando, muitos transformando os cômodos do próprio apartamento em pequenos comércios. Em conversas informais com Verônica ouvi que algumas salas ou quartos dos apartamentos de dia eram transformadas em estabelecimentos comerciais e a noite voltavam para sua função normal, ou seja, o cômodo tinha sobreposição de funções.

Já na entrega dos apartamentos, a expectativa de transformação de vida já foi abalada pela frustração com a aparência do local. Esse fato permeou o discurso de quase a totalidade daqueles com os quais tive contato. Tanto Tereza, como Rosival e Madalena afirmaram que o prédio foi entregue *“todo bonitinho”* por fora, mas que por dentro era *“mal acabado”*, de *“ piso grosso”* e *“não era nem rebocado, viu? Era no tijolo”*. Madalena afirmou que quem *“tinha um dinheirinho conseguiu rebocar, botar uma cerâmica no piso, logo após pegar as chaves... quem não tinha não fez nada, até hoje tá do mesmo jeitinho”* (Madalena, Janeiro, 2017). É notável a importância que é dada a cerâmica para revestir o piso, como se essa mudança fosse essencial para a construção do que eles têm como referência de casa ***toda arrumadinha***.

Segundo Madalena, *“Fizeram esse prédio aí correndo e pode ver que não fez bem feito. Essas janelas tudo doida aí. Não é que nem a dos outros não, a nossa é mais diferente”* (Madalena, Janeiro, 2017). A qualidade do material utilizado também se relaciona ao que define uma casa ***toda arrumadinha***. Vilma fala indignada sobre outro conjunto construído nas proximidades, o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus que foi entregue, *“com cerâmica e janelas de vidro que logo foram arrancadas, vendidas e o povo botou lona no lugar. Tá vendo que eu não fazia uma coisa dessas? Aí a pessoa passa lá na frente e fica parecendo uma favelinha”* (Vilma, Fevereiro, 2017). As intervenções que descaracterizam o espaço estéril inicial, vistas dessa maneira, são entendidas como algo que contribui para que o conjunto tome a aparência de favela de novo.

Tais moradores, ao mencionar esse assunto, sempre contavam que em outros conjuntos, construídos no âmbito do mesmo programa, os apartamentos tinham sido entregues em condições que eles julgavam superiores (piso de cerâmica, janelas de alumínio). As janelas de madeira “*que se estragam rápido*” também são algo que incomoda os moradores e aqueles que possuem “*um dinheirinho*” sempre optam por trocar. Sobre as condições, os interlocutores ressaltam que,

“Uma das coisas do apartamento é que devia ser rebocado. Num deu rebocado a gente, e agora eles tão dando tudo rebocado, com cerâmica, janela de alumínio com tudo, né? devia ter feito isso e não fez e fora ficou muito... sei lá”. (Graça, Janeiro, 2017)

“Deviam trocar a janela, a minha mesmo tá podre não tem condições, eles prometeram de trocar a janela, porque tá tudo podre. Aí o pessoal mesmo tão botando, tão tirando, aí tá assim, virando favela.” (Rosângela, Fevereiro, 2017)

Os diversos fragmentos¹⁷ agregados ou retirados dão são o que caracterizam as **mudadinhas**. Essa é uma categoria que se refere às alterações realizadas nos espaços públicos do conjunto e principalmente dentro dos apartamentos, espaços privados. Como essas alterações são consideradas ilegais conforme Termo de Uso Precário e Gratuito¹⁸, as **mudadinhas** são uma forma de abrandar o ato da transformação desses espaços. Através delas, vão se reproduzindo cenários que, segundo os habitantes do conjunto com o passar do tempo se tornaram idênticos aos que viviam anteriormente, nas palafitas: repletos de **gambiarras**: esse categoria se refere aos métodos alternativos utilizados para construção, aos improvisos adotados para resolver demandas diversas através de soluções de baixo custo, inclusive para construir **os puxadinhos/puxadas**, por vezes necessários para atender as demandas da família, foram caminhos que contribuíram para que o conjunto se tornasse “*favela de novo*”.

Enquanto os detentores dos meios formais de produção, gestores públicos, arquitetos pensam em um edifício como uma *coisa* (INGOLD, 2015) completa com um programa arquitetônico específico a ser seguido, uma finalidade específica, é somente no *habitar* que esses locais ganham vida. Como afirma Ingold (2015, p.308), não é focar nos elementos

¹⁷ Segundo Jacques (2003) o conceito de fragmentos se refere à forma fragmentária de se construir nas favelas, baseada na idéia de abrigo, que difere completamente da prática da arquitetura projetada por arquitetos, já que ocorre sem um projeto pré-estabelecido, a partir de fragmentos de materiais heteróclitos encontrados por acaso pelo construtor, que dão um contorno a forma somente no ato da construção, e essa forma nunca é fixa e predefinida como em um projeto tradicional.

¹⁸ Cláusula quarta, item VI. Não realizar nenhuma obra ou benfeitoria, por menor que seja, mesmo as que se classifiquem como necessárias, sem autorização e por escrito, do permitente, sob pena de perde-la em prol do patrimônio do município.

materiais, tijolos, argamassas, ou seja, nos materiais construtivos em si que fazem parte dessa paisagem, mas nos improvisos e adaptações resultantes dos fluxos que perpassam esses materiais, que é o que lhes conferem *vida*.

Gradativamente, a paisagem desse local vai tomando uma forma diferenciada que, de certa forma, era tida como uma frustração da expectativa que perpassava os discursos envolvidos em torno da mudança para o conjunto, posto que representava um retorno à situação de favela. Essas condutas, embora eles mesmos considerem necessárias para contornar as condições do espaço limitado dos apartamentos, ao mesmo tempo, são entendidas como fatores que contribuem para uma degradação da aparência do lugar, uma vez que o conjunto deixa de ter a aparência padronizada, ordenada, o modo tal qual tinha sido concebido pelo poder público. A mudança para o conjunto, que os fez sair da condição de ocupantes de **barracas** para moradores de **apartamentos**, exige uma mudança de comportamento, ou, conforme o discurso dos seus habitantes, exige que se *entre nos eixos*. Essa expressão se refere ao ato de abandonar os hábitos anteriores e se comportar como **moradores de condomínio**. Contudo,

“ao invés de deixar tudo bonitinho, o prédio arrumadinho, parecendo um condomínio, fica as roupa tudo na janela... Aí a gente vem pra cá., ganha o apartamento, e ao invés de entrar nos eixos... não” (Márcia, Fevereiro de 2017).

A adaptação a essa nova forma de morar em espaços compatíveis com um modelo formal de cidade, se dá através de uma vigilância escancarada entre os próprios habitantes: aqueles que transgridem as *regras da prefeitura* e reproduzem qualquer hábito encarado como uma herança da vida na favela, são taxados como os que continuam sendo *“favelados”*, visto que entendem que nessa mudança, precisam “saber morar em apartamento”, ou seja, precisam ter uma conduta de *“moradores de condomínio”*.

Quando os apartamentos começaram a ser entregues, e o lixo começou a ser depositado em locais inapropriados, os moradores primeiramente atribuíram isso a insuficiência de lixeiras diante da demanda existente. Construíram por conta própria espaços destinados a esse fim em vários pontos do conjunto (Figura 5). Essa iniciativa fez parte das táticas para melhorar a questão estética e higiênica de cada bloco, que faz parte do processo de construção desse espaço como um recinto onde pudessem ascender socialmente.

Figura 5 - Lixeira nos espaços públicos do prédio.



Foto: Autoria Própria

Contudo, não houve uma adesão de grande parte dos moradores, e a situação em relação a esse ponto ficou basicamente a mesma que nas suas moradas anteriores: *“falta de higiene dos vizinhos, que juntam lixo na frente dos apartamentos, nas escadas, juntando ratos e baratas”* (Rosival, Janeiro, 2017), ou seja, consideraram que embora os espaços fossem novos, as práticas cotidianas permaneciam, como fala Tereza,

“o pessoal do meu bloco é a maior seboseira. eu que todo dia varro e limpo o prédio. Varro o prédio, todo dia eu varro. Pra deixar tudo bonitinho, que eu tenho vergonha, chegar uma pessoa da minha família, vão ver o prédio aquele jeito, cheio de xixi de cachorro, cheio de cocô de cachorro...” (Fevereiro, 2017)

Para Antônio,

“quem não gosta de sujeira aqui se ferra. Tem que limpar o bloco todinho, porque a maioria das pessoas não se preocupa com isso. Eu tenho uma cliente que todo dia ela desce, limpa tudo, com tudo dela. Ninguém é capaz de segurar a pá ou pegar um saco, ela termina molhada de suor”. (Fevereiro, 2017)

No entendimento de Rosângela, essa situação só se resolveria com o envolvimento coletivo dos moradores, do contrário, o estigma de *favelado* (relacionado ao mesmo tempo ao sentido de comportamento social, bem como aos espaço físicos) continuaria arraigado àquele lugar, pois essas características continuariam visíveis, denunciando o modo como se dava a vivência naquele espaço. Segundo ela, uma solução seria,

“se todos os morador, que tem suas casa, que seja alugada, que seja própria, se reunisse que nem ali nos apartamento ali... Todo mundo se reuniu (...)tem uma pessoa que paga pra fazer faxina, pra botar o lixo fora...”. (Rosângela, Fevereiro, 2017)

Essas questões se davam a partir do entendimento de que o *condomínio*, o *apartamento* era o que concebia um local para morar limpo e digno (Figura 6), mais próximo das condições iniciais, contendo os equipamentos previstos no projeto original e que terminaram não sendo construídos. As construções irregulares contribuía para que o local fosse concebido como um *conjunto*, uma *favela de novo*, ou seja, para os que entendem o *conjunto habitacional* como um local estigmatizado, esse termo é utilizado no mesmo sentido de *favela* (Figura 7).

Figura 6 - Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro abrigoando "moradores de condomínio".



Croqui: Aliane Oliveira. Arte-Final: Dimas Mützenberg

Figura 7 - "Virou favela de novo"



Croqui: Aliane Oliveira. Arte-Final: Dimas Mützenberg

A maioria das reclamações são relacionadas à bagunça nos espaços do conjunto, colocar lixo no lugar errado, não apanhar os dejetos dos bichos de estimação, escutar som alto, arrastar móveis ou fazer barulho nos andares superiores. No entendimento de Márcia, *Tem gente que nasceu pra ser cachorro, não nasceu pra casa e nem apartamento. Tenho umas vizinha que só jesus*". *Nascer pra casa e nascer pra apartamento* consiste em se adequar as novas regras de convivência que consideram necessárias após à mudança. Essa noção sobre quem ainda mantém o comportamento de *favelado*, está sempre relacionada ao outro, a alteridade. Verônica afirma “o que faz ser ruim não é todas pessoa, é a metade que não presta (Fevereiro, 2017). Para Márcia,

"a gente cuida, o povo não cuida, a organização do condomínio é uma desgraça. Se você quer melhorar, ainda escuta piadinha: quer melhorar vá morar em Boa Viagem¹⁹, piadinha que o povo diz que enche o saco. Tem que

¹⁹ O bairro de Boa Viagem é considerado um dos mais ricos da cidade do Recife. Situado na beira-mar, está repleto de condomínios verticais de luxo.

melhorar tudo (...) o povo tem as coisas e não cuida não, porque tem gente, não digo a gente, que a gente cuida, mas tem gente que só dá pra morar na favela de novo”.(Márcia, Fevereiro, 2017)

Querer melhorar se refere a tentar adequar o conjunto as suas expectativas em relação a um lugar para morar, limpo, arrumado, em ordem. Para isso, era preciso assimilar novos hábitos de higiene, e convivência em comunidade. A melhoria dos espaços que dependiam de atitudes de **morador de condomínio** eram o principal elemento que diferenciariam “*um condomínio*” de uma “*favelinha*”, do “*Bangu*”. Segundo Graça, quando se mudou para o conjunto tentou se adequar para não *aperriar os vizinhos*, mudando suas atitudes para se conformar ao seu novo espaço de vivência. Ela afirma que quando morava em Vila Vintém,

“o que eu tinha era um som montado que meu marido ganhou dos rico. Umas caixa grande, me chamavam de rica na favela. Aí ele vendeu. deu logo fim, pra ele não fazer zuada aqui... tem gente que até dia de domingo faz a zuada de som que abala... tem gente que além de ligar, ainda ligar ainda canta. Eu não aperreio ninguém, mas o povo já gosta de me aperriar... o pessoal sei lá... muita gente liga a radiola alta o que me incomoda é isso.”(Graça, Janeiro, 2017)

Para Rosival,

“Aí virou uma favela de novo, né? posso dizer? posso dizer? eu mandava derrubar esses prédio todinho e fazer tudo casa, casa térrea porque isso não é moradia de ninguém não. Isso aí pro caba morar aí dentro, isso aí é um ninho de rato, tão triste no mundo. Você não dorme de noite dentro de uma desgraça dessa aí, tô mentindo não(...) Agora eu acharia melhor que eles derrubassem isso tudinho e fizesse tudo casa, casa térrea pro povo morar, porque dava demais, porque tem esse terreno aqui, tem aquele terreno de lá, dava para fazer em casa para todo mundo, rapaz! E era muito bem melhor. Do outro lado tem umas casinha ali do outro lado. Se você ver lá não tem barulho, não tem zoada, é um silêncio, né não? É um sossego aquelas casinha ali. Porque aqui não é só som não, porque som o cara liga e desliga, danado é você de meia noite dormindo e o vizinho Pá! Pêi! arrastando um móvel batendo feito um miserável. Vai morar numa coisa dessa pra tu ver...”(Rosival, Janeiro, 2017)

Segundo esse relato e outros ouvidos no decorrer do campo dessa pesquisa é possível perceber que as **casinhas** são o tipo de moradia mais almejado no local: as casas dispõem de uma pequena fração de terreno livre para que o morador possa usá-la ou transformá-la livremente, conferem uma maior privacidade do que nos prédios apartamentos, onde são

adensadas verticalmente dezenas de pessoas, como também é uma forma de poder se proteger dos barulhos indesejados dos vizinhos.

Habitados a morar em espaços horizontais, muitos continuam utilizando o "som alto" como meio de diversão, por outro lado, isso também se torna um motivo de conflito: o som, sem hora para iniciar ou acabar, acrescido à falta de isolamento acústico, decorrente do fato de que nas estrutura básica através das quais esses prédios foram construídos não houve uma preocupação com essa questão, é visto como uma atitude tida por aqueles que não **sabem morar em apartamento**.

Outros problemas de infraestrutura do conjunto também se reverberam entre os apartamentos, causando transtornos. Contudo, como isso não é fruto de uma ação direta de um morador, mas sim de causas externas, não é compreendido como uma atitude de “*favelado*” que interfere deliberadamente no estado dos espaços físicos do conjunto. Segundo dona Graça,

O rombo do banheiro da vizinha, tá molhando todo meu banheiro. Tomo banho até sem acender, é bom que não gasto minha água [risos]. Mas ela é legal, muito boa minha vizinha, peguei uma vizinha boa. Ela sabe morar em apartamento, porque tem gente que não sabe, que arrasta sofá, a minha não me atrapalha em nada. Graças a Deus. A minha vizinha é ótima, mas tem muita gente que não sabe viver em apartamento (Janeiro, 2017).

Diante de tudo que foi exposto acima, compreende-se que as visões a respeito do processo de transformação e apropriação dos espaços físicos do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, perpassam sobre as construções que os habitantes fazem de si, que são influenciadas pelos estigmas atrelados ao fato de morar nesse lugar²⁰. Ao mesmo tempo em que o local é produto das ações dos seus habitantes, as subjetividades deles perpassam as paisagens em que vivem, de forma que é somente nos atendo a esses fluxos que podemos compreender como isso de fato ocorre.

Embora se posicionem acerca dos modos pelos quais consideram que são vistos pela vizinhança, a imposição do exterior é tão forte e arraigada ao imaginário sobre esses espaços, que até os próprios moradores, ao mesmo tempo que tentam combatê-los, os reproduzem. É a partir dessa ideia que discuto o próximo tópico.

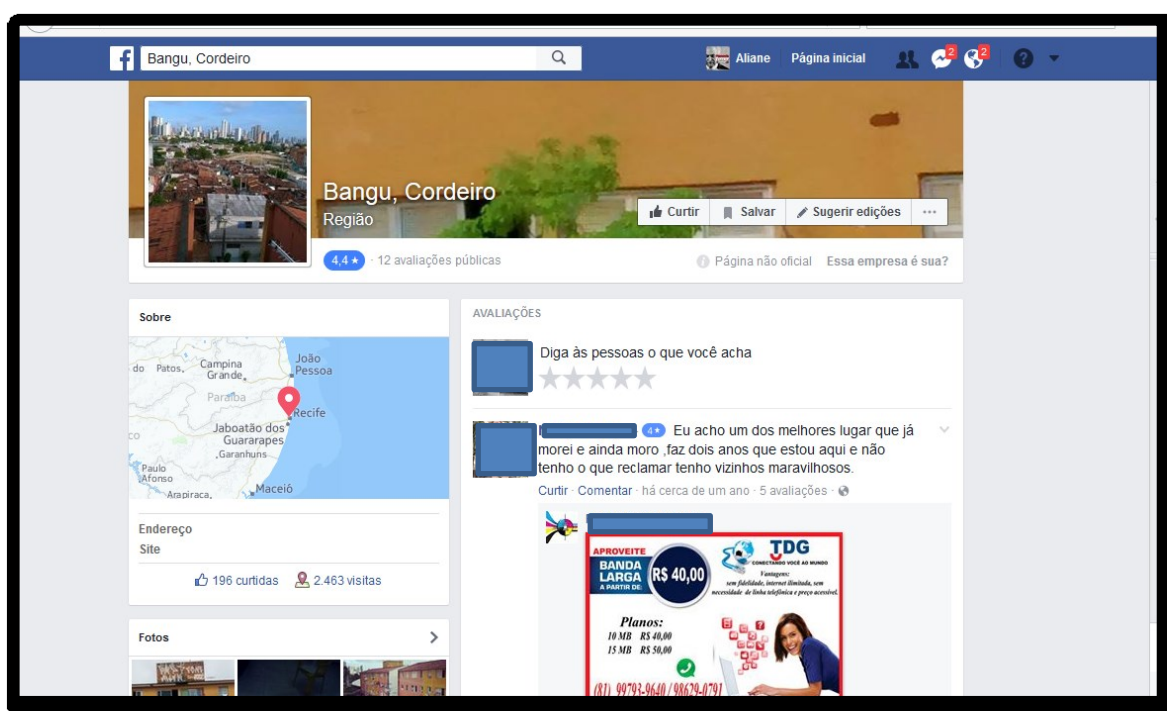
²⁰ Para Marta, por exemplo, a vizinhança enxerga o lugar como “*perigoso, violento e cheio de vagabundos, a maioria das pessoas que moram no conjunto são trabalhadoras, mas são tudo chamado de ladrão*” (Agosto, 2016)

4.3 “AQUI É O BANGU, FAVELA DE NOVO”: COMO ESSAS CONCEPÇÕES SE REVERBERAM NOS ESPAÇOS FÍSICOS DO CONJUNTO?

Durante o período de idas a campo, muitas vezes ouvi os próprios moradores se referirem ao conjunto utilizando nomes de complexos prisionais como “Carandiru” e, mais comumente, *Bangu*, que inclusive é uma das formas como a localização do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro está marcada na página da rede social Facebook (Figura 8).

Essa categoria de identificação do espaço como *Bangu* que permeia o discurso dos habitantes do conjunto tem a ver com vários fatores, desde questões relacionadas ao substrato material do conjunto, bem como à questões relacionadas à própria dinâmica social do local.

Figura 2 - Fanpage que demarca a localização do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro sob a nomeação de Bangu, Cordeiro.



Fonte: Facebook, 2017.

A aparência dos blocos de apartamentos, o sentimento de confinamento e mesmo de aprisionamento em seus espaços mínimos, ou mesmo as *regras da prefeitura* que, ora são consideradas como um meio para que os moradores “entrem nos eixos”, ora são consideradas um cerceamento da liberdade que tinham quando eram moradores de palafitas, são os caminhos pelos quais os moradores definem o que para eles significa morar no *Bangu*. Na figura 09 trago um desenho feito a partir do recurso da antropologia gráfica que foi feito partir

do discurso dos interlocutores. Ao mesmo tempo em que a priori foi visto como uma mudança positiva na vida deles, por ser uma possibilidade de uma vida melhor, por outro se sentem aprisionados pelos fatores mencionados anteriormente. “*Mais parece uma prisão*” (Rosival, Janeiro, 2017) ; a violência, que também contribui para esse confinamento, “*aqui é o Bangu, não posso soltar meus netos pra brincar na rua*” (Madalena, janeiro de 2016), também se relaciona com os estigmas a que são submetidos cotidianamente “*o povo acha que aqui só tem criminoso*”(Marta, Agosto, 2016).

Figura 9 - A Vida no Bangu



Croqui: Aliane Oliveira. Arte-Final: Dimas Mützenberg

Já para Graça, a essa construção da ideia de *Bangu* se refere a todos os arranjos e ***gambiaras*** adotadas para solucionar as demandas individuais dos moradores, que tornaram a refletir a situação anterior vivida por eles: “*aqui é o Bangu, favela de novo*”. Embora cite isso com um tom crítico, deixa claro que só não fez transformações no dela porque seu marido a impedia de realizar quaisquer alterações na estrutura do apartamento.

As visões sobre essa relação com o espaço são fluidas e estão em um estado permanente de transmutação, refletindo uma contradição entre discurso e prática. Ora os habitantes a percebem como algo necessário, já que a prefeitura lhes forneceu espaços que não condizem com suas práticas, ora criticam essas intervenções, que julgam contribuir com a insígnia de *Bangu* conferida ao local. Por outro lado, também existem aqueles que condenam, mas que também deram as suas **mudadinhas**.

4.4 MOVIMENTOS: TRANSFORMAÇÕES COM “GAMBIARRAS”

Parto aqui da ideia de que compreender os movimentos inerentes ao ato de habitar de um determinado grupo é um caminho para perceber como seus espaços são organizados e racionalizados, de que forma as necessidades básicas, exigências sociais, ou simplesmente as aspirações ou o próprio ato de habitar, implica em *movimentos* que se materializam numa *transformação* dos espaços públicos e privados. O material disponível, o domínio das técnicas e as soluções criativas adotadas, principalmente no caso de grupos que vivem em condições econômicas desfavoráveis, faz com que essas transformações se deem principalmente através de engenhocas que, no presente caso, são tratadas enquanto *gambiaras* para que possam *se virar*, ou seja, para estruturar suas vidas novas enquanto percorrem esses caminhos. Assim como afirma Jacques Berenstein (2001, p. 15) aqui, meu interesse não é estudar somente as formas, mas sim os processos que as (trans)formam.

Segundo Ingold (2015, p. 309), é preciso ler a criatividade para frente: ou seja, seguir os caminhos do mundo na medida em que se abrem: ao invés de se recuperar a cadeia operatória que resulta em um produto final, compreender os improvisos sofridos por esse produto como um permanente estado de manufatura, um permanente ponto de partida já que esses substratos materiais continuam *vivos*, ou seja, seguem se transformando.

O Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro foi construído pelo poder público em um modelo que se contrapõe às habitações horizontais tais como as que os atores sociais que foram removidos para esse local residiam anteriormente. Se trata, no caso, de um adensamento vertical de centenas de famílias através dos prédios de apartamentos de até três andares, em uma perspectiva de implantação de uma cidade formal, a partir do que se chama de arquitetura erudita²¹. Contudo, *habitar*, não é somente ocupar espaços construídos a partir

²¹ Na acepção mais comumente adotada, arquitetura erudita seria a arquitetura cuja produção exigiu um conhecimento desenvolvido, não rudimentar. Consequentemente, qualquer obra construída por um arquiteto, independente do seu grau de excelência, desde que sua concepção tenha demandado um conhecimento específico e aprofundado.

de projetos prévios. Pelo contrário, tem mais a ver com a maneira como os habitantes produzem suas próprias vidas e como a vida prossegue (INGOLD, 2015)

Sendo assim, nesse percurso para dar prosseguimento à vida, esse espaço, transformado por meio das intervenções dos próprios habitantes, que driblando e subvertendo as imposições do poder público através de suas próprias táticas, foram fazendo com que os espaços antes estéreis, que eles compreendiam como *todo arrumadinho*, fossem adaptados às vocações que expressassem as subjetividades do grupo, e, com isso, funcionassem como um meio para alterar a forma com que eles se percebiam na vida.

Inicialmente, segundo Tereza,

"a prefeitura veio aqui uns três mês pra ver a convivência da gente, pra explicar que não podia fazer isso, não podia fazer aquilo, não podia derrubar parede, não podia mexer na estrutura do prédio, não podia mexer. não podia colocar uma pranta na frente..." (Tereza, Janeiro, 2017)

Contudo, não demorou muito após o período de entrega dos apartamentos para que os habitantes do conjunto fizessem as primeiras alterações no espaço, quebrando as *regras da prefeitura*, de modo que ele logo foi tomando uma forma bem distante da original. Se no início, o domínio de cada morador estava restrito ao interior do seu apartamento, nesse processo de adaptação aos (e dos espaços) se expandiram para as áreas comuns do prédio, construindo puxadinhos no térreo, arranjos emergenciais acionados como soluções para transpor os espaços limitantes. Os vãos, entre um bloco e outro, deram lugares a corredores estreitos que se assemelham aos becos e vielas, formando os labirintos tão familiares a eles.

Nesses *movimentos* de transformação, os cenários do conjunto vão ficando cada vez mais distantes de sua configuração original, grande parte dos apartamentos do conjunto encontra-se modificada ou ampliada em alguma direção. Mesmo que as habitações horizontais representem um modo mais fácil de efetuar essas alterações, uma vez que se permite construir verticalmente, através da implantação de lajes, bem como ampliar horizontalmente, caso haja terreno disponível, gerando um aumento da extensão das casas, os moradores desse conjunto encontram mecanismos por meio dos quais conseguem fazer suas *gambiarras* de modo a e assim realizar suas *mudadinhas*.

No caso do conjunto, nos apartamentos térreos, os habitantes fazem essas transformações dessa última forma, de modo que possuem maiores possibilidades de dar uma *mudadinha*, e, portanto, são mais numerosas, já que podem avançar no sentido das áreas comuns e também são mais visíveis na paisagem. Contudo, mesmo os habitantes de apartamentos situados nos pavimentos superiores, que embora, em sua maioria, se limitem a

alterar a planta do interior dos apartamentos, ainda conseguem fazer intervenções através do domínio de algumas técnicas para construção em suspenso, em uma articulação entre os moradores de todos os andares do bloco.

Os discursos acerca das transformações dos espaços no conjunto abrangem diversos fatores, que tem relação tanto com as necessidades particulares de cada morador, quanto com seus projetos e aspirações pessoais. São influenciados tanto por questões de parentesco - através da criação de mais cômodos para adequar os espaços para a famílias, que são extensas demais ou agregam aqueles que não têm condições de pagar aluguel em outros locais - tanto por questões de privacidade, fazendo isso através da construção de puxadinhos ou da reconfiguração dos espaços internos dos apartamentos, dentre outras formas. Os apartamentos também foram adaptados para o funcionamento de pequenas “*bodegas*”. Essas soluções criativas adotadas pelos moradores para ocupar tais espaços se dão a partir de várias invenções possíveis. Em uma ocasião durante a pesquisa de campo, Vilma aponta para um estabelecimento comercial no térreo desse conjunto: “*ó esse mercadinho aqui, é um vão de um apartamento, é uma casa aí. Aí fizeram esse comérciozinho aí*” (Vilma, Fevereiro, 2017) acerca de uma das soluções adotadas.

Esses movimentos que se materializam na paisagem do conjunto ganham vida através dos contextos nos quais estão envolvidos junto aos habitantes. Em alguns casos, por exemplo, o ***puxadinho/puxada*** foi construído sob a justificativa de haver uma vontade de ter uma espécie de quintal, um terraço no qual poderiam receber amigos, parentes, fazer festas, bem como para que as crianças pudessem brincar e evitassem a rua, de modo que na fala de alguns moradores esse espaço era bom meio de manter seus filhos e netos brincando em casa, dado que o interior dos apartamentos era muito pequeno. Assim, aos poucos os apartamentos se tornaram mais extensos, as salas foram expandidas, ganharam terraços, jardins e áreas de convivência.

Construir bem construído trata-se de uma categoria nativa que se refere às construções de alvenaria, ou outro tipo de caráter mais permanente, sem as características de improviso comuns a maioria das transformações ali efetuadas é algo mais comum nos espaços privados, no interior dos apartamentos: primeiro porque o espaço representa para eles seu “*lar*”, ***onde se sentiam em casa***; segundo porque esse local é menos visível e portanto, considerado menos sujeito à fiscalização e demolição por parte da prefeitura. Ou seja, o risco de perder o que foi investido nessa transformação é menor.

Embora muitos moradores mantenham o discurso de que são contra ***mexer na estrutura***, eles próprios também afirmam ter feito intervenções, a partir do que dizem sobre

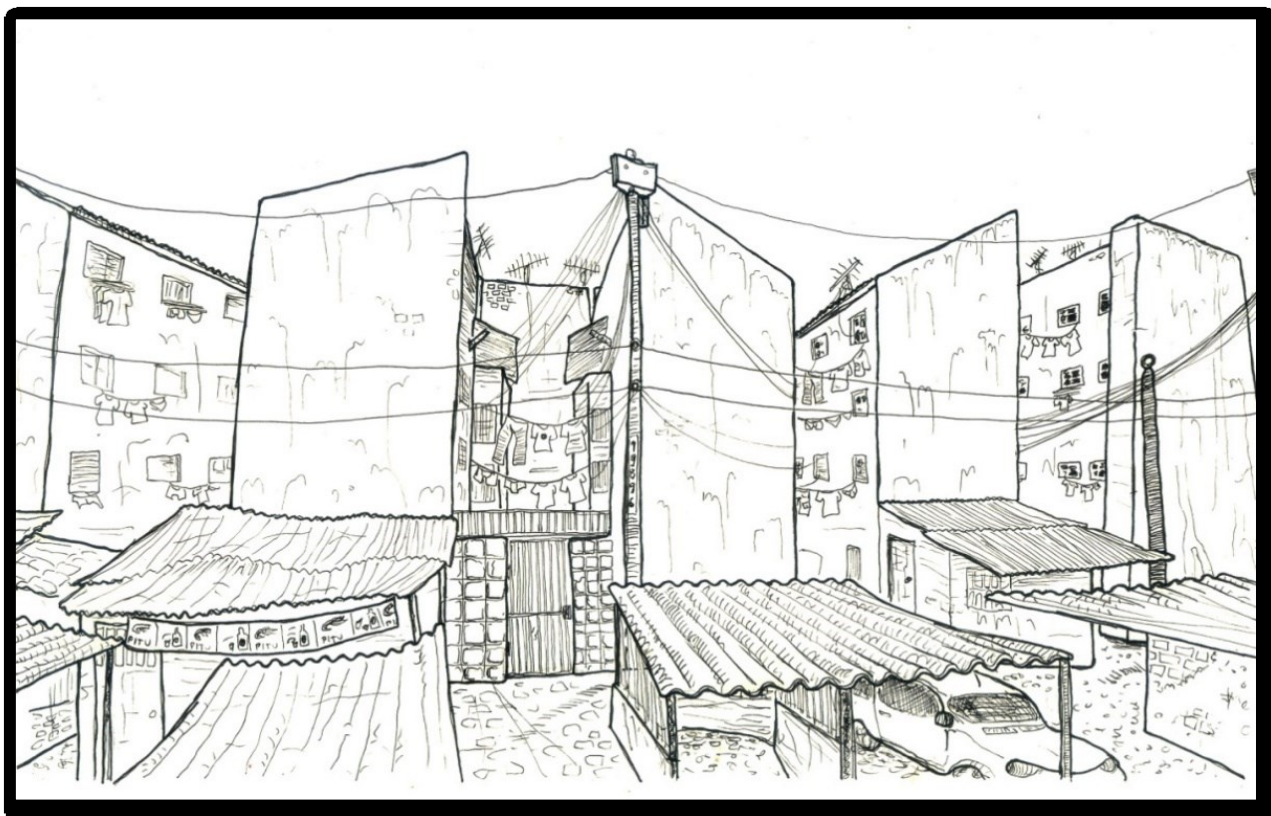
dar só uma **mudadinha**, “*que não prejudicaria nada da estrutura do prédio*”, conforme ouvi em muitas conversas informais. Um exemplo disso é Madalena, que decidiu mexer no interior do seu apartamento após sua irmã precisar ir morar com ela. Dividiu a sala, resultando no acréscimo de um quarto. Para justificar a **mudadinha**, ela afirma,

“mexi na estrutura da casa porque tava pequeno, né? Eu queria ter meu espaço, meu quartinho, né? A minha filha tem o dela. E a minha irmã não tinha, tinha que ficar comigo. Eu queria ter um espaço pra ela também, sabe? Queria ter privacidade, queria ter a minha. Aí meu ex-marido que eu arrumei comprou esse negócio [materiais para construir a divisória], disse que ia fazer um quarto lá na sala. Aí eu disse “não pode mexer aí” aí ele “mas eu tô fazendo uma privacidade pra você”, aí eu disse “então tá bom pra mim””(Madalena, Janeiro, 2017).

O apartamento de Rosival fica localizado no terceiro andar do prédio. Hoje, ele está aposentado por invalidez, mas na época em que foi residir no conjunto, era pescador. A única alteração realizada no interior do seu apartamento foi a colocação de cerâmica no piso “*para deixar mais bonito e arrumado*”(Janeiro, 2017).

Uma reclamação comum entre os moradores foi a quase inexistência de uma área de serviço e espaços para estender suas roupas. Dona Tereza, como também dona Graça colocaram sua máquina de lavar dentro do banheiro e, a exemplo dos seus vizinhos, estendia a roupa na parte externa do conjunto, contribuindo para transformá-lo no que eles entendem por uma **favelinha de novo** (Figura 10).

Figura 10 - Muros e Mosaicos: o patchwork do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro.



Croqui: Aliane Oliveira. Arte-Final: Dimas Mützenberg

Márcia conta orgulhosa sobre as *mudadinhas* realizadas na sua casa,

“Troquei agora a janela. Fiz tudo, que deram pelado, só os tijolo. A gente rebocou, botou cerâmica, trocou janela, trocou as portas, trocou tudo. Quando eu ganhei eu achei o máximo, mas quando entrei eu não acreditei que tivesse tudo pelado. O povo lá da comunidade tinha uma carência enorme também, muita gente ainda tem dificuldade de organizar seu apartamento, e eu fiquei assustada porque os outros que eles entregaram não era assim. Mas o povo fez pressão pra entregar logo (...)”

Dona Tereza, ao falar sobre seus primeiros dias morando no conjunto, afirmou,

A gente ficou feliz: ia ganhar um apartamento. E quando a gente veio olhar a gente ficou feliz de ter ganhado o apartamento. Não era rebocado (...) quando eu cheguei o apartamento todo... não era rebocado, nem nada. Os tijolo aparecendo... mas mesmo assim eu ainda fiquei feliz (...) Assim, eu gostaria de ter um apartamento bem arrumadinho, Mas foi bom, né? (...) até os conduítes da energia passava assim [me falou isso apontando pra parede, afirmando que estavam expostos] menina não podia nem lavar a casa, que eu tinha medo de levar um choque,. Oxe menina! Quando eu entrei dentro da casa eu andava assim nas paredes [gestos de quem segurava nas paredes] que eu escutava o meu som da minha boca, da minha voz, porque acostumado a morar assim né [se referindo a morar nas

palafitas, quase que ao ar livre]. *Aí quando eu chego no apartamento escutava o meu som. Aí eu ficava: meu Deus do céu! Eu encostava assim [com o ouvido na parede]: É, parede doida!*

Com o tempo, foi conseguindo recursos para modificar as coisas que julgavam necessárias para ter seu apartamento ***bem arrumadinho***,

a única coisa que a gente derrubou porque tinha a pia, o lavador, a pia de lavar prato, né? Uma pia meio feiosinha... aí eu derrubei, tirei aquela pia e botei uma pia de inox, botei de frente a pia, mudei a posição, tem uma paredezinha eu derrubei, que era um tanque de lavar roupa pra poder caber o armário da cozinha. aí fechei uma janela da cozinha pra poder botar o armário. Era duas janelas e eu deixei uma. Essa janela grande é a sala, as outras são os quartos. Não botei grade nas janelas, as minhas são do mesmo jeito. A única coisa que eu não fiz foi isso. Só botei na parte de trás, só na subida. Aí eu tinha medo... os quarto é do mesmo jeito, só é um pouco pequeno, a gente queria mudar a posição da cama, mas não dava." (Tereza, Janeiro, 2017)

Como ***construir bem construído*** demanda um investimento maior, ou mesmo intervenções que vão um pouco além de uma ***mudadinha***, aqueles para os quais, por diversos fatores, isso não é possível, optam por decorar a casa com os móveis e objetos decorativos novos, que deixam a ***casa toda arrumadinha***. Graça reclamava que apesar de ter sido contemplada com um apartamento no térreo, seu marido “*não deixava reformar o apartamento que ele achava bonito do jeito que a URB entregou, ele era muito ignorante. Não mudei nadinha, que ele não deixava fazer nada no apartamento*”(Graça. janeiro, 2017). Pude visitar o seu apartamento durante uma tarde e ver como ela adequou seu espaço, do jeito que achou possível, através do uso de objetos decorativos e da mobília, para ter sua ***casa toda arrumadinha*** já que mexer na configuração espacial não era uma opção: vasos com flores artificiais, um sofá, rack com diversas fotos da família dispostas em porta-retratos foram o caminho utilizado para transformar sua casa de acordo com sua expectativa.

Continuamente, os *movimentos* realizados sobre os espaços públicos do conjunto também vão modificando essa paisagem: foram construídos espaços para depósito de lixo, para que o prédio não ficasse “*cheio de lixo espalhado parecendo uma favela*”(Rosival, Janeiro, 2017) , jardins, para “*deixar o conjunto mais bonito*” (Marta, Agosto, 2016), contudo as transformações que mais se destacam são os inúmeros estabelecimentos comerciais, bares, salões de beleza, mercearias, bancas de jogo, bem como igrejas, transformando um espaço que até então era meramente residencial. A não construção dos boxes comerciais, previstos no

projeto inicial de implantação desse conjunto habitacional é um dos principais motivos atribuídos pelos moradores para o alto número de estabelecimentos comerciais construídos de forma irregular,

É, porque veja só, eles enganaram a gente, certo? Eles enganaram a gente dizendo que ia fazer boxe pra nós que somos pescadores, produzir, pegar nossos produto e trazer pra nós mesmos vender aqui. E até hoje nós esperamos esses boxes e nada foi feito. É a gente esperou, né? A gente esperou pelos governantes pra ver se eles faziam alguma coisa por nós, se eles faziam os boxes, né? porque se na época eles fizessem os boxes, eu já vinha sentindo problema de coluna, mas se eles na época tivessem feito os boxes e tivesse passado pra mim, pro meu nome, eu ainda tava no meu box, né? Tava negociando meu peixinho (Rosival, Janeiro, 2017)

O que ele prometeu pra gente, que ia fazer, foi box. Não fizeram. No lugar de fazer o box fizeram foi o negócio ali dos cachorro²². Porque ele prometeu o box e fazer cooperativa pra gente, lá a gente tinha associação... podia fazer esse negócio dos cachorros em outro canto. (Verônica, Fevereiro de 2017)

Para Tereza, moradora do conjunto, a parte boa de viver na **beira da maré** estava relacionada ao fato de que lá tinha espaço suficiente para manter seu estabelecimento comercial,

"Era até bom para mim, uma parte era bom para mim, porque nesse tempo eu vendia almoço, entendesse? Eu vendia almoço, trabalhava muito (...) dava almoço a 60 homens, tudo eu fazia! na minha casa tinha um quintal, era bem grande, ficava na beira da minha casa. Tinha um quintal bem grande assim, era na beira da Maré, mas era um barraco bem grandão (...) bem comprido, um terraço bem grande. Aí eu botava um monte de mesas, eu tinha meu trabalho, ganhava meu dinheiro com isso (...) trabalhava muito, mas ganhava muito dinheiro. A parte ruim é que ficava na beira da maré, sentia aquele cheiro de bicho morto, entendesse? Aí ficava fedendo, a gente tinha que pegar um negócio, empurrar o bicho para descer... só de encostar já ficava fedendo" (Tereza, Janeiro, 2017).

²² O “negócio dos cachorros” é o Hospital Veterinário do Recife, tido como o primeiro hospital público de todo o nordeste. Foi implantado em um terreno existente no interior do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro e inaugurado em 08/06/2017. Na ocasião da pesquisa de campo dessa dissertação, portanto, ainda não estava em funcionamento. Dentro desse conjunto também funciona uma unidade do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social e uma unidade básica de saúde da família.

Como não há uma divisão clara do que representa o interior do conjunto e a rua (a não ser na entrada principal), as áreas que, segundo os moradores, seriam destinadas a construção de diversos equipamentos para os habitantes do conjunto foram sendo tomadas por **barracos**, termo utilizado por eles para se referir tanto aos seus antigos locais de moradia, quanto, nesse caso, aos estabelecimentos comerciais construídos nas áreas comuns do conjunto; **puxadinhos**, que segundo Guedes (2008, p. 06) são construções em geral precárias que aumentam, horizontal ou verticalmente, edificações originais, geralmente são feitas para abrigar novas famílias que se formam a partir do núcleo original. Os interlocutores dessa pesquisa, por sua vez, definem como **puxadinhos** as construções realizadas a partir dos apartamentos, utilizando ao menos uma parede deles como suporte; **casinhas** que é uma categoria nativa que se refere as 56 casas térreas situadas no terreno atrás do conjunto, que foram construídas pela própria prefeitura e entregues em 2007, como complemento ao projeto “Recife sem Palafitas” e, finalmente, pelas **invasões**, que são as habitações auto-construídas na parte posterior do conjunto (próximo as casinhas), que foram ocupadas por pessoas que não vieram das comunidades contempladas pelo projeto, ou seja, que não teriam direito à ocupar esse espaço. É interessante que embora os **puxadinhos** sejam, de certa forma, um mecanismo que “invade” os espaços públicos do conjunto, como se trata de uma forma normatizada por parte dos moradores, quem foi contemplado inicialmente com um apartamento no conjunto encontra legitimidade para fazer esse tipo de construção. Alguns moradores compreendiam o incremento dos espaços do conjunto com construções irregulares, principalmente em relação à construção das **barracas**, pois se relacionavam ao sustento da família, segundo dona Tereza:

“Prometeram de fazer comércio, comércio aqui, porque terreno tem, né? comércio pro povo trabalhar... por isso que hoje tá assim na frente. Até hoje não fizeram (...) mandaram tirar esse negócio tudinho. porque não era assim não. Devia tirar tudinho. Ficou uma coisa horrível, parecendo uma favela. Deviam tirar isso aí. Os comércio por mim não faço questão não, cada um pode usar (...)O comércio dá pra levar, eu acho.” (Tereza, Janeiro, 2017)

Esses espaços públicos do conjunto, outrora destinados a fins de convivência, trânsito de veículos e pedestres, ou mesmos espaços vazios, vão se tornando instrumento de disputa ou negociação coletiva, como se fossem prolongamentos da casa, propriedades particulares de cada habitante, de modo que essa ideia de divisão entre “espaços públicos” e “espaços privados” está em constante movimento. Para dona Tereza,

“Agora isso aqui... [me diz apontando para os antigos espaços destinados a garagem] Ele deixou tudo aberto pra quem tivesse carro colocasse, né? mas aqui tem de fulano, é de sicrano, que é meu, é alugado, é vendido... carro abandonado, tudinho” (Tereza, Janeiro, 2017)

Feitas sem projetos formais, a partir de técnicas de construção que não são consideradas legítimas pelos detentores do saber hegemônico, as transformações nos espaços do conjunto, para alguns moradores, configuravam um risco à segurança de todos, pois segundo eles, podiam abalar a estrutura do prédio e este, por sua vez, poderia ruir, como relatam,

Veja aí que é varanda! Isso tudo pesa, porque esses prédio são prédio tudo prédio caixão, e esses prédios é montado sabe nim quê? Isopor embaixo, porque isso aqui era um maré, isso aqui foi aterrado porque isso aqui era tudo mangue, isso aqui tudo era mangue. Se você cavar ali dá água, pouco, pouco.” (Rosival, Janeiro, 2017)

Não tinha bate estaca propriamente, o cara expricou, a gente teve aula, a gente teve quinze dias de aula: esse negócio de puxar casa pra frente, má! uma casa por cima da outra. (Rosângela, Fevereiro, 2017)

É interessante que muitos dos habitantes desse local não se manifestam totalmente a favor das alterações, mesmo aqueles que fazem tantas mudanças quanto possível nos seus apartamentos e nos espaços públicos do conjunto. Outros absorvem e reproduzem o discurso técnico do poder público.

Retomando a reflexão sobre a tentativa do poder público de impor ordem na vida social do conjunto e nos seus espaços, foi possível perceber que vários elementos que constam nas cláusulas do Termo de Uso Precário e Gratuito surgem no discurso cotidiano dessas pessoas. Utilizam a estratégia de ganhar apoio de moradores desses locais como um meio para disseminar a legitimidade dos seus discursos, e isso, segundo Silva e Silva (1989 *apud* Yoshimura, 2004, p.38), se dá através de um simulacro de uma suposta preocupação com os problemas que afligem essas massas populares urbanas, tentando neutralizar possíveis estratégias de resistência. Em vários momentos nas minhas conversas com um de meus interlocutores, Rosival, escutei falas que reproduziam claramente o discurso oficial,

“Fizeram muita coisa errada aqui dentro desses blocos. Coisas que eu tive lá na CODECIR²³ e os engenheiros da prefeitura, Vânia que era da CODECIR também falou que ninguém era pra fazer nada na estrutura do prédio. Veja aí que é varanda!”(Rosival, Janeiro, 2017)

Outra interlocutora da presente pesquisa reforça em seus discursos os riscos à segurança no conjunto causados pelas intervenções.

Eu tenho medo de dar uma chuva forte aqui nesses prédio, fico morrendo de medo. Eu mudava tudo aqui. O comércio é muito irregular, a organização do condomínio é uma desgraça. A estrutura mesmo, não é segura. Não é seguro. Com 12 anos tá assim, imagine daqui a cinco anos. Tem gente que mora no térreo, comprou o primeiro andar, e ainda fez uma escada pra cima. Eu não acho certo não, acabou com a estrutura. 60% da população aqui mudou alguma coisa. Tem gente que fez um quarto por conta da quantidade de gente que mora (Márcia, Fevereiro, 2017)

Se por um lado há o discurso contra essas alterações, por outro há a justificativa de acréscimos como a instalação de grades nas janelas (Figura 11) e a implantação de muros altos nas entradas de alguns blocos (Figura 12) amparada nos discursos de proteger esses espaços da violência. Para os moradores as grades são elementos que podem evitar a invasão dos apartamentos e os muros contribuem para limitar a movimentação de pessoas naquele bloco, diminuindo o vai e vem de pessoas estranhas.

²³ A CODECIR é a Coordenadoria de Defesa Civil do Recife, que hoje se chama SEDEC, Secretaria Executiva de Defesa Civil, que desenvolve ações preventivas com o objetivo de evitar ou minimizar acidentes em situações de calamidades, a partir do monitoramento permanente das áreas de risco, tanto nos morros quanto na planície, que estejam sujeitos a alagamentos, deslizamentos e enxurradas; e em edificações que apresentem irregularidades. Além de investir em atividades educativas que orientam a população para práticas seguras, a SEDEC/ Recife promove o atendimento assistencial em casos emergenciais e também ações reabilitadoras e reconstrutivas para restabelecer a normalidade social. In: <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-executiva-de-defesa-civil>

Figura 11 - Instalação de grades nas janelas dos apartamentos



Foto: Autoria própria

Figura 12 - Muro limitando o acesso ao bloco 10 do Conjunto.



Foto: Autoria Própria

Dona Madalena afirma “*se eu pudesse fechava a frente, queria um muro pra fazer um setor fechado, pra fazer um condomínio fechado*”. Em outro momento ela ratifica o que foi dito,

“era bom botar um muro pra fechar o bloquinho da gente, pra botar uma bicicleta, uma coisa, né? Bem alto pra que ninguém possa pular. Porque a gente tem que botar as bicicleta da gente dentro de casa, por causa de quê? Por causa dos ladrão mesmo”(Madalena, Janeiro, 2017).

Compreendendo a arquitetura como um meio de comunicação não-verbal, que pode afastar e aproximar, possibilitar encontros e evitá-los (ZARANKIN, 2012, p.23) é possível perceber que materializar a existência desse muro está ligado, no caso do conjunto, a uma ideia de segurança. Para Madalena os muros poderiam aumentar a segurança no seu bloco, pois limitariam a presença de transeuntes indesejados. Os moradores dos blocos onde foram implantados esses muros consideram que essa mudança minimizou os problemas ocasionados pelo trânsito de pessoas de outras áreas, principalmente no que se refere às questões sobre criminalidade²⁴. Essa noção sobre os muros pode ser entendida a partir da ideia de Zarankin que afirma que,

Estes muros geram uma desconexão (física e simbólica) entre o interior e o exterior, dividem dois espaços (dentro e fora) e diferenciam o lugar dos habitantes do dos estranhos. A interação entre estas duas dimensões passa a estar mediada por uma estrutura material que condiciona esta relação. Já as portas se transformam em ferramentas para filtrar pessoas (ZARANKIN, 2012, p.23).

Contudo, o modo com que esses muros são vistos não é homogêneo. Se por um lado, são considerados necessários porque impõem limites físicos à circulação de outsiders, por outro são vistos como elementos que põem em risco não somente à estrutura de cada prédio, mas a integridade dos moradores. Para seu Rosival,

“Outra coisa que fizeram errado aqui dentro tamparam todos os blocos, porque não era pra tampar. Isso não é pra tampar, não é pra fechar, não é pra fazer muro. A prefeitura entregou assim aberto, então se a prefeitura entregou e entregou aberto, isso tem que tá aberto. Porque embaixo é passagem. É passagem. De um prédio pro outro. De um morador passar pra um prédio, pro outro prédio, pra um lado, pro outro, aí começaram a fechar. Pra ter segurança. Eu quero saber qual é a segurança que ninguém

²⁴ Vários acontecimentos no que concerne a essa questão foram relatados, mas como não são o foco dessa pesquisa e envolve questões como a integridade física dos interlocutores dessa pesquisa, não serão citados.

tem aqui dentro. Ninguém tem segurança aqui dentro, certo? Então eu acho que tá errado esse negócio de tampar os blocos quando o bombeiro um dia que deusulive um prédio desse pegar fogo, né que alguém pode esquecer uma panela e pegar fogo eu quero ver como o bombeiro vai apagar o incêndio aí dentro. Porque tá tudo tampado, essas garagem na frente, tampando os prédios”. (Janeiro, 2017)

Para ele, construir esses muros não representa melhora nas condições de vida no conjunto, pois efetivamente não traduz em um aumento na segurança, pelo contrário, compreende que é uma alteração que amplia o risco em caso de sinistro, como incêndios, por exemplo, pois limita o acesso àquelas ruas. O que pude observar, no entanto, é que, realmente, por entre esses muros e becos há um menor fluxo de pessoas. Os espaços utilizados como áreas de convívio comum, são as construções realizadas nas áreas de garagens, nos terraços dos comércios, onde pude ver moradores jogando dominó, conversando, trabalhando, etc.

Buscando também “*deixar o conjunto mais bonito*”, dona Marta construiu uma pracinha com jardim na frente do conjunto (Figura 13), e foi “*ajeitando todinho*”. Implantar canteiros em várias áreas do conjunto faz parte do processo de engajamento, de construção da relação com o lugar.

“Peguei as plantinhas da minha casa e pedi a Pinto [vereador da cidade do Recife] os banquinhos. Um dia quebraram todas as minhas plantinhas e chorei bastante. Quem tem coragem de matar planta, mata gente também.” (Agosto, 2016)

Figura 13 - Pracinha construída por dona Marta na frente do Conjunto



Fonte: Google Street View.

Em vários momentos afirmaram sentir falta de espaços onde pudessem praticar esportes e lazer, e principalmente, dos espaços que ficaram apenas nas promessas da prefeitura. Seu Rosival, apontando para um dos terrenos abertos do conjunto: *"era pra ter uma quadra aí nesse espaço, mas até hoje tá aí..."*. Para Márcia,

"aqui pras crianças não tem um parque de diversão, não tem uma quadra, não tem associação, não tem uma pessoa responsável pela gente, a gente tá entregue as baratas, derne quando entregaram isso aqui disse que ia fazer uns mercadinho pro povo que tinha comércio, não fizeram. Esse posto de saúde daí, meu deus do céu" (Márcia, Janeiro, 2017).

Diferente da maioria dos conjuntos construídos pela prefeitura da cidade do Recife, este é totalmente aberto, tendo somente um pórtico na entrada principal. Inclusive esse era um motivo de reclamação por parte dos moradores que gostariam que o conjunto fosse totalmente cercado,

"Por mim fechava tudo aí. Esse conjunto é todo aberto, as crianças não tem privacidade de correr. Entra carro, sai carro, vem carro lá de trás, sai aqui, entra aqui, sai ali, tem que brincar dentro de casa, não pode brincar na rua."

Aí meus netos não sai pra rua não, são criado dentro de casa” (Madalena, Janeiro de 2017)

A situação atual se aproxima bem mais da dos lugares onde viviam anteriormente; então, embora a princípio a ida para “*o conjunto*” representasse uma promessa de vida nova, várias coisas que estão num constante **movimento** de retorno persistem na estrutura atual²⁵: as *puxadinhas*; as *barracas* e as *invasões*.

Enquanto a CODECIR falava “*que ninguém era pra fazer nada na estrutura do prédio*”²⁶ a realidade vigente é outra: a vivência resulta em espaços que se opõem a forma ordenada original. De acordo com o que foi visto, portanto, percebe-se que quem planejou esse espaço, estabelecendo um programa arquitetônico específico, não pôde controlar os modos com os quais ele é vivenciado, de maneira que as regras de ocupação e convivência impostas pelo poder público estão ali para serem transgredidas ou relidas por quem os habita, já que a experiência, seus projetos e suas demandas contribuem para que eles percebam aquele artefato de uma maneira particular, o revertendo para algo que lhes faça sentido.

Para isso, realizam transformações nesses espaços, e, principalmente as que avançam sobre os espaços públicos contrariam às normas de uma cidade tida como “formal”. Constituem uma verdadeira bricolagem, de fragmentos disformes e com materiais efêmeros. Isso retrata o que afirma Jacques (2001, p. 26), em relação às favelas, quando afirma que os barracos das favelas são construídos através de um *patchwork*²⁷, repleto de fragmentos, resultando em construções transitórias, sujeitas a eternas mutações, em um estado permanente de incompletude.

Os poucos recursos que cada habitante dispõe para investir contribui para que a maioria dos materiais provenha de sobras e sucatas, gerando um cenário de extrema heterogeneidade, onde se vê os diversos remendos feitos dia após dia. *Construir bem construído* não é considerado pelos moradores uma boa opção, especialmente no que concerne aos espaços externos do conjunto, que estão mais visíveis e, portanto, mais propensos ao permanente risco de demolição a que esses espaços estão submetidos, uma vez que a legislação imposta pela prefeitura proíbe a construção de anexos. Essas construções

²⁵ Alagamentos, infestação de pragas urbanas, os problemas de abastecimento de água, os “*gatos*” no fornecimento de energia também persistem na vida dos habitantes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro.

²⁶ Seu Rosival, em entrevista que me foi concedida em janeiro/2017.

²⁷ “A lógica da construção de um abrigo numa favela é a mesma que preside a fabricação de uma colcha de retalhos, feita com pedaços de tecidos disparatados, costurados uns nos outros (*patchwork*)” (JACQUES, 2001, p.26)

espontâneas feitas pelos próprios moradores, bem como as demolições realizadas pela prefeitura, mantém a paisagem do conjunto, sendo, portanto, de acordo com as visões de Ingold (2015), matéria em movimento. Dessa forma percebe-se que nem mesmo as implicações legais que essas transformações representam (uma vez que transgridem a legislação municipal destinada a regular esse tipo de habitação) são capazes de deter a *vida* desse e nesse local. Em contrapartida, o poder público age no sentido de controlar essa questão através do uso do recurso das demolições, e é isso que será discutido no próximo tópico.

4.5 MOVIMENTOS: DEMOLIÇÕES

A paisagem do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro está em constante ebulição. Ao mesmo tempo que as casas e demais espaços do conjunto estão sempre se transformando, a prefeitura faz fiscalizações esporádicas tentando controlar as ações dos habitantes, no sentido de ampliar seus espaços, construir comércios, de modo a tentar manter o ambiente do conjunto o mais próximo do projeto inicial, ou seja, obedecendo ao modelo formal de cidade. O mesmo empenho não é percebido no que diz respeito à manutenção da infraestrutura do conjunto.

Segundo dona Tereza, um grave problema enfrentado por eles, quando ainda moravam nas palafitas, era a questão da água. Se por um lado, tinham acesso a ela através de ligações clandestinas, não precisando, portanto, arcar com as despesas junto à COMPESA, por outro lado, ir para o conjunto e regularizar essa situação de abastecimento de água dava a eles o direito de exigir a qualidade do serviço.

Contudo, através da minha presença em um evento promovido pelo Departamento de Geografia da UFPE, sobre participação cidadã na Vila de Santa Luzia, que está situada nas adjacências do Conjunto, tive a oportunidade de escutar a fala de uma moradora, cujo nome na internet consta como presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Na ocasião, ela falou sobre o cotidiano no conjunto, sobre os sérios problemas de infraestrutura e carência de manutenção, como por exemplo, o fato da fossa ter sido construída ao lado do reservatório de água, com uma impermeabilização insuficiente e com o tempo tanto a fossa, como o reservatório terem se rachado e ocasionado a troca de fluidos entre eles, ocasionando um problema de saúde pública, já que os moradores estão sujeitos a consumir água contaminada. O que seu Rosival afirma ser um desrespeito, uma vez

que, pagam pela água e enfrentam o mesmo problema de insalubridade da vida anterior nas palafitas (Rosival, Janeiro, 2017).

Segundo Márcia, ir para o conjunto, *“foi bom no dia que a gente ganhou, a prefeitura deu um bom acesso a gente... assim, um bom apoio. Só os três primeiros meses, depois até hoje. Nunca mais a prefeitura veio em canto nenhum. Caixa d'água tá um rachão...”* Outros problemas detectados são *“essas parede sem reboco, levando chuva e sol. Em um futuro breve vai se acabar. Se não fizer manutenção foi dinheiro jogado fora. Tem uns aí com tijolo dando defeito, caindo...”* (Antônia, Fevereiro, 2017)

Se a prefeitura não têm se empenhado em fazer manutenções periódicas para garantir o bem estar dos moradores, o mesmo não ocorre em relação à repressão relacionada às construções consideradas irregulares, uma vez que as normas impostas proíbem qualquer transformação do conjunto que não seja feita através de um projeto formal, tanto nos espaços privados quanto nos públicos, de modo que esporadicamente são realizadas fiscalizações e demolições para impedir a existência dessas alterações. Segundo Vilma os espaços vagos do conjunto onde foram construídas as **barracas**, são os que mais mudam. A cada fiscalização da prefeitura, são demolidas e reconstruídas gerando uma transformação contínua da paisagem.

As edificações de caráter provisório constituem um cenário comum nos contextos urbanos brasileiros. Para construí-las nesse conjunto, os moradores lançaram mão de materiais de baixo custo, e principalmente, matéria prima obtida na natureza ou sucata, para ser reaproveitada através de **gambiarras**, que diferenciam essas incrementações das construções de alvenaria que se apresentam como soluções mais definitivas. Dois fatores comumente apresentados pelos habitantes como razão para a escolha de materiais provisórios na construção desses *puxadinhos* e *barracas* são: a questão do risco permanente de demolição e as próprias restrições de orçamento. Isso resulta em um mosaico de materiais reaproveitados ou de baixo custo. *Construir bem construído* é entendido como uma escolha ruim, dado o risco constante de demolição e perda dos recursos investidos, sobre isso, afirmam que,

*“Teve um homem que faliu. Todo dinheiro que ele tinha construiu um comércio, só que ele **construiu bem construído**. Botou Laje, cerâmica de qualidade, gastou vinte e tantos mil reais, era todo dinheiro que ele tinha na vida dele. Aí a prefeitura veio e derrubou tudo”* (Antônia, Fevereiro de 2017)

“Esses negócio aí mesmo, vê. Virou favela o apartamento, é isso aí. Não vou nem brigar, a minha vizinha fez e eu não fiz (...) Essas puxada, esses ninho de rato. Eu não vou gastar dinheiro porque disseram que é de repente que vão derrubar. Aí você vai gastar, né” (Verônica, Fevereiro de 2017)

Se o risco de demolição dos “*puxadinhos*” existe, o das “*barracas*” é um fato, como relata Graça, “*diz a prefeitura que vem derrubar, mas até hoje, só os comércios que fizeram*”, ou seja, até hoje o foco da prefeitura foi conter e eliminar a construção de estabelecimentos comerciais nos espaços vagos do conjunto. Sendo assim, esses espaços não estão estabelecidos de forma permanente, mas sim, estão em permanente transformação.

As consequências negativas para os habitantes em torno dessas demolições, não se refletem apenas nas vidas dos proprietários desses pequenos comércios informais. Para o restante dos habitantes do conjunto, isso implica na perda da possibilidade de compras na conta, através da anotação na caderneta, de modo que pudessem *fazer fiado* e negociar os prazos de pagamento nas **barracas**, onde são vendidos suplementos alimentícios básicos, bebidas, ou se oferecem serviços como salões de beleza e costureiras, facilitando a sua vivência cotidiana. Esses locais de economia informal consistem no que Santos (2004) chama de Circuito Inferior, termo que atribui as atividades econômicas de pequena escala como os comércios inseridos nesse local, que ao mesmo tempo que atendem a população com menor mobilidade, as classes populares. Eles possibilitam que se exerça uma atividade remunerada e que o capital circule em uma escala local. No caso desse conjunto, grande parte dos *barracos* foram um meio que os próprios habitantes encontraram para **se virar** após irem residir em locais distantes dos seus trabalhos anteriores.

Segundo Madalena, “*Tinha uns barzinho ali, uns meninos que vendiam umas coisinha, a gente podia comprar aqui, agora tem que ir lá pra baixo, pra vila. Tendo essas coisas aqui não precisa de ir pra vila (Janeiro, 2017)*”, ou seja, a demolição dos comércios, significava também ter que se deslocar “*lá pra baixo*”, que se referia a ir até a Vila de Santa Luzia, onde os comércios não tinham tantas possibilidades de negociar os pagamentos.

Muitas vezes essas demolições foram realizadas com intermédio de força policial, já que os moradores resistiam à perda dos seus espaços, construídos na maioria das vezes de forma solidária, com ajuda de familiares e vizinhos. No final de 2014, conforme coloca Marta, a Prefeitura do Recife derrubou diversos comércios²⁸ (Figura 14) mas logo, eles deram um jeito de construir suas **barracas** novamente, já que precisam de dinheiro para se sustentar

²⁸ “PCR retira novas ocupações irregulares em conjunto habitacional” 17/07/2014

Figura 14 - “Prefeitura da Cidade do Recife retira novas ocupações irregulares em conjunto habitacional” 17/04/2014



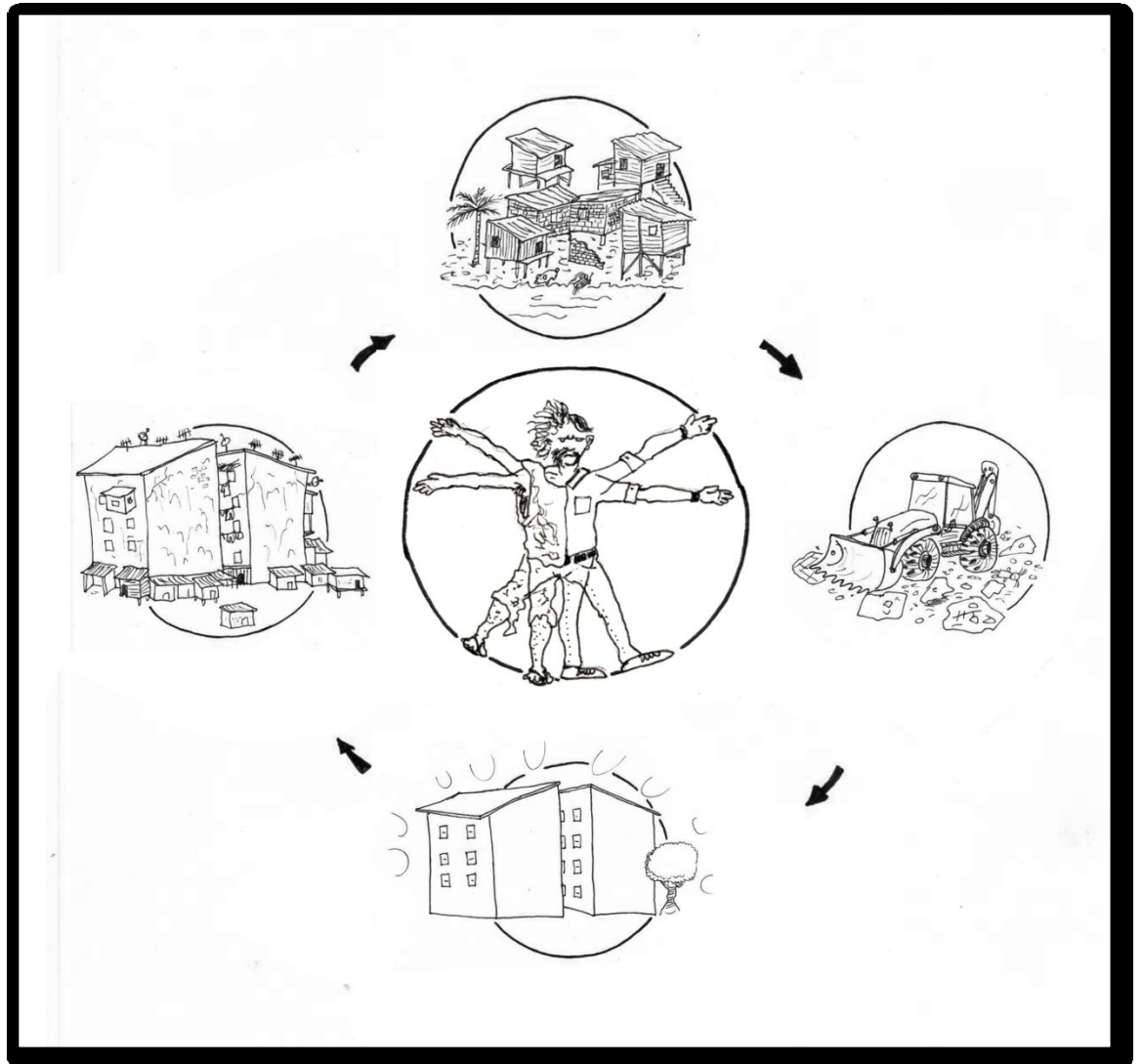
Fonte: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/09/07/2014/pcr-retira-construcoes-irregulares-em-habitacional-no-cordeiro>

Isso relembra o ciclo de transformação constante que Deleuze e Guattari (1997) afirmam existir entre o que chamam de **espaço liso** e o **espaço estriado**,

O espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário, - o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de estado, - não são da mesma natureza. (...) os dois só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.179-180).

Entendendo a situação ocorrida no conjunto a partir dessa visão, a interação dos habitantes do conjunto, há uma transição contínua entre os espaços lisos, aqueles espaços mais próximos do modelo formal de cidade, ou seja, no caso do conjunto, o prédio sem acréscimos e, os espaços estriados, frutos da inserção dessas edificações no circuito dos fluxos vitais conforme as ideias de Ingold (2012), onde vão se transformando, e depois dando lugar episódios cíclicos de demolição e reconstrução, ciclos retratados na Figura 15. Esse desenho também retrata a questão de como as paisagens de vivência alteram os modos como esses moradores se enxergam na vida.

Figura 15 - Os ciclos de conversão entre espaços lisos e espaços estriados no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro



Croqui: Aliane Oliveira. Arte-Final: Dimas Mützenber

Esses espaços vão surgindo, se expandindo de forma rápida, são demolidos, de forma a perpetuar esse movimento constante (Figuras 16 e 17). Isso reflete o que Latour e Yaneva afirmam,

um prédio não é um objeto estático, mas sobretudo um projeto em movimento, e que mesmo já construído, ele continua sendo transformado por seus usuários, continua sendo modificado pelo que acontece dentro e fora, que ele vai ser demolido ou renovado, muitas vezes alterado e transformado até ficar irreconhecível (LATOUR;YANEVA, 2008, p. 80).

Figura 16 - Estado do conjunto em 2010



Fonte: Google Street View.

Figura 17 - Entrada do Conjunto em novembro de 2015, após o último período de demolições da prefeitura.



Fonte: Google Street View.

Se o poder público se movimenta no sentido de construir os conjuntos habitacionais e depois da ocupação dos edifícios, fiscalizar e demolir as construções que consideram irregulares nesse conjunto, em contrapartida os habitantes resistem a essas imposições e

voltam a interagir e transformar esses espaços, mesmo que isso seja através de embate físico propriamente dito. Segundo Marta, nos últimos episódios de demolição (ocorridos em julho de 2014 e agosto de 2016) os moradores do conjunto se defenderam com “*pau e pedra*” para tentar se proteger dos desmandos da prefeitura. Desde então, a prefeitura faz uso de força policial durante essas ações.

Para tentar negociar com essas instituições algumas condições que se adequem às suas demandas, os moradores do conjunto tentam se articular com vereadores. Nas idas a campo realizadas em Agosto/2016 e Outubro/2016, época de eleições municipais, essa questão sempre surgia no discurso desses moradores. Muitos se envolveram na campanha para vereador, apoiando um candidato que acreditavam que seria um canal para viabilizar a luta por melhorias nas condições de infraestrutura e vida no Conjunto. Contudo, segundo Madalena,

*“só aparece aqui em época de eleição, né? Aparece prefeito, aparece não sei quem, não sei quem, diz que vai fazer isso, vai fazer aquilo e até agora a gente não vê nada. Derna que eu tô aqui, mais de dez anos, de que quando chega eleição vai fazer isso, vai fazer aquilo, vai fazer não sei o quê, num sei o quê, só vejo o pessoal coisano. O meu entra no ouvido e sai nesse, eu não acredito em nada que eles fala. **A gente se virou.** Botou, jogou e pronto.”* (Janeiro, 2017)

Para **se virar**, os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro foram fazendo construções feitas por necessidade, como a incorporação de quartos e a construção de comércios ou incorporações para atender suas aspirações, como por exemplo os terraços para fazer áreas de convivência e lazer, comuns em vários dos apartamentos térreos. Como a fiscalização não é permanente, não dá conta de conter a velocidade de reconstrução feita por esses moradores, de modo que sempre surgem “misturas entre si”. Um local híbrido entre as construções formais e vernaculares, o cenário cambiante do conjunto que vai transformando as construções do projeto inicial, através do agregado de partes auto-construídas pelos seus habitantes, dos espaços vazios deixados pela prefeitura após as demolições e no movimento de devolver a vida àqueles espaços a partir da resistência dos moradores que precisam **se virar**.

4.6 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES NO CONJUNTO HABITACIONAL CASARÃO DO CORDEIRO

Pensando as questões abordadas até aqui a partir da Perspectiva do Habitar (INGOLD, 2015) que considera que *habitar* consiste na imbricação entre organismos e pessoas com o ambiente onde se vive e que isso se dá de uma forma em que cada um desses elementos que compõem essa estrutura formam e são formados uns pelos outros.

Se por um lado as paisagens do conjunto têm sua aparência delineada, através da inclusão de *barracas*, *puxadinhos* e *invasões*, se transformando continuamente junto aos habitantes, que por outro lado, agem nessa paisagem de modo a refletir os seus propósitos, em e ao mesmo tempo, esse estado da paisagem, sua aparência, ecoa na forma com que esses habitantes fazem suas construções sobre si mesmos e implica, portanto, no fato deles se enxergarem como *moradores de condomínio* ou *favelados*, ou sobre serem habitantes do *Bangu*.

Esses elementos bastante presentes nos discursos dos interlocutores dessa pesquisa permeiam e são permeados por essas paisagens, frutos dessa imbricação do substrato material e das subjetividades do grupo. Mesmo aqueles que consideram os acréscimos realizados no conjunto (seja os acréscimos mínimos ou a construção de *puxadinhos* e *barracas*) como intervenções que contribuem para que o conjunto ganhe a aparência de “*favela*” lançaram mão desse artifício de modo a alterar a forma e a qualidade das suas moradias.

Os locais que mais sofreram intervenções se relacionam à questão do trabalho e sobrevivência (construção de comércios), segurança (grades nas janelas, puxadinhos fechamento de blocos), e privacidade (construção de novos quartos, puxadinhos para agregados) ou à questões estéticas, como por exemplo a troca de revestimentos cerâmicos, citada por muitos interlocutores dessa pesquisa como elemento essencial para deixar a *casa toda arrumadinha*.

Os *movimentos* de demolição realizados pelo poder público nesse conjunto são relacionados às estratégias de controle dos espaços da cidade e de sua disciplinarização, bem como a disciplinarização das práticas dos indivíduos, em uma conduta que reproduz as realizadas ao longo de todo o histórico das políticas públicas de habitação no Brasil, se dão na tentativa de readequar esses espaços aos modelos de cidade formal. Essas ações cíclicas não dão conta da velocidade nas quais os habitantes do conjunto as incorporam novamente, de modo que ao reunir os dados da pesquisa provenientes das entrevistas, observações e imagens

do Google Street View, é possível perceber que o quão dinâmica se apresenta a paisagem desse conjunto.

Assim, é evidente que a *vida* nesse lugar se encontra num estado permanente de mudança, em um contínuo movimento de crescimento e transformação que se manifesta nesse cenário, repleto de soluções provisórias e efêmeras, que são demonstradas visualmente através dos vários *puxadinhos*, *barracas* e até mesmo através das *invasões*, consideradas ilegítimas pelos moradores do conjunto. Esses elementos são testemunhos das diversas *mudadinhas* realizadas por meio de *gambiarras*, de caráter efêmero, dado os riscos constantes de demolição ou por meio das construções *bem construídas*, tidas como incorporações de caráter mais durável. Os habitantes desse conjunto enxergam essas transformações por um lado, de forma negativa, como emendas que fazem do espaço uma *favelinha* que reproduz as práticas sociais vivenciadas nas suas comunidades de origem, e por outro lado, como uma maneira de conformar o espaço segundo as suas próprias concepções e especificidades culturais, que distam dos modelos uniformizantes a que foram submetidos.

Sendo assim, observar como a vida transcorre nesse local através dessa perspectiva, permite compreender como habitantes e o cenário seguem se transformando enquanto se *movimentam*, circulam entre si, em uma relação mútua de transformação. Apesar desse conjunto ter sido construído com uma tipologia que obedece aos preceitos formais, desde sua ocupação ele tem passado por um constante processo de transformação, se configurando, portanto, como um espaço orgânico e vivo, ou, nos termos de Ingold (2012, p.27) trata-se de uma *coisa* que segue em uma malha de linhas de *crescimento e transformação*, que envolve os habitantes, suas paisagens e ainda forças externas, como a do poder público, que também contribui para a transformação desses espaços são relações mútuas que se dão através de movimentos contínuos por meio dos quais esses elementos são colocados no *fluxo da vida*: suas relações, suas circulações e seus *movimentos*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi, na presente dissertação, discutir sobre as interações entre os atores sociais e os espaços físicos do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Ao longo do trabalho, tentei compreender como as casas e os espaços públicos do conjunto vão sendo transformados e vão ganhando novas configurações a partir do seu uso e ao mesmo tempo, como sua configuração influencia e é influenciada pelas subjetividades dos seus habitantes.

Para isso, o primeiro passo foi investigar como esses moradores se adaptaram à nova paisagem de moradia onde foram inseridos a partir da mudança para o conjunto habitacional. Na sequência, tentei descrever as transformações realizadas por esses habitantes nesse novo espaço físico e o que lhes orientou a fazê-las, possibilitando compreender como esses sujeitos ressignificam seus espaços de moradia de acordo com suas construções de sentidos.

Os dados obtidos a partir dessa pesquisa apontam que isso se deu principalmente através das *mudadinhas*. Essas *mudadinhas* são os meios pelos quais aqueles que carecem de recursos para fazer construções ou morar em outros locais vão imprimindo ao mundo novas configurações através do ato de *construir bem construído* ou de fazer *gambiarrras* através dos *movimentos de transformação*. Muitas habilidades que necessárias para fazer essas gambiarrras como o reaproveitamento de materiais ou mesmo o manejo técnico para realizá-las foram adquiridas ainda nos seus locais de moradia anteriores e vão se reproduzindo nas moradias e gambiarrras realizadas no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. São diversas soluções criativas, que, ora são vistas como *mudadinhas* necessárias, ora representam riscos, ora são tidas como estratégias de proteção, ora são consideradas como reforços aos estigmas de *favelados* e caracterizam o local como *Bangu*.

Creio que a transferência das pessoas de suas comunidades para esse conjunto habitacional não é guiada por uma responsabilidade em se fazer valer o direito à moradia, mas principalmente pelo interesse do poder público de controlar os espaços através de sua adaptação a uma concepção formal de cidade, que nada mais é que uma releitura do ideal higienista do início do século XX, que continua a se reproduzir até hoje. Ou seja, a remoção dos moradores das suas comunidades de origem e seu reassentamento em conjuntos habitacionais obedece a interesses que, ao mesmo tempo, são econômicos e políticos; funcionam como um mecanismo de controle, uma vez que liberam áreas que estão no alvo da especulação imobiliária através da supressão de aglomerados subnormais ocupados pela população de baixa renda, confinando-as nos guetos da periferia, nos conjuntos habitacionais.

Enquanto esses moradores estavam em suas comunidades de origem, houve uma grande movimentação em relação à removê-los desses locais e reassentá-los na área do conjunto habitacional, ao invés de promover a requalificação de suas moradias nesses locais e a regulamentação da posse dos seus terrenos. Hoje, algo frequente no discurso desses moradores é a sensação de estarem desamparados pelo poder público, enfrentando, inclusive, problemas semelhantes aos que viviam em seus locais de moradia anteriores, como a falta de infraestrutura adequada de água e esgoto, convivência diária com pragas urbanas, e, com a distância dos seus antigos locais de trabalho, são obrigados a enfrentar problemas de deslocamento até os seus trabalhos anteriores, perderam seus empregos e tiveram dificuldades de encontrar uma nova forma de garantir o seu sustento. Hoje, a atuação do poder público nesse conjunto se resume às fiscalizações esporádicas que pretendem, como dito anteriormente, a conversão dos espaços estriados em espaços lisos novamente, conforme os termos de Deleuze e Guattari (1997), ou seja, a busca pela manutenção do ambiente estéril e que obedece ao modelo formal de cidade, a partir das demolições de forma que a paisagem do conjunto se encontra em um estado permanente de mudança: está sempre se *transformando*.

A partir da mudança, muitos moradores foram *se virando* da forma que puderam: seja através do uso de métodos alternativos de transporte como as bicicletas (alguns tendo que se deslocar muitos quilômetros por dia) ou da adaptação de espaços privados e públicos para implantação de pequenos estabelecimentos de comércio e serviços, seja através da desistência de morar no conjunto e do retorno para seus locais de moradia anteriores, através do repasse dos imóveis através da venda ou do aluguel. Durante o campo, ouvi dos interlocutores que muitos que foram contemplados com apartamentos no conjunto terminaram indo embora porque não se acostumaram a viver em apartamentos e principalmente, a morar distante dos seus locais de origem, bem como dos seus trabalhos.

Refletir sobre o modo pelo qual os moradores do conjunto experimentaram novas formas de habitá-lo é contribuir para refletir sobre os problemas de moradia que atingem a maioria das cidades do mundo, por isso é fundamental que esse tema seja investigado e debatido exaustivamente. Acredito que o poder público pode agir no sentido de criar mecanismos que possam propiciar aos beneficiários das políticas públicas de habitação de interesse social um papel mais interventivo no planejamento e execução dos seus locais de moradia, ao invés de deixá-los às margens desse processo.

Ao pensar sobre as questões discutidas ao longo desse trabalho é possível perceber que as paisagens do conjunto seguem se metamorfoseando, não como objetos que possuem agência, provocam coisas por si próprios e são um fim em si mesmos, mas como elementos

que se movimentam em relação aos outros elementos que compõem esse complexo, como os moradores do conjunto em suas relações e seus modos de ser e estar na vida, através da transformação de si mesmo e do mundo, o poder público, que exerce sua influência a partir das sanções legais contra construções que consideram irregulares, bem como o próprio substrato material imerso nessas correntes de atividade.

Pretendo estudar, em uma ocasião futura, os processos técnicos envolvidos nessas interações entre os moradores do conjunto e os espaços enquanto artefato, pensando sobre as práticas, conhecimentos e habilidades requeridas nos processos de construção através dos recursos teórico-metodológicos da Antropologia da Técnica, que vem sendo abordada no Brasil principalmente através das pesquisas de Mura (2000) e Sautchuk (2007).

É importante salientar que a situação encontrada e analisada no presente trabalho no que diz respeito aos movimentos dos habitantes desse conjunto habitacional, bem como as *coisas*, aqui representadas pelos próprios espaços desse conjunto, se refere a como esses cenários **estão** e não como eles **são**, tendo em vista que continuam inseridos nos *fluxos da vida*, vão se *movimentando*, se *transformando*, ou seja, continuam vivos e sendo redesenhados continuamente, ou seja, os espaços físicos do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, nunca estiveram finalizados, mesmo na ocasião da entrega dos apartamentos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Juliene Tenório. *A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do PREZEIS*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienetenoriodealbuquerque.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

ANTUNES, Camila Sissa. *Homogeneidade versus Heterogeneidade: conflitos, transformações e dilemas habitacionais na Vila Cachoeira, Florianópolis/SC*. 2007. 43 f. Monografia, Graduação em Ciências Sociais, Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2008.

AQUINO, Francisca Luciana de. *Homens “cornos” e mulheres “Gaieiras” Infidelidade conjugal, honra, humor e fofoca num bairro popular de Recife –Pe*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

AZEVEDO, Aina. Um Convite à Antropologia Desenhada. In: *METAgaphias: Metalinguagem e outras Figuras*. V. 1, n. 1, 2016.

_____. Desenho e antropologia: recuperação histórica e momento atual. *Cadernos de Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], Vol. 5, No 2 | 2016. URL : <http://journals.openedition.org/cadernosaa/1096> ; DOI : 10.4000/cadernosaa.1096

AZEVEDO, Sérgio. O desempenho do poder público na área habitacional: um breve retrospecto. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*. Belo horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

_____. *Vinte e dois anos de política habitacional (1964/1986): criação, trajetória e extinção do BNH*. Revista de Administração Pública, v.22, nº4, 1988.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís Aureliano Gama. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BACHELARD, Gaston. *Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRAGA, Célia. *O bem viver em Recife: uma abordagem do cotidiano dos moradores do Casarão do Cordeiro*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando máscaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 123-174.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. In: *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: fev. 2017.

BONI, Valdete & QUARESMA, Silva. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80b

BOURDIEU, Pierre.. A casa kabyle ou o mundo às avessas. Tradução de PAPAVERO, Claude Guy. In: *Cadernos de Campo*, n. 8, 1999.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CASTELLS, Alicia Norma González de. *Os hábitos não esquecidos: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo*. 1987, 142 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. *Comunidade e Identidade: A Liga Social contra o Mocambo e a Construção de um Sentido de Comunidade e Identidade na Periferia da Cidade do Recife e nas Décadas de 1930 e 1940*. In: *Escritas*, vol. 7, nº 2, 2015, p. 215-229.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia*. vol.5. São Paulo: Editora 34, 1997, p.179-214.

DESCOLA Philippe, “Más allá de la Naturaleza y de la Cultura”, in DESCOLA Philippe, *Antropología de la Naturaleza*, Instituto Francés de Estudios Andinos, Lluvia Editores, Lima: 2002, 91 p.

DESCOLA, Phillipe & PÁLSSON, Gísli. Introducción. In: *Naturaleza e Sociedad: Perspectivas Antropológicas*. México: Siglo Veintiuno, 2001.

DOS SANTOS, Celson Nelson Ferreira. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (coord). *O Desafio da Cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1980.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº. 115, p. 139-154, março, 2002.

DURHAM, Eunice. *A sociedade vista da periferia*. In: *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, 1985.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005.

FASE. PREZEIS, *Instrumento de Luta*, Fase: Recife, 1997.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A. 1980.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Traduzido por Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água, 1994. (v. 1).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablum, 2011.

FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GATO, Maria Assunção. Casa: Espaços Vividos, Espaços Representados, In: *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, Lisboa, 2013.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.0 3-21.

GENEVOIS, MARIE LOUISE BULHÕES PEDREIRA; COSTA, OLAVO VIANA. CARÊNCIA HABITACIONAL E DÉFICIT DE MORADIAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 15, n. 1, p. 73-84, Jan. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100009>.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: *Horizontes Antropológicos* ano 1, nº 2, págs. 125-142. Porto Alegre: 1995.

GONÇALVES, R. S. *Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos*. Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 141-161.

HILLIER, B. HANSON, J. *Social Logic of Space*. Cambridge: Cambrigde University Press, 1984.

HITA, Gabriela. *As casas das mães sem terreiros: Etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. SP: 2004

HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*, primeiros resultados: aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, 2011

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Outledge, 2000.

_____. Sobre a distinção entre evolução e história. *Revista Antropolítica*, n. 20, p. 17-36, 1 sem. 2006.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, pp. 25-44, jan./jun. 2012.

_____. *Ensaio sobre movimento, percepção e descrição*. São Paulo, Vozes, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/RIOARTE, 2001

JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER, Martin W.. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Terceira Fonte de Incerteza: Os Objetos Também Agem. In: *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012. Pp 97-128.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Bauru: EDUSC, 2013.

LATOUR, B.; YANEVA, A. Donnez-moi un fusil et je ferai bouger les bâtiments' Le point de vue de la théorie de acteur-réseau sur l'architecture. In: GEISER, Reto (Ed.). *Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research*. Basel: Birkhäuser, 2008. p. 80-89.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas. Favela-bairro e Morar Carioca: Reflexões sobre o que Muda e o que Permanece na Política de Urbanização de Favelas da Cidade do Rio de Janeiro ao Longo dos Últimos Vinte Anos. In: LIMA, Roberto, MELLO, Marco Antônio e FREIRE, Letícia. *Pensando o Rio: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e Modos de Habitar*. Niterói: Intertexto, 2015, 315p.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. *Participação Popular e Acesso à Moradia: As Escolhas Possíveis para a População Removida por Intervenções de Melhoria Urbana do PREZEIS*. Recife: Editora Universitária, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-73)*. 1989. 177 f. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. *Participação Popular e Acesso à Moradia: As Escolhas Possíveis para a População Removida por Intervenções de Melhoria Urbana do PREZEIS*. Recife: Editora Universitária, 2007.

LOPES, Andiará Valentina de Freitas e. *Condomínios Residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sociais*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A Etnografia como Prática e Experiência”. In: *Horizontes Antropológicos*. Vol.15, N.32, Porto Alegre, jul./dez. 2009.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.17, N.49, São Paulo, junho, 2002.

MALIGHETTI, R. *Etnografia e Trabalho De Campo*: autor, autoridade e autorização de discursos. Caderno Pós Ciências Sociais : São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004.

MARICATO, Hermínia. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana, 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELO, Marcus André. Políticas Públicas e Habitação Popular: Continuidade e Ruptura - 1979-1988, In: *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, volume 2, n. 1, 1989.

MURA, Fábio. *Habitações kaiowá*: formas, propriedades técnicas e organização social. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000

PEIRANO, Marília. Introdução. In: *A Teoria Vivida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLSEN, Bjornar. *Genealogías de la asimetría*: por qué nos hemos olvidado de las cosas. *Complutum*. v. 18, p. 287-291, 2007.

_____. *Material culture after text: Re-membering things*. Norwegian Archaeological Review, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

PERNAMBUCO DE A-Z (Pernambuco). *Bairros do Recife*: Brasília Teimosa.

Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1067:brasilia-teimosa&catid=57&Itemid=176>. Acesso em: 31 jun. 2017.

PANDOLFI, Dulce C. *Pernambuco de Agamemnon Magalhães*, Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1984.

PONTUAL, Virginia. *Tempos do Recife*: representações culturais e configurações urbanas. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417-434. 2001

PORDEUS, M.S.C. *Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade*: o Conjunto Habitacional da Torre. Dissertação. Recife, 2006

PREFEITURA DO RECIFE. *O Recife sem Palafitas*. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/brasilia.php>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Brasília Teimosa. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/brasilia-teimosa>> Acesso em: 19 Mar. 2017

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Como e quando pode um antropólogo virar arquiteto?", in VELHO, G. (org.), *O desafio da cidade*, Rio de Janeiro, Campus, p. 37-57, 1980.

SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas* (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de doutorado, Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília.

SCHWEIZER, P. J.; PIZZA JUNIOR, W. Casa, moradia, habitação. *Revista de Administração Pública*, v. 31, n. 5, p. 54-69, 1997.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: SESC São Paulo, 2016.

SERVA, Maurício., & JAIME JUNIOR, Pedro. Observação participante e pesquisa em administração - uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 64-79, 1995.

SILVA, E. *Matéria, Ideia e Forma*. Uma definição de arquitetura. Ed. UFRGS, Rio Grande do Sul.

SILVA, Humberto Salustriano da. *A remoção (re)pautada na cidade do Rio de Janeiro: discursos, mídia e resistências, 2005 a 2010*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras*. 1º Edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, *Eu Projeto, Tu Projetas, Nós Projetamos*, Etnografando as Tramas Sociais de um Projeto de Habitação Popular em Salvador

STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico*. Cosac & Naify, 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

YOSHIMURA, M. T. *Análise das tendências de financiamento público para habitação social: o caso de Jaboticabal/SP*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZARANKIN, Andrés . *Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG.*. In: Jackeline de Macedo, Rubens de Andrade, Carlos Terra. (Org.). *Arqueologia na paisagem. Novos valores, dilemas e instrumentais*. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012, v. 1, p. 18-33.

**ANEXO A: TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E
GRATUITO**



TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO

Por este instrumento, regido pelas Normas de Direito Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DO RECIFE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Martin Luther King, nº 925, Cais do Apolo, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.565.000/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito **JOÃO PAULO LIMA E SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 079.931.374-20 e no RG nº. 1.020.874 SSP/PE, devidamente assistido pelos Secretários de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, **Dr. DJALMA SOUTO MAIOR PAES JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 073.324.674-53, e no RG nº 197.103. SSP/AL, e de Assuntos Jurídicos **Dr. BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA**, brasileiro, casado, inscrito do CPF sob o nº. 698.950.314-91, e no RG nº. 3.0393743 SSP/PE, doravante designado **PERMITENTE**; e, do outro lado

PERMISSIONÁRIO, celebram a presente Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito, com fundamento no Decreto-Lei nº. 271, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº 16.176/96, que estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife e no Decreto nº 17.794/97, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste Termo, a unidade habitacional :
 Conjunto Habitacional : descrito
 como possuindo os seguintes cômodos (1 sala, 2 quartos, cozinha, 1 banheiro e área de serviço). Perfazendo um total de de área construída.

CLÁUSULA SEGUNDA: O **PERMITENTE**, através deste ato negocial, outorga o **PERMISSIONÁRIO** acima qualificado, a Permissão de Uso do imóvel acima descrito, a título precário e gratuito e por tempo indeterminado, para o fim exclusivo de moradia familiar.

Parágrafo Único: Fica terminantemente proibido ceder ou transferir o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município **PERMITENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Após a assinatura do presente instrumento, o **PERMISSIONÁRIO** fruirá plenamente do lote de terreno descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, para o fim estabelecido na Cláusula Segunda, bem como responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o mesmo.

CLÁUSULA QUARTA: O **PERMISSIONÁRIO** se obriga, nos termos do presente instrumento a:

- I- Manter o imóvel com o fim ao qual o mesmo se propõe, que é de abrigo seu e de sua família, sob pena de perda da presente Permissão;
- II- Conservar o imóvel, mantendo-o em condições de habitabilidade, não permitindo sua depreciação;
- III- Zelar pelo seu entorno, cooperando com as ações de preservação e conservação do meio ambiente, arcando com as despesas provenientes de serviços realizados em áreas comuns, como também nos

equipamentos pertencentes ao conjunto habitacional ao qual faz parte o imóvel objeto desta Permissão;

- IV- Não transferir, nem ceder, no todo ou em parte, o imóvel a terceiros;
- V- Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel em apreço, a partir do recebimento do mesmo;
- VI- Não realizar nenhuma obra ou benfeitoria, por menor que seja, mesmo as que se classifiquem como necessárias, sem autorização prévia e por escrito, do PERMITENTE, sob pena de perdê-la em prol do patrimônio do Município;
- VII- Informar de imediato ao PERMITENTE qualquer turbacão de posse que venha ocorrer;
- VIII- Cumprir com as normas internas do conjunto habitacional, possibilitando uma convivência pacífica com os demais habitantes e com o seu entorno;
- IX- Não se opor à vistoria interna em sua unidade habitacional, por parte do PERMITENTE;
- X- Manter-se no imóvel, não praticando o abandono ao mesmo;

Parágrafo Primeiro: O PERMISSIONÁRIO obriga-se a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento jurídico em consonância com a normatização do uso e ocupação do solo prevista na Lei Municipal nº. 16.176/96.

Parágrafo Segundo: Caso sejam descumpridas algumas das obrigações acima descritas, o PERMISSIONÁRIO deverá devolver o imóvel ao PERMITENTE, sem direito a retenção ou indenização pelas obras ou benfeitorias, nele realizadas, mesmo as necessárias, passando as mesmas a integrar o domínio público do Município, sem qualquer pagamento, seja a que título for.

CLÁUSULA QUINTA: Resolver-se-á de pleno direito esta Permissão, quando o PERMISSIONÁRIO:

- I- Der ao imóvel permitido destinação diversa da estabelecida na Cláusula Segunda do presente instrumento;
- II- Der em locação total ou parcial o imóvel destinado ao uso exclusivamente residencial;
- III- Transferir a terceiros, a qualquer título, o imóvel que lhe foi permitido, sem prévia e expressa autorização do Município PERMITENTE;
- IV- Descumprir qualquer Cláusula do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: Não importará em tácita alteração dos termos desta Permissão o eventual atraso ou omissão do PERMITENTE no exercício das faculdades que lhe são conferidas neste instrumento nomeadamente à rescisão contratual prevista na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA: A presente Permissão transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município PERMITENTE, em ocorrendo tal hipótese, transferir a titularidade do documento para o beneficiado.

CLÁUSULA OITAVA: O não cumprimento de qualquer das obrigações contidas neste instrumento, acarretará a revogação de pleno direito da presente Permissão de Uso, devendo o imóvel ser devolvido ao PERMITENTE pela PERMISSIONÁRIA, de imediato, através de simples notificação administrativa,

estando o mesmo completamente livre e desimpedido, sob pena de não assim procedendo, caracterizar-se estulho possessório, possibilitando ao PERMITENTE retomá-lo pela forma cabível, através de Ação de Reintegração de Posse com pedido de liminar.

CLÁUSULA NONA: Ficam fazendo parte deste instrumento todas as normas jurídicas municipais concernentes à Permissão de Uso, cujas disposições serão aplicadas a qualquer caso nele não previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente instrumento jurídico de Permissão de Uso tem caráter provisório, podendo ser, posteriormente, substituído por outro documento legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Delimita-se o foro da Fazenda Pública da Capital do Recife para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem justos e avençados, assinam este instrumento jurídico, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Recife, de

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
 Prefeito do Recife

DJALMA SOUTO MAIOR PAES JÚNIOR
 Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
 Secretário de Assuntos Jurídicos

 PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

 RG:
 CPF:

 RG:
 CPF:

 RG:
 CPF: